

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

JAZAN MAGESKI ALVES

**INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL:
O caso do Agroturismo na região Centro-serrana do Espírito Santo.**

VITÓRIA

2006

JAZAN MAGESKI ALVES

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL:

O caso do Agroturismo na região Centro-serrana do Espírito Santo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo S. Pagliarussi

VITÓRIA

2006

Dedico este trabalho
a meus pais Sebastião e Glória,
a meus irmãos e cunhadas
Josélio e Ciene,
Jackson e Tânia,
Aos meus sobrinhos Bárbara,
Gabriel, Rafael e Daniel.
Por acreditarem e me apoiarem
nesta jornada, apesar de
minhas constantes ausências
em seus importantes
momentos.

AGRADECIMENTOS

É um tempo especial, este de agradecer. As lembranças me trazem as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta jornada. Obrigado a todos! E me perdoem se alguém foi omitido neste momento. Em especial agradeço: Ao Profº. Dr. Marcelo Sanches Pagliarussi, pela confiança em minha pesquisa e orientação nesta jornada.

Ao Profº. Dr. André Carlos B. de Aquino, através do qual iniciei o estudo das instituições e assim me inquietar o espírito. Aos meus professores, Profº. Dr. Aridélmo José Campanharo Teixeira, Profº. Dr. Valcemiro Nossa, Profº. Dr. Leonardo Lima Gomes, Profº. Dr. Hélio Zanquetto Filho, Profº. Dr. Carlos Renato Theóphilo, Profº. Dr. Álvaro Ricardino, pelos conhecimentos compartilhados.

Ao Antonio Fernando Mai e ao José Roberto de Martin, que sabem a importância do ombro amigo, do falar e do ouvir, nos momentos de alegria e de cansaço. Sem vocês a jornada teria sido mais árdua. Aos colegas da turma 2004/1 “um brinde” pelo tempo de aprendizado vivido juntos.

À Ieda Zanotti pelo carinho, disponibilidade e presteza com que sempre me ajudou, nas traduções. À Profª Orenícia Corrêa Alves pela revisão da dissertação e à Profª Maristela Garcia Piovezan pelas constantes correções de meus textos.

Ao Alex Zorzal, ao Giovani, a Alix, ao Marcus (*in memoriam*), pelo incentivo – amigos sempre presentes, mesmo em minha – temporária – ausência.

Aos funcionários da FUCAPE, em especial a Adriana, na biblioteca, pela presteza em atender minhas solicitações. E aos agricultores e agricultoras, técnicos e agentes da comunidade de Venda Nova do Imigrante, envolvidos com o agroturismo, por abrirem suas portas e dedicarem um tempo para partilhar suas histórias, suas experiências e suas vivências, para a elaboração deste trabalho.

*“Os ganhos ou os danos
dependem da perspectiva e possibilidades
de quem vai tecendo sua história.*

*O mundo em si
não tem sentido sem o nosso olhar
que lhe atribui identidade,
sem o nosso pensamento
que lhe confere alguma ordem”.*

(Lya Luft)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender o desenvolvimento histórico e econômico da atividade econômica do Agroturismo na comunidade de Venda Nova do Imigrante-ES. Utilizou-se dos pressupostos teóricos de instituições e da mudança institucional, entendendo o desenvolvimento econômico como resultado histórico das instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais. O estudo identifica, que o ganho em eficiência adquirido no processo de desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo, pode ser relacionado ao patrimônio cultural como base determinante da estrutura institucional, bem como em parcerias formadas com outros agentes que propiciaram investimentos em capacitação, novos conhecimentos e habilidades dos produtores rurais para atuarem com a atividade econômica do agroturismo, proporcionando uma mudança no ambiente institucional do território estudado. Os resultados também evidenciam a congruência entre comunidade e instituições privadas na organização, coordenação e alinhamento de interesses no território estudado. Verificou-se que, quando o grupo ou clube cresce, aumentam as dificuldades de coordenação e do alinhamento de interesses. Os aspectos comuns e os aspectos divergentes de interesses podem ser associados a momentos históricos diferentes. Os aspectos comuns podem ser associados à situação inicial em que houve um aumento na capacidade de coordenação e conseqüentemente na eficiência da atividade econômica do agroturismo, devido aos laços culturais entre os membros fundadores. Já os aspectos divergentes podem ser associados ao momento atual em que se identifica o aumento da complexidade e dificuldade de coordenação da atividade. Assim, a linha de desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo indica que as instituições privadas que aumentaram a capacidade de coordenação e eficiência no passado já não são as mais eficientes para a coordenação atual.

Palavras-chave: Instituições, Instituição privada, Mudança institucional, Desenvolvimento econômico, Agroturismo

ABSTRACT

The present study has as objective to understand the historical and economic development of the Agroturismo economic activity in Venda Nova do Imigrante – ES. The theoretical assumptions used were those of institutions and institutional changes, understanding the economic development as a historical result of institutions in its way of coordination individual and social group actions. The study identifies that the efficiency gains acquired in the process of the development of the Agroturismo economic activity, can be related to the cultural assets as determining basis for the institutional structure, as well as partnerships made up by other agents that favored the investments in productors' the education, knowledge and skills to perform the Agroturismo economic activity, providing an institutional change in the area studied. The results have also evidenced the convergence between community and private institutions in the organization, coordination and alignment of interest in the territory studied. It was verified that whenever the group grows there is also an increase in the difficulties in coordination and alignment of interests. Common and divergent aspects can be associated to different historical moments. Common aspects can be associated to an initial situation in which there was an increase in the coordination capacity and consequently in the efficiency of the economic activity of Agroturismo. This is due to the cultural ties among founding members. Diverging aspects can be associated to the current moment in which there is an increase in the in complexity and coordination difficulty in the activity. Therefore, the economic development trend of the Agroturismo economic activity indicates that the private institution that increased their coordination and efficiency in the recent past are the most efficient for the coordination for the current moment.

Key-words: *Institutions, Private institution, Institutional change, Economic development, Agroturismo*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades exercidas pelos associados da AGROTUR.....	55
Quadro 2 – Apoiadores e incentivadores do agroturismo.....	56
Quadro 3 – Unidades estudadas constantes dos mapas com roteiro do agroturismo.....	57
Quadro 4 – Mudanças nos empreendimentos rurais.....	60
Quadro 5 – Etapas para a apresentação dos resultados e interpretação dos dados.....	75
Quadro 6 – Aspectos da mudança no ambiente institucional e investimentos em conhecimentos.....	92
Quadro 7 – Distribuição das propriedades rurais que recebem o turista, pelo tempo de exploração da atividade.....	94
Quadro 8 – Agentes que atuam no território do agroturismo em VNI.....	102
Quadro 9 – Mapa de relações de idéias referente a relações.....	105
Quadro 10 – Mapa de relações de idéias referente autonomia e poder público..	106
Quadro A1 – Roteiro de Entrevista – Pesquisa Exploratória.....	132
Quadro B1 – Roteiro de Entrevista.....	134
Quadro C1 – Mapa de relações de idéias referente a definição e objetivos do agroturismo.....	136
Quadro D1 – Benefícios do agroturismo.....	137
Quadro E1 – Cronologia dos eventos do agroturismo até 1993 a partir das entrevistas dos incentivadores e apoiadores.....	138
Quadro E2 – Cronologia dos eventos do agroturismo de 1994-2005 a partir das entrevistas dos incentivadores e apoiadores.....	138
Quadro G1 – Caracterização das unidades estudadas.....	143
Quadro G2 – Caracterização das unidades estudadas.....	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de Três Níveis de Williamson (1993)	24
Figura 2 – Mapa de localização do município de Venda Nova do Imigrante-ES	45
Figura 3 – Mapa de VNI, com o roteiro do agroturismo	50
Figura 4 – Mapa da sede, com o roteiro do agroturismo	51
Figura 5 – Fontes de dados do estudo	67
Figura 6 – Fluxograma da pesquisa	69
Figura 7 – Estrutura e dimensões de análise.....	74
Figura 8 – Estrutura de apresentação dos dados	76
Figura 9 – Árvore de associação de idéias do desenvolvimento do agroturismo	78
Figura 10 – Representação das relações estabelecidas entre os agentes.....	108
Figura 11 – Árvore de associação de idéias das interações.....	114

LISTA DE SIGLAS

ADM	Agência de Desenvolvimento Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES.
AFEPOL	Associação Festa da Polenta.
AGROTUR	Associação de Agroturismo de Venda Nova do Imigrante.
AGROTURES	Associação do Agroturismo do Estado do Espírito Santo.
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo.
ES	Estado do Espírito Santo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDAF	Instituto de Defesa Agroflorestal.
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisas Assistência Técnica e Extensão Rural.
INMETRO	Instituto Nacional de Pesos e Medidas.
MEPES	Movimento Escolas Famílias do Espírito Santo.
NEI	Nova Economia Institucional.
ONG's	Organizações Não-Governamentais.
PRODER	Programa de Desenvolvimento Regional.
PRODETUR-ES	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do ES.
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar.
PRONOVA	Associação dos Produtores de Venda Nova do Imigrante.
SEAG	Secretaria de Estado da Agricultura.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do ES.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SICOOB	Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil.
SIE	Sistema de Inspeção Estadual da Secretaria de Estado da Saúde.
SIF	Sistema de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura.

SIM	Selo de Inspeção Municipal.
SMT	Secretaria Municipal de Turismo.
VISA	Vigilância Sanitária Municipal.
VNI	Município de Venda Nova do Imigrante.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 INSTITUIÇÕES	18
2.1.1 Ambiente institucional.....	19
2.1.2 Organizações	20
2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI).....	20
2.2.1 Níveis analíticos (correntes).....	21
2.2.2 Interação entre os diferentes níveis analíticos.....	23
2.2.3 Instituições e desenvolvimento.....	25
2.3 INSTITUIÇÕES PRIVADAS: UM MODO INTERMEDIÁRIO DE COORDENAÇÃO.....	27
2.3.1 Duas características essenciais: ordem coletiva e voluntária.....	29
2.3.2 Funcionalidades das instituições privadas.....	30
2.4 COMUNIDADE: ESPAÇO DA ANÁLISE.....	31
2.4.1 Espaço e território: conceitos.....	34
3 TURISMO NO ESPAÇO RURAL.....	36
3.1 AGROTURISMO E TURISMO RURAL.....	41
3.2 PESQUISAS SOBRE AGROTURISMO EM VNI-ES.....	42
4 ESTUDO DE CASO.....	45
4.1 VENDA NOVA DO IMIGRANTE: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	45
4.2 VENDA NOVA DO IMIGRANTE E O TURISMO RURAL CAPIXABA: ASPECTOS GERAIS DO AGROTURISMO.....	49
4.3 UNIDADES ESTUDADAS EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.....	54
4.4 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES ESTUDADAS.....	56
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	62
5.1 PESQUISA DESCRITIVA.....	62
5.1.1 Pesquisa historiográfica.....	63
5.1.2 Estudo de caso.....	65
5.2 SUJEITOS DA PESQUISA (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS).....	66
5.3 COLETA DOS DADOS.....	66
5.4 CONDUÇÃO DA PESQUISA.....	69
5.4.1 Aplicação das entrevistas.....	70
5.4.2 Observação não participante.....	72
5.4.3 Análise documental.....	72

5.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	72
5.5.1 Estrutura e dimensões de análise.....	73
5.6 VALIDAÇÃO DAS INFORMACOES COLETADAS.....	74
5.7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	75
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	76
6.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.....	77
6.1.1 Desenvolvimento e mudança no ambiente institucional.....	89
6.1.2 O papel das instituições privadas.....	93
6.2 RELAÇÕES E DINÂMICAS ESTABELECIDAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DO AGROTURISMO.....	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
7.1 LIMITAÇÕES.....	120
7.2 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS.....	120
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	132
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	134
APÊNDICE C: DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DO AGROTURISMO.....	136
APÊNDICE D: BENEFÍCIOS DO AGROTURISMO.....	137
APÊNDICE E: CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO AGROTURISMO.....	138
ANEXO F: LEI N. 187/94 – DECRETO N. 412/94 – PMVNI.....	141
APÊNDICE G: CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES ESTUDADAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística tem sido objeto de estudos e pesquisas no meio acadêmico. O turismo pode vir a ser um eixo articulador de projetos de desenvolvimento local sustentado (LOIOLA, 2004), e hoje é visto como alternativa econômica para os municípios. Isso é, inclusive, fator de incentivo às atividades não agrícolas em áreas rurais marginalizadas (BATHKE, 2002). O ambiente rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola, com novas atividades econômicas emergindo deste espaço. Nesse contexto, o agricultor desempenha múltiplos papéis, combinando a atividade agrícola com a não agrícola para complementar a renda familiar e gerar ocupação para membros familiares. Como exemplo, o turismo rural surgiu como uma ferramenta na promoção do desenvolvimento local sustentável e também como alternativa na melhoria da qualidade de vida das populações rurais que vem ao encontro da necessidade de manutenção do homem dignamente no campo (BATHKE, 2002).

O Turismo Rural no Estado do Espírito Santo se iniciou na região serrana central, no intuito de oferecer uma renda complementar aos produtores rurais através da comercialização de seus produtos, tais como vinhos, queijos, embutidos, doces, dentre outros produtos naturais; amparado por um programa de agroturismo considerado como a estratégia de interiorização e fomento ao “turismo alternativo” pioneiro na história do setor no Estado (PORTUGUEZ, 1999, 1998).

No turismo rural estão envolvidos *stakeholders* dos setores público, privado e, ainda, da comunidade local, o que dificulta sua gestão uma vez que a integração das partes envolvidas na atividade é complexa, pois estas partes não estão coordenadas sob uma mesma administração central, como no caso do setor industrial. Existem

diferenças e distanciamentos entre os agentes envolvidos com o turismo, que podem ser observados nas formas gerenciais, nos objetivos traçados, nos interesses de cada um e no entendimento de como é formado o setor de turismo no espaço rural. Os agentes individualmente empreendem suas iniciativas sem consultar, compartilhar ou até cooperar entre si. Existe uma ausência de efetivas ligações entre os setores, que resulta na falta de coesão organizacional e integração. Esse desequilíbrio limita o aumento de competitividade de locais com perfil para o turismo, particularmente para o turismo no espaço rural (MENDONÇA, 2006).

Conseqüentemente, no desempenho do duplo papel de produtor rural e empresário de turismo rural, o agricultor é levado a encontrar meios para articular os interesses dos segmentos empresariais e seus *stakeholders* (BATALHA e MENDONÇA, 2003), desenvolvendo um conjunto de habilidades que vá além da capacidade de conduzir o negócio rural isoladamente. Também existe a necessidade que o produtor rural/empresário de turismo rural abraque a tradição cultural de ser resistente a inovações que estejam fora de seu domínio de conhecimento. Associado a este contexto verifica-se carências de regulamentos e de um quadro institucional para o desenvolvimento e promoção do turismo rural, notadamente em aspectos relacionados a políticas, planejamento, regulamentos, estruturas organizacionais e instrumentos adequados de gestão do espaço rural (ALMEIDA e BLÓS, 1997; BENI, 2000).

É relevante questionar o amadurecimento institucional no entorno do fenômeno socioeconômico do agroturismo, à medida que seus atores sociais buscam instrumentalizar a estrutura de governança local e novas formas de governança territorial florescem a partir do desenvolvimento das instituições locais. Desta forma, a construção de instituições que sejam propícias ao desenvolvimento

do turismo rural pode desempenhar papel fundamental, pois estas podem ser associadas ao fortalecimento dos vínculos entre os participantes-chave nas atividades socioeconômicas (SUZIGAN, GARCIA e FURTADO, 2003). Neste sentido, a implantação de mecanismos de coordenação e controle que integrem os diversos *stakeholders* pode contemplar um arranjo institucional entre elementos das três esferas de poder (sociedade civil, Estado e mercado) (SACHS, 1986; FOX, 1976).

Cresce no meio acadêmico o interesse pelo estudo das instituições. Nesse contexto, existem programas de pesquisa incluindo instituições como elemento-chave de seus argumentos, e dentre esses se destaca a Nova Economia Institucional (NEI), que apresenta, entre outras, duas linhas de pesquisa complementares. Uma vertente está centrada na análise de macroinstituições, na qual destacam-se Davis e North (1971), North (1990, 1991 e 1998) e direcionada ao Ambiente Institucional, e o seu foco central envolve o estudo dos efeitos de diferentes instituições sobre o desempenho econômico e o surgimento das instituições. Outra vertente apresenta a Economia dos Custos de Transação, focada nas microinstituições, e aborda a análise de estruturas de governança. Williamson (1985) é um dos autores que tem se destacado nesta vertente.

Complementarmente há estudos que se propõem a identificar um modo intermediário de coordenação entre as instituições gerais da sociedade. Esse modo intermediário de coordenação, classificado como “instituições privadas”, e substitui em parte, os dois outros modos de coordenação, sendo um nível de intermediação que proporciona aos agentes, soluções de coordenação coletiva, que são mais especializadas e provêm soluções gerais para situações locais específicas, em uma comunidade específica (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, (2004). Assim, as

Instituições privadas podem ser separadas de outras formas de coordenação – por exemplo, contratos e instituições públicas – porque elas se inspiram numa lógica híbrida e no desejo voluntário e coletivo dos agentes, visando à implementação de regras coletivas, para implementar uma ordem (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004). Na prática, instituições privadas correspondem a processos próprios de regulação, uniões industriais, associações profissionais ou inter-profissionais.

Também observa-se no âmbito das ciências sociais um debate sobre a função dos grupos e comunidades no desenvolvimento e crescimento econômico (NORTH, 1990). Uma congruência entre comunidades e instituições é apontada por Brousseau, Fares e Raynaud (2004), em que as instituições privadas dependem das comunidades pré-existentes (por exemplo, grupos étnicos ou religiosos), ou organizam comunidades (por exemplo, guias comerciais e profissionais). A noção de comunidade se refere de forma variada às características da vida em grupo, tais como: normas, tradições, convenções sociais, contatos interpessoais, relacionamentos e *networks* informais (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006).

Com base no exposto, o presente trabalho apresenta a seguinte questão de pesquisa: **Como se desenvolveu a atividade econômica do Agroturismo na Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo?**

De modo a responder à questão geral de pesquisa, procurou-se trabalhar também com questões específicas, que são: (1) Como se deu o processo de desenvolvimento histórico e econômico da atividade do Agroturismo na comunidade de Venda Nova do Imigrante-ES? (2) Quais os papéis e relações desempenhados pelos agentes, instituições e organizações presentes na coordenação da atividade econômica do Agroturismo em Venda Nova do Imigrante-ES?

Para responder a essas questões, estabeleceu-se por objetivo compreender o desenvolvimento histórico e econômico da atividade Agroturismo na comunidade de Venda Nova do Imigrante-ES, embasado pelos pressupostos teóricos de instituições e da mudança institucional, entendendo o desenvolvimento econômico como resultado histórico das instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais.

A distinção deste trabalho em relação a outros embasados pelo referencial teórico de instituições é seu enfoque no setor de turismo rural. Tal abordagem se justifica pelo fato de que a investigação no contexto específico do fenômeno pode permitir uma percepção mais acurada das características particulares das instituições e organizações, e assim contribuir para o entendimento da influência das instituições no desenvolvimento econômico regional e local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A mudança no modo de se pensar a atividade econômica de um modo geral, com as contribuições de Coase e North, trouxe interesse no meio acadêmico pelo estudo das instituições. Com isso, existem programas de pesquisas incluindo instituições como elementos-chave de seus argumentos. Dentre esses se encontra a Nova Economia Institucional (NEI), que considera que as instituições têm um importante efeito sobre o desenvolvimento econômico, sendo incluídas tanto as relações e estruturas institucionais mais formalizadas, tais como governo, regime político e legislação de modo amplo, como as relações e estruturas informais.

2.1 INSTITUIÇÕES

Para o funcionamento da atividade econômica não apenas as organizações são importantes, mas também as instituições, as quais exercem papéis ativos quanto à organização dessas atividades (NORTH, 1998). Assim, as organizações desenvolvem suas atividades inseridas em um contexto maior do ambiente institucional e são moldadas por suas regras e restrições.

Instituições são restrições (normas) construídas pelos seres humanos, que estruturam a interação social, econômica e política (NORTH 1991). Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis e direitos de propriedade). Assim, entende-se o conceito de instituição não apenas como estruturas mais formalizadas, tais como governo, regime político e legislação de modo amplo, mas também as relações e estruturas informais, normas e valores incrustados nos hábitos e costumes de uma população. Para isso é tomado como dado o ambiente institucional, isto é, as

normas sociais, regulamentações governamentais, o ordenamento jurídico, dentre outras formas pelas quais se expressa, o que North (1991, 1998) denomina como as instituições sendo as “regras do jogo” e as organizações sendo os “jogadores”.

Trata-se, portanto, de uma definição abrangente que procura abarcar toda espécie de elementos sociais que funcionam como invólucro para a atividade econômica, social ou política. Não é necessário assumir que as instituições tenham como único propósito o de restringir as interações humanas, mas efetivamente elas desempenham esse papel, e, com ele, condicionam tais interações (FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

2.1.1 Ambiente Institucional

O ambiente institucional forma a estrutura na qual as ações humanas ocorrem (KLEIN, 2000). Esse é apresentado como o conjunto de macroinstituições que estabelecem as bases para as interações entre os seres humanos, isto é, o conjunto de regras básicas sociais, legais e políticas que estabelecem as bases para a produção, a troca e a distribuição, tais como: as regras que definem os direitos de propriedade, os direitos de contrato, entre outros (FARINA AZEVEDO e SAES, 1997; WILLIAMSON, 1993). O termo ambiente institucional pode ser usado para relações de nível macro que restringem arranjos contratuais de indivíduos (FURUBOTN e RICHTER, 2000). Em Davis e North (1971) e North (1990) as instituições fornecem a estrutura para a vida cotidiana, e definem e limitam as escolhas possíveis para os indivíduos.

Os estudos envolvendo o ambiente institucional trouxeram grande enriquecimento para as investigações a respeito da história econômica, em especial para o estudo do desenvolvimento econômico. Tal desenvolvimento tem sido visto,

para os autores que utilizam o *framework* da NEI, como uma resposta à evolução das instituições que apóiam as relações sociais e comerciais (KLEIN, 2000). O desenvolvimento econômico é, na verdade, desenvolvimento institucional, e as investigações sobre história econômica e desenvolvimento econômico procuram desvendar como a evolução das instituições políticas e econômicas constituem um determinado ambiente econômico que induzem ao aumento de produtividade (NORTH, 1991).

2.1.2 Organizações

Se as instituições constituem a regra do jogo, as organizações são os jogadores. As organizações compõem-se de grupos de indivíduos (agentes) dedicados a alguma atividade que buscam atingir seus objetivos (NORTH, 1998). São entidades construídas em torno de processos definidos que asseguram ao êxito de objetivos determinados. A estrutura organizacional se baseia na definição de papéis e funcionamentos distintos e as regras organizativas devem assegurar um desempenho confiável (APPENDINI; NUIJTEN, 2002). Assim, as organizações “incluem corpos políticos (senado, câmara de vereadores, agências reguladoras), econômicos (firmas, câmaras de comércio, cooperativas), sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e educacionais (escolas, universidades)” (AQUINO, 2005, p. 22).

2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

A NEI não se desenvolveu de forma unificada, pois a proposição original de Coase, por ser bastante genérica, inspirou o trabalho de autores de diversas tendências. Isso permitiu o desenvolvimento de linhas de pesquisa independentes

entre si, cada uma procurando responder diferentes questões específicas iluminadas pela proposição de Coase.

2.2.1 Níveis analíticos (correntes)

No estágio atual a NEI apresenta dois diferentes níveis analíticos: Ambiente Institucional e Estrutura de Governança. Uma das principais referências é Williamson (1985), que contando com a colaboração de diversos autores, amadureceu, modificou e reuniu em um conjunto coerente os principais *insights* que possibilitaram o desenvolvimento e consolidação da NEI. Entre esses autores, destacam-se os nomes de Douglass North, liderando a pesquisa sobre Ambiente Institucional, e de Paul Joskow, em aplicações empíricas (FARINA, AZEVEDO, SAES, 1997).

A preocupação da NEI com o estudo da relação entre instituições e eficiência, é percebida na linha de pesquisa liderada por Douglass C. North, que tem como explícito objeto de análise o efeito de diferentes instituições sobre o desempenho econômico.

A fim de se analisar a relação entre desenvolvimento econômico e o papel das instituições, a corrente Ambiente Institucional vem trilhando dois caminhos: (1) investigar os efeitos de uma mudança no ambiente institucional sobre o resultado econômico; ou (2) teorizar sobre a criação das instituições. No primeiro caminho, os autores desenvolvem aplicações concentradas na área de história econômica. Como exemplos as pesquisas de North e Weingast (1989) que examinaram os efeitos da *Glorious Revolution*, na Inglaterra do século XVII, sobre o crescimento econômico, em que concluem que para que ocorra crescimento econômico, o soberano ou o governo devem não somente estabelecer o conjunto relevante de direitos, mas construir um compromisso confiável para a sua garantia. Outros trabalhos têm

explorado o efeito de outras instituições sobre o desempenho econômico – como Greif (1993) que, utilizando-se da Teoria dos Jogos e registros históricos sobre o mercado externo no Mediterrâneo do século XI, conclui pelo papel positivo da reputação nas transações econômicas. Eichengreen (1994) analisou o papel das instituições de cooperação internacional no crescimento econômico do pós-guerra.

No segundo caminho os autores defrontam-se com uma tarefa mais ambiciosa e por isso, obtiveram resultados menos expressivos. Essencialmente o problema de se procurar explicar o surgimento de instituições, tornando-as endógenas ao modelo, foi reduzir as causas primárias de explicação da realidade aos mesmos elementos aos quais se restringia a economia neoclássica, quais sejam, tecnologia, dotações iniciais e preferências. Ao considerar as instituições como endógenas essa abordagem perde grande riqueza da NEI – o relevo dado às instituições – à medida que estas deixariam de ser um fator determinante. Cheung (1990) apresenta uma saída a esse problema ao manter um elemento do ambiente institucional como exógeno, que é a definição dos direitos de propriedade. Cheung, ao comparar o estado chinês, o estado cartorial indiano e a economia de mercado ocidental, conclui que o quadro de regras formais e informais de cada um dos países seria uma resposta eficiente da sociedade, dadas as diferentes definições de direitos de propriedade de cada um deles, assumindo, portanto, um papel de relevo os direitos de propriedade, como um dos elementos macro-institucionais.

Em seus dois principais níveis analíticos, Ambiente Institucional e Instituições de Governança, a tese dominante é aquela da escolha das instituições eficientes (NORTH e THOMAS, 1973; WILLIAMSON, 1985; FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997). Ambas as correntes da NEI expostas por Williamson (1991) recorrem a conceitos comuns, em especial, custos de transação, instituições e organizações.

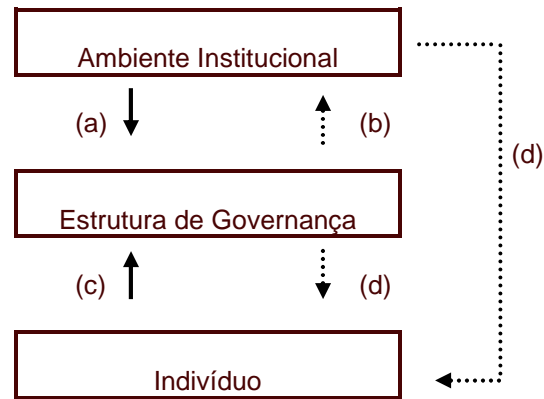
Em Williamson (1996) a Nova Economia Institucional (1) apresenta que instituições são importantes e suscetíveis de análise; (2) é diferente, mas não hostil à ortodoxia; e (3) é um agrupamento interdisciplinar de Direito, Economia e Teoria das Organizações. Essas características comuns têm-se mostrado suficientes para que as correntes que compõem a NEI – Ambiente Institucional e Instituições de Governança – evoluam lado a lado.

2.2.2 Interação entre os dois níveis analíticos

As instituições podem também diferir em níveis analíticos. Existem regras que operam predominantemente em um nível macro, como a legislação que regula um país e outras que operam em um nível micro, como os regimentos internos de uma empresa. Essa distinção é especialmente útil quando se pretende comparar as duas correntes que compõem a NEI (Ambiente Institucional e Instituições de Governança) na medida em que a primeira privilegia a análise de macroinstituições, enquanto a segunda centra seu foco sobre microinstituições (FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

O modo pelo qual cada nível analítico se relaciona com o outro é definido em Williamson (1993), que para isso propõe a utilização de um esquema de três níveis, em que ambiente institucional, estrutura de governança e indivíduos interagem estabelecendo relações de influência mútua, conforme Figura 1 a seguir.

O esquema proposto por Williamson privilegia o seu foco de análise, a estrutura de governança, mas serve como um importante ponto de referência ao estudo das inter-relações entre os diferentes níveis analíticos, estando afinado com os comentários de Davis e North (1971) a esse respeito.



Fonte: Williamson (1993),
 Figura 1: Esquema de Três Níveis.

O arcabouço desenvolvido por Williamson coloca que a estrutura de governança se desenvolve dentro dos limites impostos pelo ambiente institucional e pelos pressupostos comportamentais sobre os indivíduos. O ambiente institucional fornece o quadro fundamental de regras que condiciona o aparecimento e seleção de formas organizacionais que comporão a estrutura de governança. Esse é o componente principal da relação entre ambiente institucional e estruturas de governança, expresso pela linha (a) da Figura 1. Transformações verificadas no ambiente institucional funcionam como um parâmetro de mudança em uma dada estrutura de governança. Por exemplo, a garantia mais incisiva de direitos de propriedade reduzirá a incerteza implícita às transações, o que, por sua vez, altera a eficiência relativa de diferentes formas organizacionais, modificando a estrutura de governança eficiente. (ZYLBERSZTAJN, 1995; FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

O efeito secundário da relação entre ambiente e arranjo institucionais, representado pela linha pontilhada (b) da Figura 1, expressa os efeitos de ações instrumentais ou estratégicas tomadas no plano das organizações com o objetivo de se modificar as regras do jogo. Reconhece-se, portanto, que elementos microanalíticos podem modificar o ambiente institucional. No caso de ações instrumentais, as partes envolvidas em um contrato demandam a alteração da

legislação por a considerarem pouco adequada para servir como regra fundamental daquele jogo. O caso de ações estratégicas trata da ação de grupos de poder junto às instâncias responsáveis pelo desenho macroinstitucional. Assim explica-se o modo pelo qual um *lobby* setorial, por exemplo, consegue impor transformações na legislação, alterando as regras do jogo em seu benefício (ZYLBERSZTAJN, 1995; FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

Indivíduos desempenham também um papel importante no arcabouço teórico da NEI, representado pela linha (c) da Figura 1. A NEI recorre a dois pressupostos comportamentais de importância fundamental aos resultados obtidos pela teoria em que indivíduos são considerados racionais, porém de modo limitado, e oportunistas, isto é, autointeressados com avidez. Ambos pressupostos constituem condições necessárias para a ocorrência de custos de transação. (ZYLBERSZTAJN, 1995; FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

Finalmente, tanto o ambiente institucional quanto as estruturas de governança apresentariam um efeito secundário sobre os indivíduos, representado pelas linhas pontilhadas (d) da Figura 1. Indivíduos agem de acordo com suas convicções e preferências, sendo essas, na tradição do individualismo metodológico, dadas no plano individual. Williamson (1993) reconhece que pode haver efeitos do ambiente e das estruturas de governança sobre o que ele denominou por preferências endógenas (ZYLBERSZTAJN, 1995; FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

2.2.3 Instituições e desenvolvimento

North coloca as instituições, a organização e as representações mentais – e não unidades autônomas, atomizadas, independentes e soberanas – no centro da socialidade humana, o que permite encarar o desenvolvimento como resultado

histórico de certas formas de coordenação. As instituições oferecem aos indivíduos um horizonte previsível para a maneira como agirão os outros. “Assim o segredo do desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais” (ABRAMOVAY, 2001, p. 167-168).

Com isso o estudo do desenvolvimento não é a idéia abstrata de mercado como mecanismo de formação dos preços, mas como processo histórico que reflete poder, estruturas, convicções, normas e controles sociais. North (1990) oferece preceitos gerais que podem ser usados dedutivamente na construção de modelos de transição social. O eixo está na relação entre organizações e ambiente institucional: por um lado, as organizações são moldadas pelo ambiente institucional; por outro, elas é que respondem pela transformação desse ambiente. Não se trata de um círculo vicioso, pois há duas forças que moldam o caminho da mudança institucional e que estão em ruptura com os cânones do pensamento neoclássico: retornos crescentes e mercados imperfeitos.

Na primeira a idéia é que as escolhas técnicas não dependem apenas de eficiência, mas de uma vasta rede social que envolve a aprendizagem de um conjunto variado de atores e um processo permanente de adaptação, de tal forma que não se pode prever que tecnologias vão prevalecer. Mecanismos como *lock in* ou *path dependence* são centrais nos comportamentos das organizações e em suas perspectivas de mudanças, o que envolve um conjunto de capacidades adaptativas por parte destas organizações.

A segunda força que molda o caminho da mudança institucional são os mercados imperfeitos. Em North (1990) sua caracterização escapa ao padrão convencional da microeconomia, e refletem “as dificuldades de decifrar um ambiente

complexo por parte das construções mentais disponíveis – idéias, teorias e ideologias”. As formas variadas de cooperação humana envolvem sempre algum tipo de representação antecipada sobre o comportamento alheio que não se reduzem aos princípios abstratos do utilitarismo. A evolução institucional dos primórdios da Europa moderna, por exemplo, tem por base a mudança na correlação de forças entre camponeses e senhores derivada do declínio populacional. Essa mudança, entretanto, era limitada pelo fato de que o modelo de mundo de cada parte incluía uma relação de desigualdade:

nenhuma parte teria sequer vislumbrado uma mudança que tivesse eliminado essa desigualdade. As mudanças graduais são compreensíveis nos termos destas relações históricas. Se as instituições não estivessem sujeitas a retornos crescentes e as percepções subjetivas dos atores fossem sempre corrigidas em direção a modelos verdadeiros, então, presumivelmente, os atores teriam reelaborado os contratos na direção mais eficiente de uma solução conjunta. Exatamente pelo fato de haver retornos crescentes à estrutura institucional, o processo foi gradual e [...] consistiu em lenta evolução de restrições formais e informais e de mudanças de capacidades de cumprimentos de acordos (*enforcement changes*) (NORTH, 1990, p. 96).

Assim North (1990) aponta o caráter gradual do processo de superação de instituições ineficientes. A mudança social corresponde a um processo de transformações na cultura, no poder dos grupos sociais, na representação dos indivíduos que os faz adotar modalidades organizativas desestimuladas até então.

2.3 INSTITUIÇÕES PRIVADAS: UM MODO INTERMEDIÁRIO DE COORDENAÇÃO

Nos estudos que propõem identificar um modo intermediário de coordenação entre as instituições gerais da sociedade, resultantes de processos políticos e fenômenos evolucionários – estudados por North – e de mecanismos de governança estabelecidos por acordos entre agentes – estudados por Williamson - os autores Brousseau, Fares e Raynaud (2004) apresentam as instituições privadas. Estas podem ser separadas de outras formas de coordenação – por exemplo, contratos e

instituições públicas – porque se inspiram no desejo voluntário e coletivo para implementar uma ordem (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004). Assim, substituem em parte os dois outros modos de coordenação, sendo um nível de intermediação, que proporciona aos agentes soluções de coordenação coletivas, que são mais especializadas e provêem soluções gerais para situações locais específicas.

As instituições são classificadas como instituições públicas¹ e instituições privadas, por Brousseau, Fares e Raynaud (2004). As instituições privadas se inspiram numa lógica híbrida e não se inspiram nas restrições como as instituições públicas o fazem, e resultam de um acordo coletivo estabelecido entre grupos de agentes que aprovam a implementação de um conjunto de regras com o objetivo de facilitar a sua coordenação (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004). Uma vez acordadas elas impõem uma ordem coletiva que os agentes voluntariamente aceitam. A ordem resultante não é negociada da mesma forma que se negociam contratos². Na prática, instituições privadas correspondem a processos próprios de regulação, uniões industriais, associações profissionais ou interprofissionais visando à implementação de regras coletivas (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

Entretanto, as instituições públicas e privadas são da mesma natureza, no sentido que elas estabelecem os limites e a distribuição dos direitos de decisão, que são renegociados bilateralmente entre os agentes quando eles coordenam. Ao mesmo tempo, elas se diferem porque nas instituições públicas os limites e

¹ De acordo com North (1990) uma característica básica das instituições [denominadas de públicas por Brousseau *et. al* (2004)] é que elas não são negociáveis, são os limites impostos dentro dos quais os tomadores de decisão têm que buscar suas estratégias para interagir entre um e outro. De acordo com Williamson os arranjos bilaterais de governança resultam de compromissos mútuos negociados entre agentes.

² Um contrato é um compromisso entre duas partes que levam em conta todas as dimensões das suas preferências individuais para alcançar um acordo, o qual pode ser – mesmo que não seja sempre o caso – a primeira ou a segunda melhor solução.

distribuição são dados, enquanto nas instituições privadas eles são negociados. No entanto, há uma ligação entre os dois tipos de instituições, no sentido de que uma dada ordem (instituição pública) é uma ordem que foi previamente negociada (instituição privada) e que se torna progressivamente aceita com o passar do tempo (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

2.3.1 Duas características essenciais: ordem coletiva e voluntária

As instituições privadas são instrumentos coletivos, e isto a diferencia dos instrumentos de coordenação bilateral – como contratos – uma vez que a partir da perspectiva do indivíduo elas não são inteiramente negociadas. Uma coalizão de fato está em uma posição de barganha forte, porque o indivíduo isolado tem a escolha entre participar e desfrutar dos benefícios da ordem privada aceitando os custos impostos pela coalizão ou suportar os custos de ficar do lado de fora. A coletividade enfraquece o poder de barganha de cada negociador. Este fenômeno é reforçado quando a instituição privada já está estabelecida por um grupo de membros fundadores. Neste caso, indivíduos adicionais podem entrar para a instituição através da aceitação de fazer valer suas regras. Assim a negociação entre um novo membro e o grupo de fundadores é claramente de pegar ou largar (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

As instituições privadas também são caracterizadas por uma adesão voluntária não-mandatária, que possui um impacto sobre a sua implementação. Nas instituições privadas os indivíduos desistem parcialmente de sua liberdade para beneficiar-se dos recursos e serviços coletivos fornecidos pela instituição. A adesão não é permanente, uma vez que qualquer indivíduo pode sair quando quiser, ao

perceber que os custos de participação são superiores aos benefícios, dados os custos em potencial de saída (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

Conseqüentemente, este é o caráter duplo de ser voluntário e coletivo ao mesmo tempo, em que as instituições privadas contrastam com os dois outros modelos de coordenação descritos anteriormente: (1) porque resultam de acordos coletivos, as instituições privadas não são consideradas como contratos uma vez que elas não se inspiram no mesmo tipo de negociação. As negociações coletivas resultam em um conjunto de restrições que são impostas por um grupo de indivíduos; e (2) as instituições privadas resultam do desejo de indivíduos que permanentemente equilibram as vantagens e custos de modelos alternativos de governança – aos contratos e instituições públicas – e com as vantagens e custos de instituições privadas alternativas (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

2.3.2 Funcionalidades das instituições privadas

Assim como as instituições públicas e contratos, as instituições privadas têm o objetivo de estabelecer ordem e resultam de um acordo coletivo estabelecido entre grupos de agentes, que aprovam a implementação de um conjunto de regras com o objetivo de facilitar a sua coordenação. Estas regras podem ser de naturezas diferentes. Há acordos iniciais que resultam na criação de um clube, por exemplo.

O clube é formado de membros que concordam em seguir regras comuns de coordenação. Em adição eles podem concordar sobre a implementação de um mecanismo de decisão com o objetivo de criar regras adicionais, que pode ser desde um simples processo de negociação estabelecendo como uma proposição possa ser feita, discutida e aprovada entre os membros do clube; como pode ser baseada na

delegação de direitos de decisão (autoridade) para o tomador de decisão (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

Este mecanismo pode ser mais formal e resultar na criação de uma organização, com o objetivo de criar regras com base na delegação de poder para os representantes dos vários *stakeholders* dentro do clube e sustentados por especialistas contratados para ajudá-los. Contudo cada agente, sendo um membro fundador ou um membro recente, aceita um conjunto de regras, não podendo optar por fazer valer apenas parcialmente uma regra do clube. Dada esta forma de acordo em bloco, os indivíduos concordam sobre as regras que são estabelecidas na origem das instituições privadas, ou que são implementadas *ex-post*, e estas são consistentes com suas preferências. Assim, aderir ou deixar um clube será baseado no custo de não se beneficiar do serviço fornecido pela instituição privada (menos o custo de fazer valer as regras), comparado com o benefício líquido das opções externas (em particular as vantagens menos os custos de aderir ou criar uma instituição privada alternativa) (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

Como resultado de estarem permanentemente sujeitas a uma análise de custo/benefício pelos seus membros (e membros em potencial), as instituições privadas estabelecem regras mais dirigidas pela busca de eficiência e mais envolventes que as regras coletivas que são estabelecidas pelas instituições públicas que não requerem o consentimento dos participantes.

2.4 COMUNIDADE: ESPAÇO DA ANÁLISE

Uma congruência entre as instituições privadas e a existência de comunidades, é apontada por Brousseau, Fares e Raynaud (2004), em que as regras desenvolvidas pelas instituições privadas surgem com o objetivo de melhorar

a eficiência da coordenação dentro da comunidade. As instituições dependem das comunidades pré-existentes (por exemplo, grupos étnicos ou religiosos) ou organizam comunidades (por exemplo, guias comerciais e profissionais).

O conceito de comunidade se refere de forma variada às características da vida em grupo, tais como: normas, tradições e convenções sociais, contatos interpessoais, relacionamentos e *networks* informais³ (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006), e tem importância por duas razões: a) as comunidades não são fenômenos naturais, mas são construções sociais, e sua identidade é formada das características comuns compartilhadas pelos membros e pelo fato dos membros reconhecerem uns aos outros como membros desta coletividade; e b) a noção de comunidade não implica a idéia de exclusividade, uma vez que indivíduos podem ser membros de várias comunidades.

Proxies de comunidades, tais como participações em grupos são correlacionadas com um desempenho econômico melhor, ou contrariamente, divisões entre grupos limitam o potencial geral para o crescimento de uma economia. Esta consideração sobre vida em grupo é parte de uma mudança mais geral no sentido do exame da função das instituições e forças sociais básicas do desenvolvimento econômico (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006). O centro analítico dos conceitos para o nosso propósito é que o acesso a participações das comunidades que “não são triviais” (no sentido de que elas são capazes de sustentar ações coletivas) é custosa, cognitivamente complexa (requerendo muita informação local e complexa) e daí sujeita a barreiras altas e personalizadas. Ao

³ A sociedade, em contraste, geralmente se refere a instituições que são definidas por regras mais transparentes e codificadas. A sociedade é geralmente operacionalizada usando indicadores como a função das leis e outras regras que definem o mercado, a estabilidade das regras e regimes constitucionais, o tipo de sistema legal e suas instituições operacionais diárias, a natureza da burocracia e sua adesão às regras, e daí por diante. (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006).

mesmo tempo, a participação com outros membros, confere a coordenação e vantagens a um baixo custo. Assim, as comunidades possuem mecanismos específicos de reforço, que são ambos, *ex-post* e *ex-ante*, mas também envolvem sanções às posições interpessoais para um indivíduo (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006).

O desenvolvimento de instituições da comunidade – às vezes associado ao uso de organizações temporárias, tais como coalizões de desenvolvimento, melhora a provisão de bens públicos e organizações de mercado através do *embedding* das firmas em redes de relacionamentos de fomento da eficiência. As comunidades são percebidas como receptoras de efeitos benéficos resultantes da geração da confiança, da redução dos custos de transação entre os agentes econômicos, da limitação dos perigos morais – ou o risco de comportamentos oportunistas através do aumento de custos ou a redução dos benefícios para o grupo e *free riding*⁴, mitigando assimetrias na informação, e possibilitando a equiparação dos interesses individuais com os interesses agregados. Daí assume-se que a comunidade fornece um exoesqueleto institucional para comportamentos dos agentes que é propício ao desenvolvimento (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006).

Existe também um certo desconforto teórico com a alegação de que as comunidades geram externalidades positivas. A comunidade pode meramente ser a segunda melhor solução para a coordenação econômica lidar com fracassos de mercado e proteger direitos de propriedade ainda não desenvolvidos (NORTH, 1990). Daí o debate sobre a relação entre a comunidade, sociedade e desenvolvimento econômico continuar profundamente polarizado. Se para alguns as comunidades geram externalidades positivas que atendem as atividades

⁴ A expressão *free riding* entendida como caronista, aquele que não paga por um benefício.

econômicas, para outros as ligações comunitárias são as segundas melhores depois das instituições formais da sociedade (DURLAUF e FAFCHAMPS, 2004, *apud* RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006), e ainda para outros que trabalham com a teoria institucionalista moderna, os grupos são geralmente ruins para o desenvolvimento no longo prazo devido aos problemas de agência que eles geram (BUCHANAN e TULLOCK, 1962; OLSON, 1965; NORTH, 1981, *apud* RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006).

O conceito de comunidade é difícil de operacionalizar. Se, por um lado existem indicadores que mensuram o grau de ligação, usualmente se concentrando na densidade, extensão e profundidade da participação em associações cívicas, econômicas, sociais e profissionais, com o objetivo de capturar a vida do grupo, por outro lado, existem indicadores de divisão, tais como formas de fragmentação étnica, racial e outras, que, presume-se ser a manifestação do lado oposto das ligações entre aqueles grupos. Em adição a estes indicadores objetivos, sentimentos subjetivos de participação, afinidade, ligação e daí por diante são também mensurados (RODRIGUEZ-POSE e STORPER, 2006).

2.4.1 Espaço e território: conceitos

O espaço é socialmente produzido, o que indica que o foco não é o espaço em si, mas o uso que se faz dele. O espaço é território, logo, a noção de espaço, esvaziada de sua dimensão sócio-histórica ou limitada a uma configuração geográfica estática, é insuficiente para dar conta de diferenças nas trajetórias de desenvolvimento entre locais, regiões e países (LOIOLA, 2004). Portanto, o território deve ser compreendido como lócus da ação social e parte de uma totalidade

espacial. Com base nesse conceito de território, percebe-se que a dimensão local não é apenas realidade empírica, mas também representação social influenciando o modo de organização e a dinâmica das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, sendo influenciada por eles. A capacidade de construir, renovar e usar os recursos produtivos varia de território para território, o que sobreleva a importância da história e das instituições como fatores explicativos dessas diferenças. Os territórios mudam no tempo e no espaço. Isto é, eles desempenham o papel de acumuladores da história, assim como são modelados pela ação de seus sujeitos históricos mediada pela combinação de forças internas e externas (LOIOLA, 2004).

3 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Até 1970 o turismo de massa foi considerado, particularmente para os países em desenvolvimento, um meio de promoção de crescimento econômico e uma forma de enfrentar os reflexos advindos do processo da globalização. O sistema turístico passou a ser visto como um meio de produção e consumo para se alcançar a modernização. Os procedimentos gerenciais do modelo moderno de produção fordista eram os mesmos utilizados no setor de produção. No entanto, em decorrência de resultados negativos obtidos, como custos de congestionamentos, limites sociais, destruição ambiental e falta de consciência para o desenvolvimento harmônico e sustentável dos locais, o mercado consumidor reagiu e pressionou o sistema turístico, demandando um turismo gerador de resultados positivos (SHEYVENS, 2002). Mudanças estruturais econômicas ocorreram, acompanhadas de mudanças culturais e de um crescente movimento ambientalista, que contribuíram para explicar o surgimento de novas formas de gestão que resultassem em um turismo denominado responsável, em que a idéia defendida é a de harmonizar a satisfação da necessidade de conservação e preservação de aspectos ambientais e culturais com as necessidades econômicas (SHEYVENS, 2002).

O setor de turismo passou a ser analisado na visão sistêmica e gerenciado por meio de uma gestão baseada em análises dos ambientes interno ou externo e pela interação de ambos. O turismo no espaço rural passou a ser considerado como a forma ideal de turismo responsável e ficou em evidência (TAGLIARI e FRANCO, 1994; MENDONÇA, 2006). O turismo no espaço rural apresenta características particulares quando comparado com as outras modalidades convencionais de turismo. Seu objetivo principal é oferecer aos turistas a oportunidade de desfrutar, por meio da participação, das práticas, dos valores, das tradições culturais, da

gastronomia e do acolhimento personalizado nas hospedagens das sociedades rurais. “Avaliado pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das atividades consideradas como uma forma de assegurar, não apenas a revitalização econômica do meio rural, como também os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região” (MENDONÇA, 2006, p. 39-40).

O turismo no espaço rural não é considerado apenas um fator de diversificação das atividades agrícolas, mas também como a saída econômica de muitos municípios, sendo fator de incentivo às atividades não agrícolas em áreas rurais marginalizadas (BATHKE, 2002). Também é visto como um fator de pluriatividade (GUZZATTI e SOLDATELI, 2000), por meio da dinamização de um conjunto de outras atividades econômicas que com ele interagem, tais como: o artesanato, a produção e a venda na exploração de produtos tradicionais, dos quais se destacam os produtos agrícolas e gêneros alimentícios certificados, os serviços de transporte, de animação, de guias. Portanto, o turismo no espaço rural é entendido como um produto completo e diversificado que integra os componentes de acomodações, alimentação, recreação e lazer, com base no acolhimento hospitaleiro e personalizado e, nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore e da história. Davidson (1992, p. 140) defende que o conceito de turismo no espaço rural inclui “todas as atividades de turismo em áreas rurais”.

Na Comunidade Européia o turismo no espaço rural passou a ser visto como a solução para o êxodo rural e para os problemas econômicos e de baixa valorização do setor rural. Ele passou a representar uma renda alternativa, uma forma de motivar a mão-de-obra a permanecer no setor rural por causa da oferta de

emprego e pela melhora da infra-estrutura das regiões e propriedades, decorrentes da atividade de turismo (DAVIDSON, 1992).

O turismo no espaço rural foi considerado anticomercial, por apresentar baixo padrão de estrutura e conforto, falta de profissionalismo e pelo fato de ser um negócio de pequena escala e considerado difícil de ser controlado em termos administrativos (DAVIDSON, 1992). Mesmo com dificuldades, muitos produtores continuam aderindo à idéia do turismo no espaço rural. Um estudo realizado por Nilsson (2002) na Dinamarca, Inglaterra, Irlanda, Alemanha, Áustria, Itália e Suécia verificou as razões pelas quais os produtores rurais iniciaram a atividade de turismo. Na maioria desses países o motivo foi que a atividade representa renda adicional e força a auto-regulação em relação à manutenção da propriedade rural.

Sobre a prestação de serviços de turismo rural no sul da Alemanha, Oppermann (1996) discutiu vários aspectos da prestação desses serviços, concluindo que o turismo rural pode gerar uma renda adicional, mas significativa em apenas alguns casos. No caso da Alemanha é proibido investir em mais capacidade, pois existe um limite para construções, limitando a oferta e, conseqüentemente, um aumento de renda obtida com o turismo no espaço rural.

No estudo focando a fase de transição de turismo na fazenda para fazenda de turismo na Inglaterra, em uma tentativa de identificar as dificuldades enfrentadas pelos proprietários rurais, Busby e Rendle (1999) verificaram que essa transição é um processo complexo e demanda vários aspectos como o envolvimento de toda a família, a experiência dos proprietários em relação à prestação de serviços de turismo e pesquisas que expliquem as causas que levam alguns investidores de turismo no espaço rural a se sobressaírem e outros não.

As dificuldades práticas de elaborar e implantar um plano de turismo foram estudadas por Fletcher e Cooper (1996) na Hungria, em que a principal dificuldade enfrentada foi a deficiência de conhecimentos e habilidade gerencial dos agentes envolvidos em lidar com a atividade, tanto internamente às propriedades rurais quanto externamente, de forma coordenada e cooperativa.

Nos EUA, especificamente em Norfolk, Virgínia, Yoon *et al.* (2001) estudaram os impactos do turismo nas regiões e como esses impactos interferem no apoio que os residentes poderiam dar ao desenvolvimento da atividade. Os impactos estudados foram de ordem ambiental, cultural, social e econômica. Pelo estudo verificou-se que quando esses impactos são percebidos de forma negativa pelos residentes, os mesmos desacreditam da atividade turística e se comportam de forma contrária ao seu desenvolvimento. Em função disso, os autores sugerem que o planejamento da atividade seja realizado juntamente com os residentes, para que os mesmos conscientizem-se de que se tais impactos forem controlados, o turismo pode trazer benefícios para todos.

Goeymen (2000) estudou na Turquia o turismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável, focando a formação de *clusters* de turismo desde o ano de 1963, o estágio inicial, até o ano de 2000, no estágio mais avançado. O objetivo foi relacionar o modelo de desenvolvimento de turismo na Turquia com as dinâmicas de governança nos estágios e verificar os resultados. A conclusão do estudo foi a de que a gestão do turismo, quando em *cluster* estabelecido sob uma governança menos rígida e numa visão integrada, resultou em um crescimento recorde para a Turquia, posicionando-a entre os vinte países que mais recebem turistas, gerando maior obtenção de renda com a atividade.

No Brasil o turismo no espaço rural vem evoluindo de forma similar à trajetória da Europa. Os estudos sobre turismo no espaço rural brasileiro identificaram alguns benefícios, vários problemas e sugeriram formas para solucioná-los. Campanhola (1999) mostrou um panorama do turismo no espaço rural; Schneider e Fialho (2000) estudaram as atividades não agrícolas e o turismo rural no Rio Grande do Sul; Silva *et al.* (1998) estudaram o turismo em áreas rurais, focando suas possibilidades e limitações no Brasil; e Roque (2001) estudou a trajetória das atividades turísticas no espaço rural mineiro, suas diferentes tipologias e seu processo de construção e desenvolvimento. Dentre os benefícios identificou-se que: o turismo é uma alternativa de renda adicional para o produtor rural; o turismo é um agente de mudança social pela intercambialidade de costumes urbanos e rurais; o turismo aumenta a qualidade da infra-estrutura, reduz a saída de mão-de-obra do meio rural, aumenta a oferta de empregos e a melhoria da qualidade de vida; e o turismo no espaço rural é uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento de locais. Os problemas identificados são vários, podendo ser resumidos na deficiência de conhecimento gerencial dos negócios dessa indústria que requer integração, coordenação e cooperação. As soluções sugeridas são: adoção de estratégias de integração e parceiras; criação de associações, de pólos estratégicos; melhoria da qualidade do produto ofertado; participação do estado e comunidade no planejamento; capacitação profissional e treinamento da mão-de-obra.

Batalha e Mendonça (2003) constataram que as maiores dificuldades enfrentadas e que restringem a velocidade do processo de mudança nas propriedades rurais com interesse no turismo no espaço rural são: a escassez de recursos monetários para investir e atender àquilo que o turismo demanda, a falta de visão em trabalhar com prestação de serviços turísticos, a cultura existente no meio

rural de o proprietário rural ser considerado “senhor” e a descrença dos agentes de turismo em relação aos serviços de turismo no meio rural. Atualmente, no Brasil, existe uma oferta variada e um livre uso de denominações das diversas formas de turismo no espaço rural. No entanto, muitas delas “incorretas academicamente e utilizadas como rótulo comercial” (MENDONÇA, 2006, p. 46).

3.1 AGROTURISMO E TURISMO RURAL

A conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos, o Ministério do Turismo (2005, p. 7) define Turismo Rural como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. Também esclarece o que se entende como Agroturismo:

Agroturismo compreende as ‘atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa’ (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005, p. 8).

Essas definições se fazem necessárias, pois algumas regiões, como o Estado do Espírito Santo, adotam o termo agroturismo para todas as atividades do Turismo Rural. Assim, o agroturismo é uma forma de turismo por si só, em que os turistas vão até determinada região exclusivamente para desfrutarem de atividades e produtos. Gera renda extra para os donos das propriedades e uma geração de empregos para o desenvolvimento da região, uma valorização da cultura local e um apelo à preservação da natureza. Seus atrativos vão desde técnicas e manejos

agrícolas diferenciados, tratamento do gado, processo produtivo e comercialização de laticínios, doces, café, fubá, biscoitos, vinhos, massas, frutas, verduras orgânicas, artesanatos e outros produtos naturais, receptividade, cultura e história da população rural, clima agradável, e festas explorando os costumes culturais da região (CALIMAN, 2005).

3.2 PESQUISAS SOBRE AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES

Em relação ao agroturismo na chamada ‘Região Centro-Serrana’ do Estado do Espírito Santo, Portuguez (1998) discute o agroturismo como uma possibilidade de promoção do “desenvolvimento” sócio-espacial capixaba, considerando seu papel na produção e no consumo do espaço na Região Serrana Central do Espírito Santo (composta pelos municípios de Viana, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, Domingos Martins, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Conceição do Castelo, Castelo, Afonso Cláudio e Marechal Floriano) na fase de implantação do “Programa do Agroturismo”. Tal programa pretendeu promover a interiorização das oportunidades de desenvolvimento, criando possibilidades de geração de ocupação produtiva e renda para as populações rurais dessa região.

Portuguez (1998) na idéia de “desenvolvimento sócio-espacial” avalia as reais possibilidades do agroturismo trazê-lo para os municípios envolvidos. Sua conclusão foi que na fase pesquisada de implementação do programa, apesar dos esforços empreendidos e muita vontade política, o Programa do Agroturismo não alcançou seus objetivos almejados, no que tange a melhoria da qualidade de vida das localidades envolvidas, em função de equívocos operacionais, e “tem se configurado como um emaranhado de práticas aleatoriamente associadas, com um equipamento destoante do ambiente rural pregado pela proposta piloto e desejado pela demanda”

(PORTUGUEZ, 1998, p. 154). Tem gerado também, uma crescente tecnificação do meio rural, subvertendo por completo a intenção maior de qualquer iniciativa voltada para o turismo em espaço rural, que é a valorização da vida no campo, transformando as propriedades em verdadeiros clubes de recreação, idênticos aos encontrados nas cidades, ambiente de vida da demanda, não resguardando a cultura local, a paisagem serrana, nem tampouco dando oportunidade de trabalho nas áreas receptoras (PORTUGUEZ, 1998).

Foram feitas sugestões que possam aperfeiçoar resultados futuros, tais como um trabalho mais efetivo do Estado e das prefeituras Municipais no sentido de elaborar um mecanismo legal de tributação das vendas naquela região, “pois a circulação de produtos locais tem possibilitado grandes lucros” (PORTUGUEZ, 1998, p. 154). Também foi proposto um programa de “educação turística” para o visitante, com o intuito de conscientizá-lo dos impactos socioambientais, bem como a inclusão e normatização de placas de orientação e promoção turística, a produção de material audiovisual para facilitar a ação dos guias de turismo e receptores locais, que lidam diretamente com os visitantes, a conservação das características socioambientais locais, a preservação e restauração da arquitetura introduzida pelos imigrantes (PORTUGUEZ, 1998).

Nogueira (2004) a partir de um estudo de caso sobre um grupo de mulheres “rurais” de Venda Nova do Imigrante-ES, fez uma análise relacional entre situações de desigualdade de gênero e agroturismo, onde procurou analisar as transformações de uma histórica situação de subordinação feminina a partir do advento do agroturismo. A identidade étnica italiana e a religiosidade católica também foram consideradas como dimensões relevantes para a compreensão das relações sociais do grupo pesquisado.

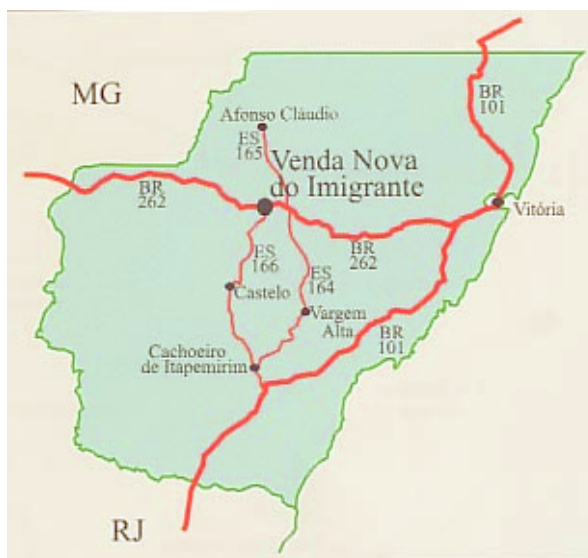
Também há informação verbal de outras pesquisas em andamento sobre o agroturismo na região Centro-serrana do ES para dissertação de mestrado na área de Economia Doméstica e tese de doutorado na área de Administração rural. Além de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e especialização de faculdades da região, nas áreas de Administração Rural e Contabilidade. Em 2005 houve a publicação de uma coletânea de trabalhos sobre os impactos do turismo no Espírito Santo, realizada pelo SEBRAE-ES e coordenada por Caliman (2005).

4 ESTUDO DE CASO

Foi realizado um estudo exploratório no período de abril/2005 a agosto/2005, buscando conhecer o território a ser estudado e uma aproximação inicial ao fenômeno.

4.1 VENDA NOVA DO IMIGRANTE: ASPECTOS HISTÓRICOS

Venda Nova do Imigrante está situada na região central serrana do Espírito Santo, distante 104 km da capital, Vitória. É cortada pela rodovia BR 262, que liga Vitória à Belo Horizonte (MG) e pela ES 166 (rodovia Pedro Cola) que a liga ao município de Castelo.



Fonte: VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES, Guia de Informações Turísticas 2005.
Figura 2: Mapa de localização do município de Venda Nova do Imigrante-ES

O município é composto da Sede, dois Distritos (São João de Viçosa e Caxixe) e diferentes comunidades. Sua população em 2000, segundo o IBGE, era de 16.154 habitantes, sendo 61% moradores da zona urbana e 39% da zona rural. Embora conte com 61% de sua população morando no que se classifica por área urbana (IBGE), pode ser entendido como um município rural. O caráter rural de

Venda Nova do Imigrante é construído em função das características das práticas sociais, dos costumes e dos símbolos de grande parte de sua população.

Um de seus símbolos mais importantes, a identidade étnica italiana de grande parte da população, está associado com a origem italiana e camponesa⁵ de seus antepassados. A identidade rural aparece na representação do próprio grupo social local enquanto um grupo rural, e pela atribuição de ruralidade, dada ao grupo, por pessoas de fora; por exemplo, pelos moradores dos grandes centros urbanos e pelos turistas, em especial. E também a representação social de uma identidade rural encontra-se fortemente associada com uma identidade agrícola (NOGUEIRA, 2004, p. 19-20).

Até meados do século XIX era baixa a ocupação populacional da então Província do Espírito Santo. Na região onde se localiza atualmente o município de Venda Nova do Imigrante, ao sul do estado, o que havia até este período, eram grandes fazendas cafeeiras, de propriedade de famílias portuguesas, que tinham a mão-de-obra negra e escrava como a principal força produtiva. Nessa época o café já era o principal produto da região (ZANDONADI, 1992).

Com a implementação de políticas de imigração, pelo governo Imperial brasileiro, na segunda metade do século XIX, a então Província do Espírito Santo recebeu algumas levas de imigrantes estrangeiros, em especial, de alemães, italianos e pomeranos e, numa fase inicial, também uma pequena leva de chineses (COSTA, 1981). Nesse período foram criadas três colônias de imigrantes: a de Santa Isabel, a de Santa Leopoldina e a de Rio Novo. Nesta última era o local para onde se dirigiam grande parte dos imigrantes italianos que colonizaram, posteriormente, a região de Venda Nova do Imigrante.

A colônia de Rio Novo teve um caráter peculiar, qual seja, resultou de um empreendimento privado, e não de uma iniciativa governamental. Em 1584, o

⁵ Ao falar em identidade italiana, estou remetendo a um modo de vida rural, construído ao longo de toda a história dos vendanovenses, desde a chegada dos imigrantes italianos à região (NOGUEIRA, 2004).

português, e ex-trafficante de escravos, Caetano Dias da Silva, fundou no Rio de Janeiro a Associação Colonial Agrícola de Rio Novo. Observa-se que a política de imigração do então governo imperial permitia a apropriação de propriedade privada da terra pelos imigrantes. Na Colônia Rio Novo, entretanto, em função da particularidade de ser um empreendimento privado, os imigrantes eram obrigados a firmarem um contrato de aforamento com o dono da empresa de imigração, restando a esses, tão somente o uso e o gozo do imóvel, conservando a empresa privada sua propriedade indireta (GROSSELLI apud LAZZARO, 1992).

A criação da Colônia Rio Novo teve características diversas das outras colônias de imigrantes italianos do Espírito Santo, em que a preocupação era o povoamento da Província, em que o imigrante recebia um lote do governo Imperial e tornava-se o seu proprietário. Já a Colônia Rio Novo fora um empreendimento que serviu, num primeiro momento, às necessidades dos grandes fazendeiros de café da região que, em razão da abolição da escravatura em 1888 – ou até antes, com a proibição do tráfico negreiro ao Brasil, a partir de 1850 – ficaram sem, ou com dificuldade, de mão-de-obra para o trabalho agrícola. Em função dos desdobramentos históricos que se seguiram ao processo de colonização, os imigrantes que se dirigiram para a colônia Rio Novo acabaram participando do processo de povoamento da então Província do Espírito Santo (COSTA, 1981).

Costa (1981) afirma que a Colônia Rio Novo fora um empreendimento fracassado, e que isso se deveu às péssimas condições das terras – lotes pequenos, de difícil acesso e no meio das florestas, e ainda, em terrenos pedregosos e pantanosos -, e ao alto preço que os colonos deveriam pagar, a título de foro, ao dono da empresa privada de imigração. Por muito tempo a colônia Rio Novo foi composta por colonos de etnias variadas, gerando por isso pouca

convivência entre eles, e isso teve, dentre outras conseqüências negativas, especialmente a falta de escolas e o não aprendizado da língua portuguesa por sua população, distanciando ainda mais os colonos, que se posicionavam em verdadeiros guetos étnicos.

Os imigrantes italianos, provenientes da região do Trento, no norte da Itália, chegaram à colônia Rio Novo a partir de 1873, principalmente entre os anos de 1875 e 1880. Em 06 de março de 1880, através do Decreto 7.683 ocorreu a emancipação da colônia Rio Novo, sendo criada, a partir desta, o chamado VI território da colônia Rio Novo ou núcleo Castello. O núcleo Castello fora criado pelo governo Imperial para receber principalmente imigrantes provenientes da Itália. Os primeiros colonos chegaram em 1880. Em 1881 já havia 1079 habitantes, sendo 976 provenientes da Itália (GROSSELLI apud LAZZARO, 1992). Situado às margens do rio Benevente, que liga a região ao litoral do Espírito Santo, o Núcleo Castello teve vida curta. Já em 1881, através do Decreto nº 8122, de 28 de maio, fora este núcleo emancipado e, em 1921, surgiu em seu lugar a vila de Alfredo Chaves, sede atual do município de Alfredo Chaves.

A formação do núcleo de São Pedro de Venda Nova (atual município de Venda Nova do Imigrante) iniciou-se em 1891 com a chegada de imigrantes italianos que, insatisfeitos com as condições das terras do ex-núcleo Castello, as abandonaram e compraram outras em Venda Nova. O que havia na região do núcleo de São Pedro de Venda Nova, quando da chegada dos imigrantes italianos, eram quatro grandes fazendas de café, de propriedade de quatro famílias portuguesas, e alguns ex-escravos negros que nelas trabalhavam. Eram as fazendas Providência, Tapera, Bananeiras e Lavrinhas, nomes de quatro comunidades rurais atualmente existentes em Venda Nova.

Nogueira (2004) postula pela existência de uma significativa relação entre a identidade étnica italiana dos habitantes de Venda Nova do Imigrante e as atividades do agroturismo. “De um lado sugere a influência do agroturismo como fortalecedor e perpetuador dessa identidade, e, por outro lado, ressalta o importante papel da dimensão étnica italiana nas práticas do agroturismo” (NOGUEIRA, 2004, p. 84). Assim buscam preservar as características que seus antepassados lhes transmitiram (DADALTO, 1995).

4.2 VENDA NOVA DO IMIGRANTE E O TURISMO RURAL CAPIXABA: ASPECTOS GERAIS DO AGROTURISMO

Venda Nova do Imigrante-ES possui uma concentração de empreendimentos turísticos na região de Providência, localizada às margens da rodovia Pedro Cola, que elevaram essa região ao ícone do agroturismo no Estado do Espírito Santo. O desafio atual é a integração de novas propriedades no agroturismo no município, ampliando a oferta de produtos e serviços. Uma fala comum dos entrevistados é *“da necessidade que outras propriedades também recebam turistas, com produtos diferenciados e novidades”*.

Todavia, segundo os apoiadores, incentivadores e produtores entrevistados, percebe-se uma tendência de expansão desse modelo de agroturismo para outras áreas do município, tais como São João de Viçosa, Lavrinhas e São Roque, com potencial para o desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo, bem como há uma forte perspectiva de crescimento turístico das localidades de Bananeiras e Alto Bananeiras, conforme podem ser visualizados na Figura 3 e na Figura 4 a seguir, apresentando os roteiros do agroturismo.



Fonte: VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES, Guia de Informações Turísticas 2005.
Figura 4: Mapa da sede, com roteiro do agroturismo.

A atividade econômica do agroturismo teve início no ano de 1986 no município de Venda Nova do Imigrante, em virtude das constantes oscilações de preço e queda da produção cafeeira no estado do Espírito Santo e na busca, da família Zorzal Carnielli, em encontrar uma nova fonte de renda que não fosse a

monocultura do café. Assim a atividade agroturística surge na região como uma possibilidade de diversificação da prática agrícola tradicional, dando oportunidade de trabalho a membros de famílias numerosas, em especial às mulheres, que encontraram nessa alternativa não só o seu sustento, mas a manutenção das famílias unidas, o que contribui para a redução do êxodo rural (CARNIELLI, [s.d.]).

A atividade possui objetivos definidos, que são: (a) fomentar uma nova modalidade de turismo; (b) promover a melhoria da qualidade de vida da população rural; (c) reduzir o êxodo rural; (d) valorizar o potencial agrícola e turístico da região; (e) reforçar a filosofia do projeto Turismo Ecológico, quanto à preservação do meio rural e da cultura regional (TESSARI, 1994).

Geralmente o setor de turismo apresenta as complexidades de trabalhar com um produto intangível, não ter uma função de produção formal, ser fragmentado e multi-setorial e por não ter uma estrutura comum ao setor industrial (LICKORISH e JENKINS, 2000). Por outro lado, no setor agrícola, em geral, o produtor culturalmente conduz o negócio rural isoladamente e é resistente a inovações que estejam fora de seu domínio de conhecimento. A produção, em geral, é definida com base no histórico familiar e regional e seu produto é tangível, de primeira necessidade e de baixo valor unitário. Em função disso, existe uma deficiência de conhecimentos, tanto por parte dos agentes de turismo em lidar com as características do meio rural, quanto dos produtores rurais em lidar com as características da indústria de turismo (ALMEIDA e BLÓS, 1997; BENI, 2000).

No caso do agroturismo praticado em Venda Nova do Imigrante, verifica-se uma mudança relativa ao quadro apresentado no parágrafo anterior. Em Venda Nova do Imigrante, conforme observações realizadas nas propriedades, entrevistas com os agentes, e análise dos documentos da AGROTUR, INCAPER, SEBRAE e

dos produtores (atas, projetos de cursos e treinamentos e certificados de participação), houve a diversificação não só da produção agrícola, com técnicas e manejos agrícolas diferenciados, mas também, a implementação de outras atividades para a oferta de produtos, tais como o investimento no aprimoramento do processo produtivo e da comercialização de laticínios, do café, artesanatos, trabalhos manuais e outros, além de gerar empregos para a mão-de-obra local. Tais ações exigiram investimento em qualificação, tecnologia e gestão das propriedades, e forneceram as bases para a oferta de produtos em maior quantidade e mais qualidade. Destaca-se que as ações de investimento capacitação, novas tecnologias e coordenação foram mediadas pela AGROTUR em parcerias com SEBRAE-ES, INCAPER, Secretaria Estadual de Agricultura, e prefeitura municipal. “Calcula-se que o turismo sustente quase 2 mil pessoas na região, especialmente mão-de-obra familiar” (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 159).

A atividade econômica do agroturismo está associada a um conjunto de agentes, organizações e instituições vinculados à oferta do produto turístico, que se movem por relações de interação, cooperação e competição. Dessa forma estão espacialmente concentrados em um território e estabelecem entre si relações horizontais (envolvendo o intercâmbio de fatores, competências e informações entre agentes similares vinculados a oferta do produto turístico). A horizontalidade e proximidade territorial indicam que a atividade de turismo praticada nesta região é motivada não somente por aquilo que uma propriedade oferece isoladamente, mas pela soma das alternativas que todas elas ofertam, de acordo com observações realizadas, somadas às informações obtidas com os proprietários e apoiadores entrevistados.

A interação e a sinergia decorrentes da atuação conjunta proporcionam vantagens competitivas em relação à ação isolada de cada empreendimento agroturístico, como por exemplo: a) cooperação empresarial – na aquisição conjunta de insumos, embalagens e na venda conjunta de produtos; b) especialização produtiva do trabalho e infra-estrutura coletiva – na aquisição de um torrefador de café para atender conjuntamente seis propriedades; c) especialização de serviços – com visitas técnicas e treinamentos realizados em grupo, oportunizando o aprendizado coletivo; d) mais facilidade no desenvolvimento de novos modelos, processos e organização da produção, envolvendo a contratação de assessoria técnica especializada para atender várias propriedades; e) troca de informações técnicas e de mercado, campanhas conjuntas de divulgação da imagem e de *marketing* - com rateio na confecção de *folders*, roteiros e catálogos.

4.3 UNIDADES ESTUDADAS EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES

Objetivando alcançar uma aproximação inicial à atividade econômica do agroturismo, formar uma idéia inicial dos principais *stakeholders*, dos diferentes tipos de dados e sua disponibilidade, entre outros, primeiramente foi realizado um levantamento junto ao AGROTUR buscando identificar quantos empreendimentos exploram a atividade econômica do agroturismo, qual a atividade exercida, e se recebem o turista na propriedade. Os resultados estão condensados no Quadro 1 a seguir.

Constatou-se que, atualmente, a entidade possui quarenta e dois associados, exercendo as mais diversas atividades, sendo que treze são empreendimentos rurais (propriedades) que se enquadram no perfil de prestadora de serviço turístico, recebendo o turista, sem abandonar a atividade primária: a agricultura. Com esta

característica, a atividade turística desenvolvida nestas propriedades rurais, pode ser catalogada como agroturismo, e por isso estas propriedades serão o foco deste estudo.

Nº propriedades	Atividades exercidas		Recebe o turista na propriedade
05	ONG´s (Associação Festa da Polenta – AFEPOL; Associação de Mães Voluntárias da APAE, Associação Voluntárias do Bazar do Hospital Padre Máximo, e outra).		Não se aplica
09	Trabalhos manuais e artesanato, a maioria na área urbana (<i>biscuit</i> , madeira, camisas, chaveiros, bombons, etc.)		Não
15	Produtos artesanais, a maioria na área urbana (geléias, biscoitos, licores, vinhos, tomate seco, goiabada, bordados)		Não
13	01	Propriedade rural trabalhando com biscoitos e massas.	Sim
	01	Propriedade rural trabalhando com (artesanato de galhos de café, biscoitos, trabalhos manuais).	
	08	Propriedades rurais trabalhando com (café, leite, cachaça, fubá, milho, <i>soco</i> , etc.).	
	03	Propriedades rurais com pousada, área de lazer (pesque-pague), restaurante.	

Quadro 1: Atividades exercidas pelos associados da AGROTUR.

Após o levantamento junto ao AGROTUR, foram realizadas visitas em doze propriedades que recebem o turista, visando realizar as apresentações, apresentar a proposta de pesquisa, identificar pessoas chave, e agendar dias e horários para o início das entrevistas. Uma das propriedades não foi visitada, pois não houve acesso aos proprietários, por estes não residirem no território estudado.

Durante esse primeiro contato, pessoas ligadas a várias organizações foram citadas como incentivadoras e apoiadoras do agroturismo. As organizações são: INCAPER, SEBRAE-ES, Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, TV Gazeta – Produção do Jornal do Campo, Alpes Hotel, Banco do Brasil, SICOOB, além de ex-moradores e produtores já falecidos. No Quadro 2 a seguir, são destacadas as organizações e as funções e atividades exercidas pelas pessoas citadas como incentivadoras do agroturismo e que são referências para a pesquisa.

Órgão / entidade a que pertence	Atividade exercida	Fator de incentivo e/ou apoio
INCAPER	Técnico 1	Assessoria e capacitação dos produtores em: agroindústrias, manipulação de alimentos e projetos técnicos para busca de financiamentos.
INCAPER	Técnico 2	Assessoria capacitação dos produtores em: gerenciamento e projetos técnicos para busca de financiamentos.
A Gazeta	Incentivador 1	Produção do Jornal do Campo da TV Gazeta. Divulgação na mídia.
Alpes Hotel	Incentivador 2	Proprietário do Alpes Hotel que fomentou o início do agroturismo.
Alpes Hotel	Incentivador 3	Administrador do hotel. Elaborou o primeiro roteiro do agroturismo, feito à mão.
Secretaria municipal de turismo de VNI	Apoiador 1	Trouxe a idéia do agroturismo, do sul do Brasil para Venda Nova do Imigrante-ES.
SEBRAE-ES	Assessor Técnico	Assessoria Técnica para organização, divulgação, cursos e treinamentos.
Banco do Brasil, e SICOOB	Agentes Financeiros	Liberação de recursos do PRONAF.

Quadro 2: Apoiadores e incentivadores do agroturismo.

4.4 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES ESTUDADAS

Foram estudados doze empreendimentos rurais (propriedades), afiliadas ao AGROTUR, que se enquadram no perfil de prestadora de serviço turístico, recebendo o turista, sem abandonar a atividade primária: a agricultura. Com esta característica, a atividade turística desenvolvida nestas propriedades rurais, pode ser catalogada como agroturismo. Estas unidades foram selecionadas pela disponibilidade de dados, traduzidas pela acessibilidade e pelo interesse dos atores em participarem como objetos dessa pesquisa. Cabe destacar que três, das doze unidades estudadas, não constam dos roteiros dos mapas anteriormente apresentados nas Figuras 2 e 3, por terem iniciado a atividade recentemente, e nove das unidades estudadas constam dos roteiros dos mapas. Outro esclarecimento que se faz, é que das vinte e três unidades destacadas nos mapas com roteiro do agroturismo – cinco propriedades estão localizadas na sede, quatorze propriedades estão localizadas na área rural e quatro são hotéis e pousadas. No quadro 3 a seguir são apresentadas as propriedades que foram e as que não foram estudadas.

Unidades constantes dos Mapas	Motivo do estudo ou do não estudo	Nº de propriedades
9 estudadas	Enquadram-se no perfil de prestadora de serviço turístico, recebendo o turista, sem abandonar a atividade primária: a agricultura.	08 Propriedades rurais, 01 Pousada.
14 Não estudadas	Exercem atividades não catalogas na definição de agroturismo.	01 propriedade de grande porte, com industrialização de laticínios, 01 Associação com produção de trabalhos manuais, 01 Loja do AGROTUR, 01 Loja e mini-museu do café – PRONOVA, 01 hotel, 01 propriedade somente com lazer, 03 propriedades com flores híbridas e grama em tapete, 01 oficina de artesanato em mármore e granito.
	Não acesso aos proprietários por estes não residirem no município.	02 pousadas rurais, 02 propriedades rurais.

Quadro 3: Unidades estudadas constante dos mapas com roteiro do agroturismo.

As características das unidades estudadas nesta fase exploratória, realizadas a partir das observações e entrevistas com os seus proprietários, estão condensadas nos Quadros G1 e G2, constantes do Apêndice G.

Constatou-se que as propriedades estudadas exploram a atividade turística durante todo o ano, sendo que os maiores fluxos de turistas acontecem nas férias de inverno e verão, concentrando-se nos finais-de-semana. Nas propriedades a forma de administração é familiar, e os produtores e apoiadores entrevistados declararam que houve um aumento de 30% a 40% na renda das propriedades com a exploração do agroturismo, sendo que declararam-se auto-sustentáveis economicamente. Identificou-se também a falta de diversidade de produtos comercializados, tendo a predominância de derivados do café e leite.

Para atuar na atividade do agroturismo, os produtores tiveram que realizar mudanças nas propriedades. No início eles contaram com a ajuda dos vizinhos para a implantação do agroturismo, e depois obtiveram apoio do INCAPAER, do SEBRAE, e incentivo da mídia (TV e jornais), do Alpes Hotel, e prefeitura municipal

(conforme Quadro 2). Nas propriedades aconteceram mudanças no processo produtivo, readequação de espaços de produção, área para manipulação de alimentos, implantação de agroindústrias, em função das exigências da Vigilância Sanitária. Os produtores também realizaram reestruturação das instalações e no ambiente físico das suas propriedades, para receber o turista, com construção de lojinha, banheiros, área para degustação de produtos e bate-papo, e pequenas intervenções no paisagismo – algumas por sugestão dos turistas, e outras por iniciativa dos próprios produtores.

Com isso os membros da família e empregados realizam cursos e treinamentos – sobre a atividade de turismo rural (receber e atender bem ao turista, gerenciamento da atividade, paisagismo), de manipulação de alimentos, especialização em laticínios, novas tecnologias e manejos da cafeicultura, gerenciamento de agroindústria, entre outros – junto ao SEBRAE, INCAPER e AGROTUR –, que gradativamente os prepara para atuarem com o agroturismo. Também foi destacado pelos entrevistados que, recentemente os programas de incentivo e apoio ao *“Café de Qualidade”*, fomentados pela PRONOVA, vêm agregar valor e divulgar o agroturismo, acrescentando novas possibilidades à atividade.

Os produtores rurais atuando em uma nova atividade mudam a forma de manejar a propriedade. Passam a preocupar com aspectos relacionados ao meio-ambiente, à preservação da arquitetura rural e das tradições rurais e culturais, que são atrações para os turistas. Nesse processo estão envolvidos todos os membros da família, principalmente a mulher, que além dos afazeres domésticos, passa a ter contato com os turistas, mostrando como são feitos os produtos e as receitas utilizadas; os mais velhos, que os turistas procuram para conversar e saber as histórias; os mais jovens, que passam a atender diretamente o turista; e também os

empregados, que buscam aperfeiçoamento e qualificação para atuar com a nova atividade. Com isso o voluntariado que já exerciam acaba sendo reforçado, e participam mais intensamente na organização das festas comunitárias, como a tradicional festa da polenta, e das voluntárias do hospital. No Quadro 4, a seguir, são apresentados alguns recortes das entrevistas, apresentando as mudanças que o agroturismo proporcionou.

Segundo os entrevistados, a interatividade com outros agentes do agroturismo é alta, destacando a importância do circuito turístico, fomentado pelo Alpes Hotel e AGROTUR, em que outras propriedades ofertam produtos diferenciados exercendo uma reciprocidade na qual um proprietário indica a propriedade do outro para visitas e coloca, a venda os produtos do outro em sua propriedade.

Os produtores entrevistados vêem positivamente a concorrência, pois assim ficam sempre atentos e pensam que: *“Sem concorrência é o deixa pra lá e acaba caindo o padrão”*. A cooperação entre as propriedades é considerada alta, pelos entrevistados, mas afirmam que: *“alguns membros querem morder outros”*. Também, segundo os entrevistados, é alta a participação em associações e atividades ligadas ao agroturismo, e assim estão sempre envolvidos na diretoria das entidades ligadas ao agroturismo e para desenvolvimento da propriedade.

Tanto os produtores quanto os incentivadores entrevistados consideram que os órgãos governamentais apóiam pouco o agroturismo. Com relação à legislação ambiental esta é considerada muito rígida *“no sentido de ser cega e atrapalhar”*, mas salientam que *“existe a necessidade de um controle, senão vira baderna. [...] mas tem que ser adaptada à realidade”*. Quanto à legislação sanitária, tanto municipal

quanto estadual, consideram que “no geral é uma negação. [...] se molhar a mão, consegue o que quer”.

MUDANÇAS NAS PROPRIEDADES		
Fonte	Aspectos analíticos	Aspectos qualificadores
	Mudanças que o agroturismo proporcionou	
Unidade 1	[Renda mensal para poder fazer planejamento dos gastos mensais, o que não acontecia]. [Se vestir melhor, no aspecto visual, tanto proprietários e empregados (passam a ter renda e melhoram a vida...)]. [Posse de casa, móveis, carros, etc]. [Melhora no relacionamento da família]. [Há uma mudança cultural que vem com o aumento da renda... O café especial também propicia isso, pois consegue legalizar o funcionário (carteira assinada, férias, FGTS, INSS)]. [Melhorou o visual: casas, esgoto, erosão lavouras, cuidado de estradas e vias públicas... Higiene e limpeza com casa arrumada e não jogar lixo]. [Meio-ambiente: hoje vem dando atenção à preservação]. [Melhoria do nível cultural: conhece mais]. [Melhoria da renda... Mantém os jovens no campo: a enxada não segura mais, é um negócio diferente, pois cria atividade que precisa dos meios modernos de tecnologia e prende o jovem na roça, que não fica tentado a ir para os grandes centros. Segura um pouco mais a população na roça, pois cria possibilidades de empregos diferenciados].	Renda mensal, posse de bens, relacionamento familiar, nível cultural, conservação das propriedades, emprego atrativo aos jovens.
Unidade 2	[Renda mensal... aumento da auto-estima e relacionamento familiar]. [Posse de bens: carro, eletrodomésticos, melhoria na estrutura da casa... no aspecto da propriedade, que está mais bonita].	Renda mensal, auto-estima, relacionamento familiar, posse de bens.
Unidade 3	[Internamente nas propriedades houve melhora... Isso vem da vontade de cada um na propriedade, desde o início com dedicação total, com uma renda constante...]	Renda mensal, conservação da propriedade.
Unidade 4	[Melhoria financeira com o aumento da renda]. [Mudança, para melhor da propriedade]. [Vislumbra um futuro melhor... vestir bem, aparência... não etiqueta, e sim higiene e limpeza]. [Reforma da casa e compra de geladeira, fogão, televisão, sofá...]. [Aumento da renda em 40%].	Aumento renda, Posse de bens, melhorias na propriedade.
Unidade 5	[Tudo pensado em não ter problema: Aspecto visual, fez porque gostam, e não só para tapear... Lojinha, para ter melhoria... melhoria nas residências, estradas, jardinagem, limpeza (trato do lixo)]. [Na produção, VISA imposição legal, e se adiantaram ao invés de esperar pela lei]. [Antes trabalhavam bastante para um resultado de se manter, hoje pensam no que fazem, colocam gente para trabalhar... querem ampliar, dar mais emprego]. [Visão de cada um prever o que pode acontecer com ele, independente do governo, do tempo... já se projetam para cada evento climático, e não ficam parado na propriedade]. [Auto-estima, valorização pessoal... há uma autonomia financeira, antes precisavam de ajuda dos vizinhos, família, parentes... superam “crise” econômica com mais facilidade (no agroturismo)].	Autonomia financeira, auto-estima, planejamento da produção, geração de empregos, conservação da propriedade.
Unidade 6	[Futuro melhor. Vestir bem, na aparência e não etiqueta, e sim higiene e limpeza. Aumento da renda em 40%].	Aumento da renda,
Aspectos similares	Autonomia financeira com aumento de renda... posse de bens... conservação e melhoria da propriedade... melhora no relacionamento familiar, nível cultural, auto-estima... geração de empregos atrativos aos jovens... planejamento da produção.	

Quadro 4: Mudanças nos empreendimentos rurais.

No tocante ao agroturismo nos dias atuais, segundo os entrevistados, *“há uns quatro anos atrás deu uma parada, e não se sabe o porquê [...] presume-se que falta diversidade? Que faltam pessoas para atender? Falta de pousadas/restaurantes?”*. Os produtores entrevistados ressaltam que outros produtores têm um ciúme muito grande da propriedade, pois ficam presos no seu mundo, e têm medo de inovar, desenvolver. Atribuem isso a uma questão cultural.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Inicialmente foi realizado um estudo exploratório devido à carência de estudos que relacionem a atividade econômica do agroturismo, ambiente institucional e desenvolvimento econômico, O estudo exploratório foi realizado com objetivo de alcançar uma aproximação inicial à atividade econômica do agroturismo e conhecer o território a ser estudado, formar uma idéia inicial dos principais *stakeholders*, dos diferentes tipos de dados e sua disponibilidade, entre outros, descritos na apresentação do caso, realizado no capítulo 4.

Posteriormente foi realizada uma pesquisa descritiva, que constou das metodologias da historiografia e estudo de múltiplos casos. Assim o pesquisador foi a campo com o objetivo de observar a atividade econômica do agroturismo tendo como suporte os pressupostos teóricos de instituições e mudança institucional, compreendendo o desenvolvimento econômico como resultado histórico das instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e grupos sociais, conforme North (1990, 1991, 1998), Brousseau, Fares e Raynaud (2004), e Rodríguez-Pose e Storper (2006).

5.1 PESQUISA DESCRITIVA

Após a conclusão do estudo exploratório, partiu-se para esta etapa da pesquisa, orientado pela questão: **Como e por que se desenvolveu a atividade econômica do Agroturismo na Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo?**

Buscando especificamente compreender: (1) Como se deu o processo de desenvolvimento histórico e econômico da atividade econômica do Agroturismo na

comunidade de Venda Nova do Imigrante-ES? E (2) Quais os papéis e relações desempenhados pelos agentes, organizações e instituições presentes na coordenação da atividade do Agroturismo em Venda Nova do Imigrante-ES?

Para responder a essas questões, estabeleceu-se por objetivo compreender o desenvolvimento histórico e econômico da atividade do Agroturismo na comunidade de Venda Nova do Imigrante-ES, embasado pelos pressupostos teóricos de instituições e mudança institucional, entendendo o desenvolvimento econômico como resultado histórico das instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais.

De modo a atingir o objetivo proposto, esta etapa da pesquisa de campo envolveu a realização de uma pesquisa histórica e estudo de múltiplos casos. A condução do estudo histórico e da análise dos casos foi baseada em evidências de três fontes distintas: entrevistas, observação não participante e análise documental, realizada no período de setembro/2005 a dezembro/2005.

Os informantes foram escolhidos pela qualidade presumida das informações que poderiam prestar. Buscou-se dessa forma, aplicar a técnica da triangulação “que se refere ao uso de diferentes fontes de dados” (VERGARA, 2005, p. 258), e baseada no emprego concomitante de diferentes técnicas de pesquisas que “têm por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

5.1.1 Pesquisa historiográfica

No estudo exploratório, foi observado que existem poucos arquivos organizados com dados sobre o desenvolvimento do agroturismo, o que justifica o

levantamento de dados ser complementado com análise histórica. “A historiografia é um método de pesquisa que visa ao resgate dos acontecimentos e das atividades humanas ao longo do tempo, possibilitando desvendar e compreender as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social” (VERGARA, 2005, p. 130).

A opção pela análise histórica se justifica pelas características desta, que permite a reflexão e a compreensão acerca da construção, da transformação e da incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo; permite resgatar as trajetórias de indivíduos, organizações e movimentos, reduzindo a distância entre o discurso e a prática; e não se limita à narrativa de acontecimentos, mas pressupõe sua análise e interpretação. Considera-se que todo o material, primário ou secundário⁶, escrito ou não escrito⁷, relacionado ao objeto de pesquisa é passível de utilização (VERGARA, 2005).

Desta forma a historiografia é uma técnica potencial em pesquisa gerencial, podendo fazer contribuições significativas para avaliação e seleção de variáveis, construção de teorias e geração de hipóteses (GOODMAN e KRUGER, 1988). Assim, para compensar a falta de documentos sistematizados foram utilizadas diversas fontes, como, por exemplo, entrevistas semi-estruturadas com proprietários e apoiadores, filmes em vídeo, fotografias das propriedades, buscando dessa maneira verificar a história do agroturismo; as dificuldades na sua implantação; a criação e mudanças das organizações e instituições; o ambiente institucional e suas mudanças. Assim, a análise das informações buscou compreender o papel dos

⁶ São exemplos de fontes primárias: cartas pessoais, diários, correspondências comerciais, entrevistas com os sujeitos privilegiados pelo estudo (histórias de vida), com membros de organizações, com participantes de movimentos sociais, entre outros. Filmes, estudos publicados sobre o tema, entrevistas com estudiosos são, entre outros, exemplos de fontes secundárias (VERGARA, 2005, p. 133).

⁷ Fontes escritas referem-se a documentos manuscritos ou impressos. Fontes não escritas, por sua vez, englobam fotografias, filmes, entrevistas de história oral, objetos diversos (VERGARA, 2005, p. 133).

indivíduos, das organizações e instituições no desenvolvimento histórico e econômico da atividade do agroturismo em Venda Nova do Imigrante-ES.

5.1.2 Estudo de caso

Já a opção pelo estudo de múltiplos casos se justifica pelas possibilidades oferecidas por esta abordagem que “[...] contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21). O estudo de caso vem sendo usado como estratégia de pesquisa em diversas disciplinas,

em que a estrutura de uma determinada indústria, ou a economia de uma cidade ou região, pode ser investigada através do uso de um projeto de estudo de caso. [...] Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (YIN, 2001, p. 21).

Para isso, uma característica necessária ao estudo deve ser o entendimento de um fenômeno social complexo. A essência de um estudo de caso é esclarecer decisões ou grupo de decisões, por que elas foram tomadas, como elas foram implementadas, e que resultados foram obtidos (YIN, 2001). Portanto, um estudo de caso, é uma inquisição empírica que tem as seguintes características: a) Investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto na vida real; b) os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes; e c) múltiplas fontes de evidência são utilizadas (YIN, 2001). Sendo assim, uma vez que não há um controle sobre o agroturismo e como se trata de um acontecimento contemporâneo, a metodologia de estudo de caso torna-se mais adequada para esta pesquisa.

5.2 SUJEITOS DA PESQUISA (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS)

Utilizando a taxonomia definida por Yin (2001), optou-se por estudo de caso com seis unidades para análise, que obtiveram sucesso com a atividade de agroturismo e que se encaixavam no perfil de prestadora de serviço turístico, recebendo o turista, sem abandonar a atividade primária, a agricultura, e identificadas na fase exploratória com mais condições de atenderem os objetivos da pesquisa. Também foram estudados sete apoiadores e incentivadores do agroturismo, que desempenharam papéis variados, tais como assessoria técnica, divulgação na mídia, apoio e coordenação inicial da atividade. Cabe ressaltar que as outras unidades constantes do estudo exploratório foram constantemente utilizadas para confirmar os dados que emergiam durante esta fase da pesquisa

Na realização de estudos de caso não se objetiva a generalização estatística, ou seja, a validade externa. Logo, o critério que determina o valor da amostra passa a ser a adequação aos objetivos da investigação, garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Então os informantes foram escolhidos pela qualidade presumida das informações que poderiam prestar. Outro aspecto importante na seleção das unidades de análise foi a disponibilidade de dados, traduzida pela acessibilidade e pelo interesse dos atores em participarem como objetos dessa pesquisa (GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1987).

5.3 COLETA DOS DADOS

Na coleta de evidências utilizaram-se três fontes distintas: entrevistas, observação não participante, e análise documental, conforme Figura 5, a seguir. Buscou-se dessa forma, aplicar a técnica da triangulação “que se refere ao uso de

diferentes fontes de dados” (VERGARA, 2005, p. 258), e baseada no emprego concomitante de diferentes técnicas de pesquisas que “têm por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, P. 138).

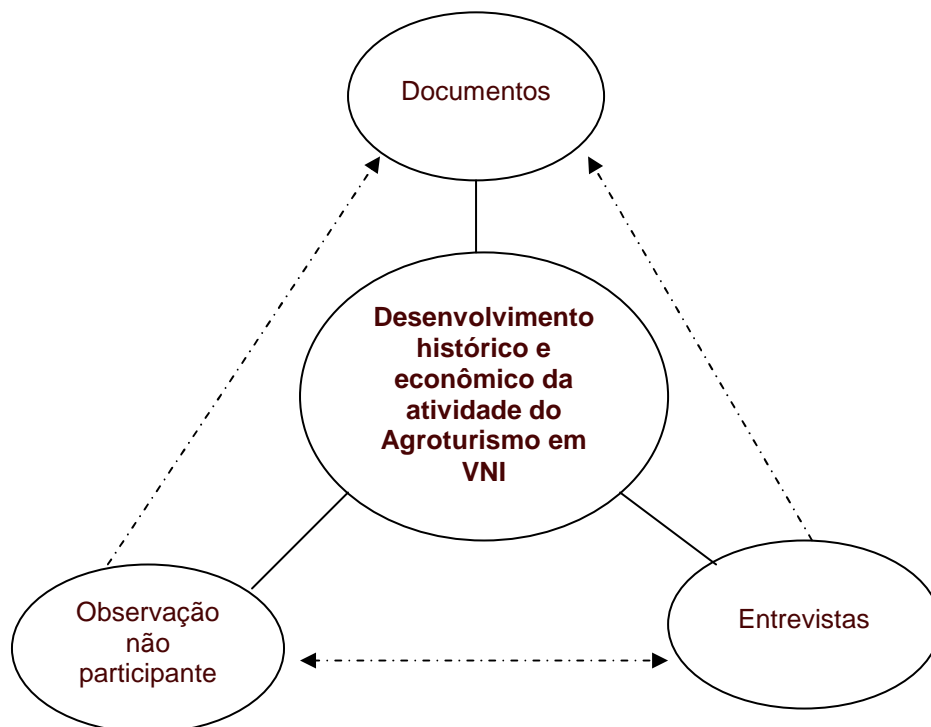


Figura 5: Fontes de dados do estudo

a) Documentação: Para a utilização nos estudos de caso, a importância principal de documentos é confirmar e aumentar as evidências de outras fontes. Além disso, os documentos são importantes na verificação de uma grafia correta de títulos ou nomes de organizações mencionadas em uma entrevista. Os documentos também podem fornecer detalhes específicos para confirmar informações de outras fontes de pesquisas e, ainda, possibilitar a elaboração de conclusões. Para este trabalho foram pesquisados os arquivos da AGROTUR, SEBRAE-ES, escritório local do INCAPER, jornal A Gazeta e acervos nas propriedades (pequenos museus históricos, fotos, livros de assinaturas, jornais e revistas).

b) Entrevistas: Considerada por Yin (2001) como uma das mais importantes fontes de informação de estudo de caso, geralmente, as entrevistas são fontes essenciais de evidência dentro de um estudo de caso porque, em geral, os estudos de caso versam sobre questões humanas e sociais. As entrevistas, dentro deste estudo, serviram de apoio, juntamente com a pesquisa documental e bibliográfica, na identificação e análise dos fatores relevantes para o desenvolvimento histórico e econômico do fenômeno agroturismo. As entrevistas foram feitas com onze proprietários rurais que exploram o agroturismo, e sete incentivadores e apoiadores do agroturismo, seja com assessoria técnica, divulgação na mídia, apoio e coordenação inicial da atividade. As entrevistas foram semi-estruturadas, com um roteiro para orientação e apoio (em Apêndice B), podendo desta forma explorar mais amplamente os fatores do desenvolvimento do agroturismo.

c) Observação direta: Segundo Yin (2001), a observação direta traduz-se em uma visita de campo ao local do estudo de caso. Assim, o investigador criará a oportunidade de fazer observações diretas. Estas observações servem de evidência em um estudo de caso. Evidências observacionais são, freqüentemente, usadas no fornecimento de informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado. As observações foram não participantes e tiveram o objetivo de realizar um estudo mais aprofundado sobre os proprietários e o desenvolvimento das propriedades rurais que exploram o agroturismo, tais como, o desenvolvimento da atividade, a estrutura física dos empreendimentos, os processos produtivos, as adaptações e investimentos feitos em função do agroturismo, e das adequações à legislação sanitária, bem como o estilo de vida das famílias, para conhecer a dinâmica e o desenvolvimento do agroturismo.

5.4 CONDUÇÃO DA PESQUISA

Primeiramente foi realizada a construção do protocolo de coleta de dados, da seleção das unidades, dos apoiadores e da documentação para análise, conforme Figura 6, a seguir.

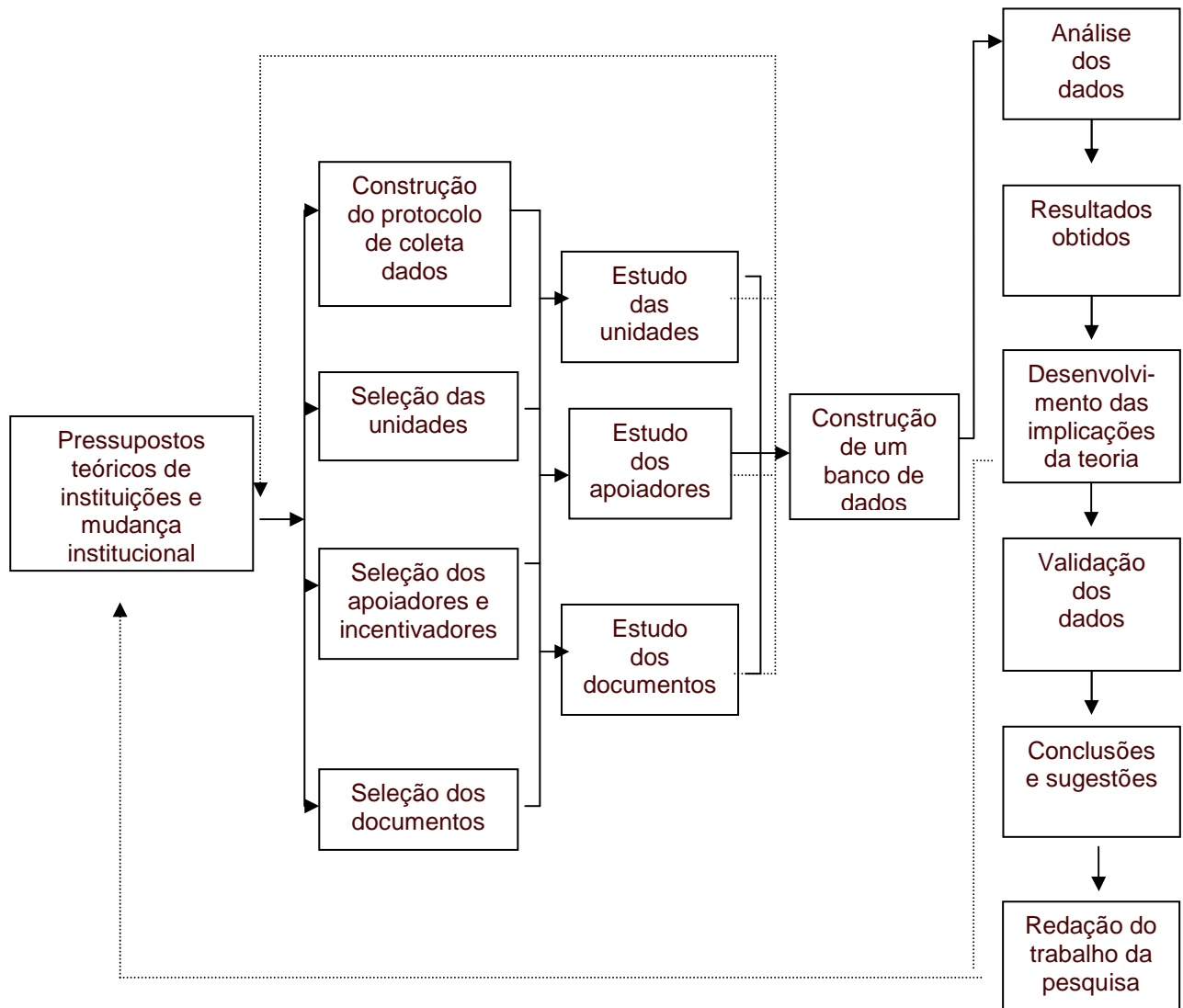


Figura 6: Fluxograma da Pesquisa.

Iniciou-se então a condução dos estudos, construindo um banco de dados. Após a revisão das anotações das entrevistas, das observações e dos dados documentais, partiu-se para a organização do material coletado. Por fim foram realizadas análises dos dados coletados buscando estabelecer o desenvolvimento

histórico e econômico do agroturismo e sua coordenação, amparado pelos pressupostos teóricos que dão sustentação ao estudo.

Esses dados foram analisados e comparados dentro de um mesmo protocolo, visando a contribuir para a aplicação da teoria e para o desenvolvimento das implicações da mesma, considerando as características no ambiente institucional da(s): **a) a presença de uma identidade sociocultural dos indivíduos; b) a existência de um ambiente histórico-cultural de apoio às atividades desenvolvidas; c) a organização e ordem estabelecidas para a coordenação da atividade; d) as relações estabelecidas entre os agentes; e e) a sinergia entre as atividades, agentes e condições.** Por fim, foi escrito o relatório final onde as conclusões e recomendações foram elaboradas.

5.4.1 Aplicação das entrevistas

As entrevistas com os proprietários e apoiadores foram realizadas no período de setembro de 2005 a dezembro de 2005 no município de Venda Nova do Imigrante-ES e houve um trabalho de uma semana em Vitória para organização e coleta de informações com apoiadores da produção do Jornal do Campo da TV Gazeta, do Alpes Hotel, e do SEBRAE-ES.

Foram realizadas novas visitas nas propriedades e aos apoiadores para agendar a reaplicação das entrevistas, continuação de entrevistas anteriores, bem como apresentar *feedback* da pesquisa exploratória, com os objetivos da pesquisa descritiva e o roteiro da entrevista. Quanto aos apoiadores e incentivadores, localizados em Vitória-ES, esse contato inicial deu-se via telefone. Essa nova etapa de sensibilização e explanação sobre o trabalho foi considerada essencial pelo pesquisador para promover o entendimento e a colaboração dos entrevistados.

Neste momento também se buscou conhecer mais a fundo os acervos das propriedades: nos pequenos museus, reportagens em livros e revistas, fotografias, reportagens em vídeo, documentos. Tais documentos foram selecionados e retirados com permissão dos proprietários para cópia e posterior análise.

As entrevistas transcorreram em média num período de 1 hora e 15 minutos cada. Foram necessários de duas a três visitas em cada propriedade para a realização das entrevistas, em função de não extrapolar o tempo de 1 hora e 30 minutos previamente delimitado. Ao iniciar a entrevista era novamente apresentado um breve roteiro, e então negociada com o entrevistado a gravação ou não da entrevista. Somente uma pessoa entrevistada se sentiu à vontade para se deixar gravar, as demais se sentiram inibidas para falar, então foi estabelecido o padrão de não haver gravação das entrevistas. Mais à vontade, as pessoas entrevistadas iam explanando as respostas e muitas vezes precisavam ser limitadas ou redirecionadas para o foco de interesse, enquanto o pesquisador ia conduzindo e fazendo anotações dos pontos considerados essenciais para o objetivo da pesquisa.

O roteiro de entrevistas foi um instrumento válido na orientação do pesquisador e o contato anterior com os entrevistados para a explanação dos objetivos da pesquisa favoreceu a tranquilidade para os trabalhos, pois os mesmos tinham noção da abrangência da pesquisa. Quanto à participação e postura dos entrevistados, houve interesse e colaboração. Com relação ao conteúdo, considera-se que os entrevistados trouxeram na sua fala experiências, percepções, sentimentos e exemplos que, juntamente com outras evidências, vieram subsidiar a análise.

5.4.2 Observação não participante

Desde os primeiros contatos nas propriedades foram sendo realizadas observações quanto à estrutura das mesmas, processos de produção, estilo de vida, aspectos do ambiente (preservação dos recursos naturais e culturais), adaptações realizadas e em realização, ao mesmo tempo em que iam sendo feitas notas sobre os fatos e aspectos observados. Foram realizadas de três a quatro visitas de observação nas propriedades, com um tempo médio de cinquenta minutos cada visita.

5.4.3 Análise documental

A leitura da documentação e registros da AGROTUR, do INCAPER e reportagens sobre o agroturismo em Venda Nova do Imigrante em jornais e revistas de circulação local, regional (região Centro-serrana do ES), estadual (ES) e nacional, permitiram obter dados sobre a história, benefícios e aspectos do desenvolvimento do agroturismo, que foram organizados e analisados em função de seu ajuste com os objetivos do estudo.

5.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a revisão das anotações das entrevistas, das observações e dos dados documentais, partiu-se para a organização do material coletado. Para fins de mais clareza e compreensão na apresentação dos resultados, as informações foram organizadas na forma de quadros, representando as evidências e informações históricas.

Como suporte à discussão, foram elaborados mapas e árvores de associação de idéias encadeando as várias informações que foram levantadas nos documentos e junto aos proprietários e apoiadores do agroturismo. Esses mapas são inspirados em Spínk (2004a, 2004b) e visam organizar fatos, atos, eventos e posicionamentos na criação do conceito de determinada realidade. Também foram usados adaptações de mapas cognitivos que, segundo Vergara (2005) e Éden (1992), “podem revelar vários tipos de relacionamentos entre conceitos, tais como: proximidade, similaridade, causa e efeito, continuidade”.

5.5.1 Estrutura e dimensões de análise

Visando o desencadeamento de fatos, idéias e percepções, ensejadores de uma argumentação final, estabeleceu-se a estrutura e dimensões de análise descritas abaixo e visualizadas na Figura 7 a seguir.

5.5.1.1 Desenvolvimento histórico e econômico do agroturismo

Esta seção tem o objetivo de descrever o desenvolvimento da atividade econômica do Agroturismo no território estudado, situando o ambiente histórico-cultural, e institucional em uma linha temporal. Nesta seção também serão apresentados o **(a) desenvolvimento local e mudança no ambiente institucional**, buscando destacar e analisar as mudanças no ambiente institucional, o surgimento de instituições privadas e os investimentos em novas habilidades e conhecimentos; e **(b) o papel das instituições privadas**, em que serão analisadas as instituições privadas em seu objetivo de estabelecer ordem e facilitar a coordenação do agroturismo, o papel desempenhado pela comunidade, vida em grupo, *close-knit group*, clubes e seus membros, no desenvolvimento do agroturismo.

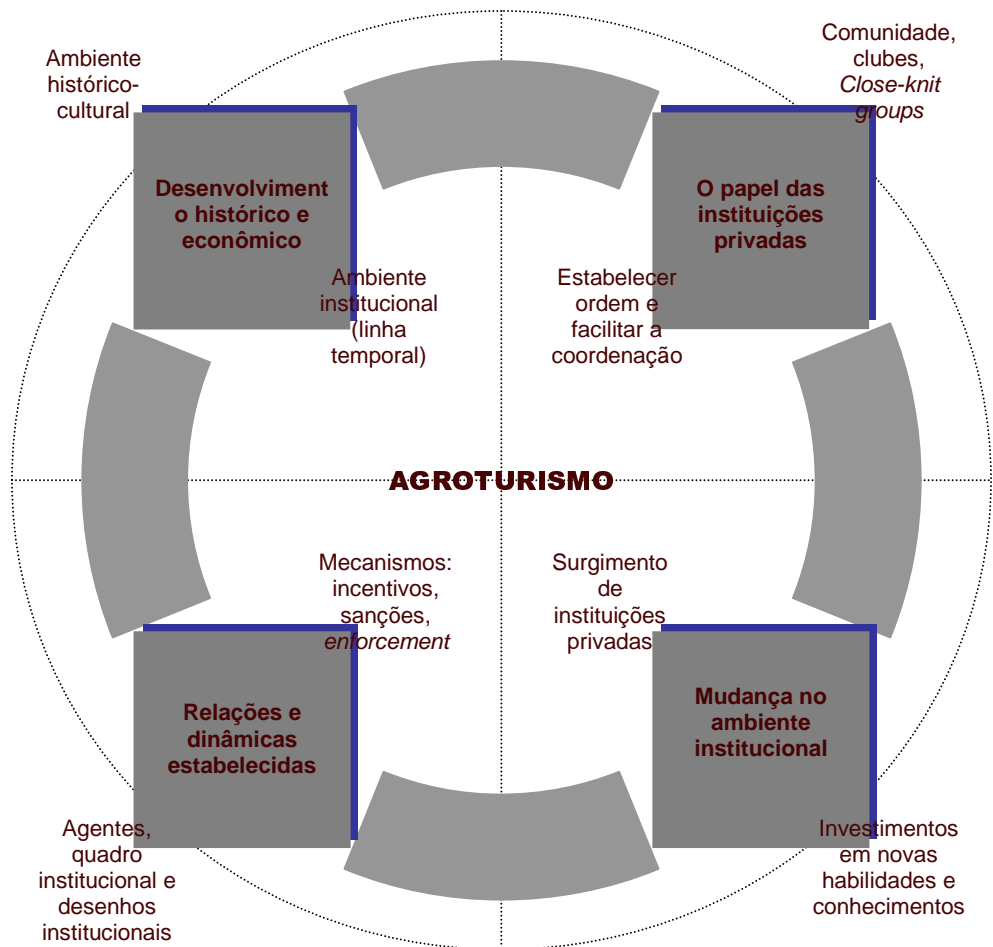


Figura 7: Estrutura e dimensões de análise.

5.5.1.2 Relações e dinâmicas estabelecidas no ambiente institucional

Esta seção objetiva analisar as relações estabelecidas entre os agentes, no território do agroturismo, considerando o quadro institucional atual (comunidade, clube, *close-knit group*), os desenhos institucionais que viabilizam as relações, e os mecanismos de incentivos, *enforcement* e sanções aos agentes (indivíduos).

5.6 VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A validação das informações foi realizada com os entrevistados que receberam o material referente aos relatos, quadros e tabelas conforme a seguir:

- > Desenvolvimento histórico e econômico do agroturismo, com informações relatando as evidências do estudo;
- > Mapas e árvores de associações de idéias contendo a organização, dinâmica e relações estabelecidas entre os agentes e organizações presentes no território do agroturismo em VNI.

O material foi entregue aos entrevistados (tomando-se o cuidado de preservar identidades) e foi solicitado que validassem as informações prestadas assim como os encadeamentos realizados nos mapas e árvores de idéias.

5.7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Frente ao grande volume de informações, para organização dos relatos serão realizadas quatro etapas que levam a construção de uma argumentação final, conforme Quadro 5 a seguir:

Etapa 1	Desenvolvimento histórico e econômico do agroturismo em VNI – na qual será descrito o desenvolvimento do agroturismo no território estudado, situando o ambiente histórico-cultural, e institucional em uma linha temporal.
Etapa 2	Desenvolvimento local e mudança no ambiente institucional – na qual serão destacados e analisados as mudanças no ambiente institucional, o surgimento de instituições privadas e os investimentos em novas habilidades e conhecimentos.
Etapa 3	O papel das instituições privadas – na qual serão analisadas as instituições privadas em seu objetivo de estabelecer ordem e facilitar a coordenação do agroturismo, bem como o papel desempenhado pela comunidade, vida em grupo, <i>close-knit group</i> , clubes e seus membros, no desenvolvimento do agroturismo.
Etapa 4	Relações e dinâmicas estabelecidas no ambiente institucional – na qual serão analisadas as relações estabelecidas entre os agentes, no território do agroturismo. Considerando o quadro institucional atual (comunidade, clube, <i>close-knit group</i>), os desenhos institucionais que viabilizam as relações, e mecanismos de incentivos, <i>enforcement</i> e sanções aos agentes (indivíduos).

Quadro 5: Etapas para apresentação dos resultados e interpretação dos dados.

Além da apresentação dos aspectos gerais do território de VNI, local do estudo de caso, e da atividade econômica do Agroturismo, objeto desta pesquisa, apresentados anteriormente no capítulo 4 desta dissertação.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, bem como sua análise orientada pelos pressupostos da mudança institucional, conforme estrutura apresentada na Figura 8, e descrito a seguir:

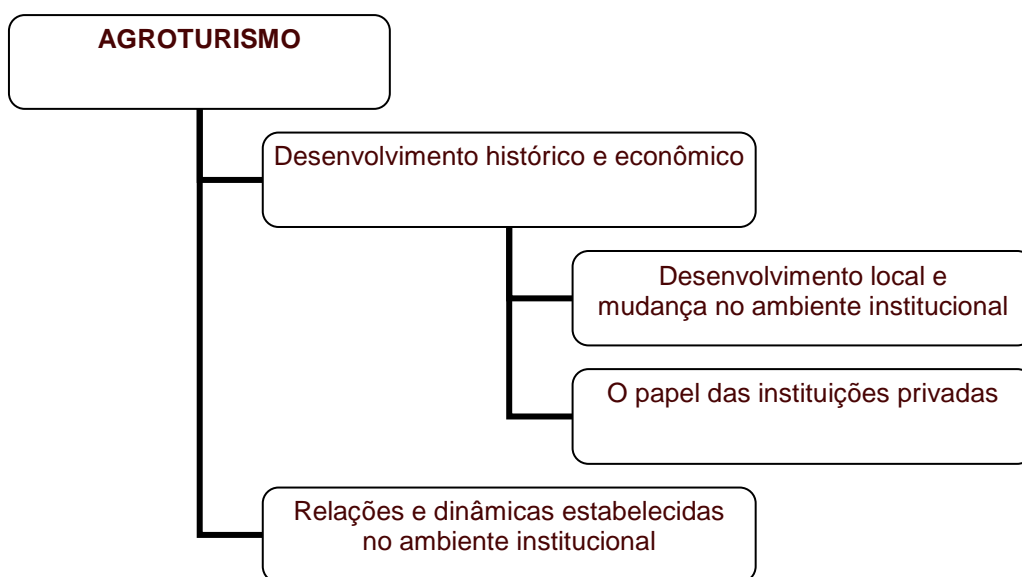


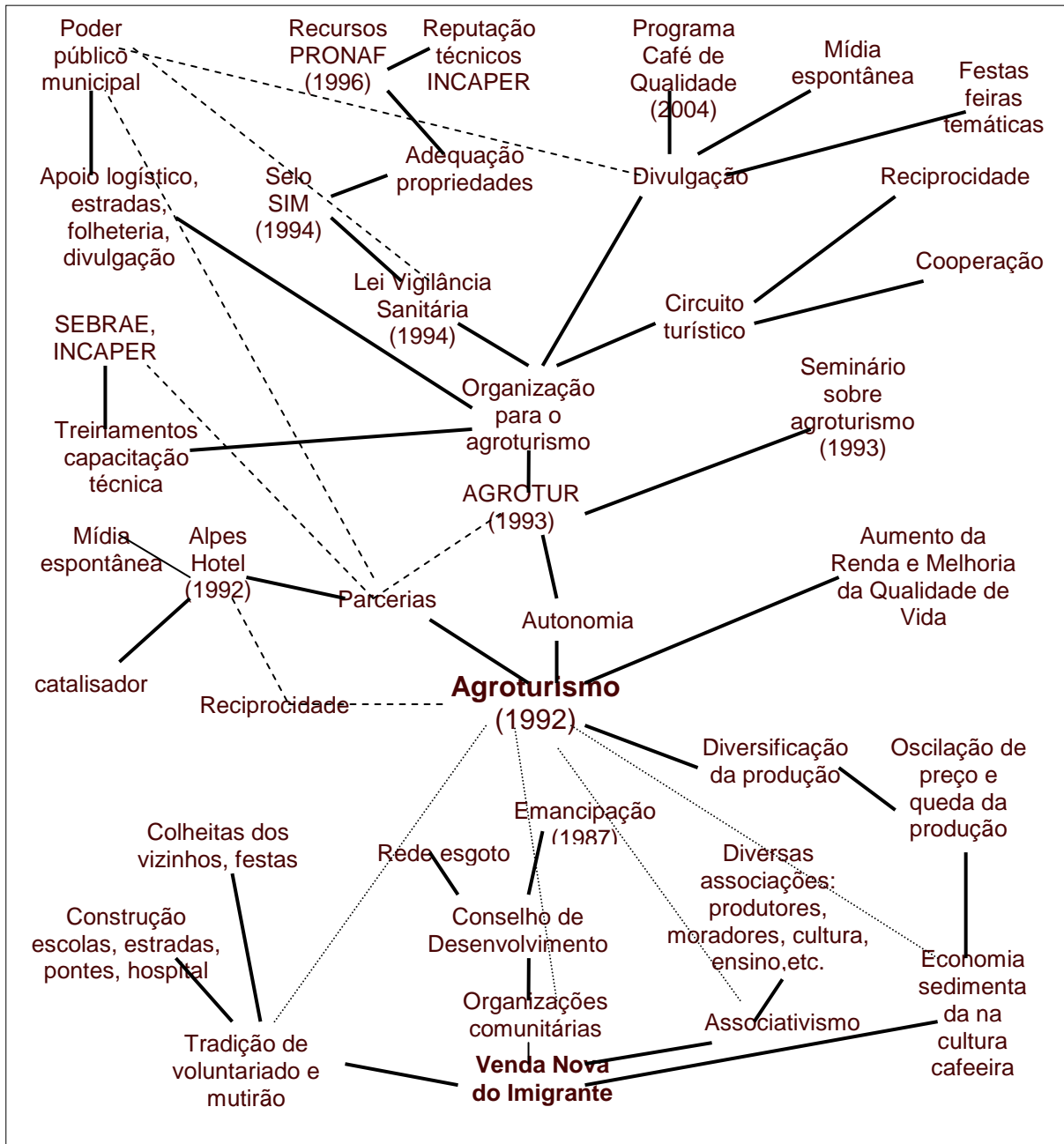
Figura 8: Estrutura de apresentação dos dados.

Na seção que trata do **Desenvolvimento histórico e econômico do agroturismo em VNI** serão apresentados evidências históricas e eventos sobre o desenvolvimento e estruturação do agroturismo; na seqüência, serão discutidas as **Relações e dinâmicas estabelecidas no ambiente institucional do território do agroturismo**, em que serão apresentadas a organização e coordenação do território, e analisadas as relações estabelecidas entre os agentes.

6.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES

Foi observada a capacidade associativa da população, a sua organização em pequenas propriedades rurais e uma tradição de trabalho em grupo e voluntário, no território de Venda Nova do Imigrante. Por exemplo, desde o início da colonização foram construídas, em sistema de mutirão, obras como hospital, estradas, escolas, igrejas, cemitério, sede da cooperativa de compras e vendas de produtos. Inicialmente, ocorreu o estímulo ao desenvolvimento econômico sedimentado na atividade cafeeira. Desde o início as famílias se “*juntavam*” para realizar as colheitas do vizinho e as festas comunitárias, tradições que persistem até hoje, como exemplo a tradicional Festa da Polenta. Em razão disso, formou-se um ambiente cultural, com forte presença de voluntariado, do associativismo e organizações comunitárias, associado a traços da cultura italiana oriundos da colonização da região.

O patrimônio cultural é a base determinante da estrutura institucional (NORTH, 2005). No caso de Venda Nova do Imigrante, os atores envolvidos com o agroturismo, particularmente os próprios produtores rurais, resgatam, fortalecem e exploram as tradições e costumes culturais. Com isso contribuem para a criação de uma identidade particular ao agroturismo e para o fortalecimento da prática da cooperação, adquirida pelos descendentes de origem italiana, que resgata e fortalece a prática do trabalho associativo. Estes aspectos formam a base para o surgimento de processos mais detalhados de organização, que se expressam na presença de diversas associações e grupos na comunidade, que têm participação direta ou indireta na mobilização, organização e coordenação das atividades em torno do agroturismo, conforme observado na Figura 9, a seguir.



LEGENDA: A árvore apresenta o encadeamento de idéias e falas do desenvolvimento do agroturismo, situando-as cronologicamente numa linha de tempo. Sua leitura é feita da base para o topo. Na base apresenta-se o ambiente cultural e econômico que levou ao agroturismo. Conforme a leitura avança para o topo a árvore, são apresentadas as ligações entre fatos e idéias na formação do ambiente institucional. Por ex.: O ambiente cultural – tradições, organizações, associativismo, cultura cafeeira – da comunidade de VNI, dão sustentação para o surgimento do Agroturismo, que se organiza na AGROTUR visando o desenvolvimento da atividade agroturística, estabelecendo parcerias com organizações e agentes técnicos – para capacitação e conhecimento – levando a mudança de regras formais e conseqüentemente mudança no ambiente institucional.

————— Relação direta de causa e efeito.

----- Relação indireta de intermediação e/ou apoio.

..... Participação no surgimento do agroturismo.

Figura 9: Árvore de associação de idéias e falas do desenvolvimento do agroturismo.

Com o tempo os moradores de VNI foram criando associações para os mais diversos fins, tais como: associação de produtores de café, de hortaliças, dos pecuaristas, do meio ambiente, de produtores e famílias, de moradores, de ensino, de mulheres, da Festa da Polenta (AFEPOL), do Agroturismo (AGROTUR), de Mães Voluntárias da APAE, de Voluntárias do Bazar do Hospital, do Coral da igreja católica, da Casa da cultura, do Clube Recreativo, Sindicato dos Produtores e dos trabalhadores Rurais, além de conselhos comunitários e grupos voluntários. No aspecto da organização cabe destaque o conselho de desenvolvimento de VNI com sua atuação marcante nos anos 80, objetivando conseguir o sistema de tratamento de esgoto quando VNI era distrito, e o empenho pela emancipação política em 1987.

As relações sociais estabelecidas com a participação efetiva e constante nessas organizações, demonstradas pelos entrevistados, contribuem para a transmissão e disseminação da confiança que, juntamente com a cooperação e a reciprocidade, podem representar elementos que facilitaram, posteriormente, o desempenho econômico do agroturismo, no território estudado (RODRÍGUES-POSE e STORPER, 2006).

A atividade econômica do agroturismo desenvolve-se nesse contexto. Um dos principais estímulos iniciais veio do fundador do Alpes Hotel⁸, o Sr. Luiz Perim que precisava de atrativos turísticos para os seus hóspedes. Ele já conhecia o modelo de agroturismo da Itália, e também conhecia as propriedades de VNI, com sua gastronomia e culinária para consumo próprio, tais como: queijo, laticínios, embutidos, café, biscoitos, massas, doces, geléias, e outros produtos naturais. Em 1992, Luiz Perim reuniu um pequeno grupo de produtores e propôs a formação de

⁸ Inaugurado em 1992, começou a animá-los na idéia do agroturismo, sendo um “catalisador” em juntar as pessoas, grande propulsor e acelerou o processo na divulgação do agroturismo em VNI.

uma parceria entre eles, convergindo seus interesses, na qual o hotel indicava os hóspedes/turistas para as propriedades, ao passo que estas ofertavam os produtos e o processo de produção. Segundo os entrevistados *“(...) as pessoas têm que ter interesse. Não confundir com interesses escusos. Só trabalham junto, porque ambos têm interesse lícito e ambos ganham com isso (...)”*. Complementarmente, os indivíduos acharão individualmente que vale a pena cooperar com os outros quando existe um pequeno número de participantes (NORTH, 1994), que pode ser expresso na fala de um entrevistado: *“começar com pouco [pessoas] é que é bom. O resto se quiser vem atrás”*.

Em pouco tempo a produção de um programa de uma rede de TV local, voltado para as atividades rurais, elaborou uma reportagem sobre o agroturismo na região, que desencadeou uma série de reportagens e publicações sobre o agroturismo em veículos de comunicação estaduais e nacionais, fomentadas pelo Alpes Hotel, que através de sua assessoria de imprensa realizava os contatos e custeava as despesas dos jornalistas para divulgação do agroturismo.

Com isso, segundo os entrevistados, começou a aumentar o fluxo de turistas. Este fato foi confirmado com a análise dos livros de assinaturas nas propriedades, que trazem registros de comentários, dicas e sugestões dos turistas, em relação ao período indicado pelos entrevistados e à ocorrência de reportagens nos meios de comunicação local.

Em conseqüência os produtores pioneiros na exploração do agroturismo perceberam a necessidade de haver outras propriedades trabalhando com o agroturismo, pois os turistas buscavam novidades de espaço e produtos diferenciados, que não existiam até então, e os produtores temeram pela saturação da atividade. Foi idealizado e iniciado um circuito turístico, envolvendo o trabalho em

parceria e a reciprocidade, em que um produtor indica aos turistas outras propriedades e vende os produtos deles em sua propriedade, mesmo de propriedades que não recebem o turista. Os produtores têm interesse nessa relação horizontal, pois o agroturismo é motivado não somente por aquilo que uma propriedade oferece isoladamente, mas pela soma das alternativas que todas elas ofertam. Os entrevistados trouxeram em suas falas que *“(...) a comunidade [mesmo com problemas] tem associativismo muito forte. Sempre que é para segurar o nome de Venda Nova do Imigrante todo mundo se une, mesmo com as divergências pessoais (...) um remete o turista para o outro (...) [produtos diferentes]. Cada um toma um rumo, mas estão apostando no crescimento do outro para o negócio deles crescer também”*.

A evolução da atividade demandava mudanças nas propriedades, nas famílias envolvidas e na estrutura a serviço do agricultor, o que começou a demandar preparação profissional, reestruturação das instalações, técnicas de produção e de transformação, promoção da imagem e comercialização, e conseqüentemente de melhores processos de coordenação e controle. Assim, em 05 de março de 1993 foi criada a Associação do Agroturismo de Venda Nova (AGROTUR), com o objetivo de coordenar as atividades do agroturismo, atuando na *“promoção do agroturismo regional; formação, reciclagem e aperfeiçoamento de pessoal; estudos, pesquisas e diagnósticos; certificação de qualidade dos produtos; assistência técnica e consultoria para associados; edição de material de apoio; participação nos eventos culturais; desenvolvimento de mercados; e difusão do ensino e conscientização ecológica para valorização do agroturismo”*.

A associação também foi planejada com vistas a desenvolver novas estratégias, oferecer apoio externo e capacitação, resgatar práticas institucionais do

passado – da tradição de trabalho em grupo, do voluntariado, do associativismo – e sugerir novos contextos e oportunidades, particularmente ao pequeno agricultor familiar, visando o aumento da renda familiar gerando ocupação para os membros da família. Por exemplo, para as mulheres – que passam a ter o seu trabalho visualizado (massas, doces, biscoitos) e remunerado – e para os jovens, pois cria possibilidades de empregos diferenciados que utilizam os meios modernos de tecnologia e com isso “prende” o jovem na roça. Em adição, provoca o aumento da auto-estima do produtor rural e seu relacionamento familiar. A criação da AGROTUR apresenta concordância com a proposição de que as instituições são modificadas, ou se modificam, para favorecer o desenvolvimento econômico. Em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), o vetor da mudança institucional está nas inovações trazidas pela criação de instituições privadas pelos agentes.

No início a AGROTUR promoveu um Seminário sobre Agroturismo, em 1993, com o Sr. Roberto Tessari, uma das principais lideranças do agroturismo na Itália, no qual foram definidas as ações para o agroturismo. Um grupo de proprietários realizou uma viagem à Europa, de capacitação e treinamento, com foco na Itália, para conhecer e aprender sobre o turismo rural. Ainda em 1993 foram formadas parcerias com o SEBRAE, INCAPER, SENAC, e obtido apoio da Prefeitura Municipal, sendo então inaugurado, em outubro de 1993, o primeiro ponto de informação, venda de produtos, e difusão do agroturismo, administrado e mantido pelos produtores, e localizado em um espaço cedido gratuitamente nas instalações do Alpes Hotel. Com isso criou-se uma idéia de autonomia, de que não dependeriam do poder público. A ajuda pública seria aceita, mas sem dependência. Foi então criado o *slogan*: “*Venda Nova do Imigrante agroturismo o ano inteiro*”, e elaborado e divulgado o primeiro mapa com o roteiro do agroturismo, desenhado à mão pela

gerente do Alpes Hotel, e impresso através de “cópia xerox”, custeadas e distribuídas pelo Alpes Hotel aos seus hóspedes/turistas. Verifica-se no território estudado, que as instituições privadas buscam implementar mecanismos para coordenar mais eficientemente, em que existem incentivos para negociar, o que é consistente com a análise de North (1990) sobre os processos de evolução institucional através da barganha entre a sociedade civil e o poder político (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

Também em 1993 foi instalada a agência do SEBRAE-ES que, no início, viabilizou cursos e treinamentos de capacitação técnica, de organização das propriedades, e de gestão do serviço turístico, tais como: curso e projeto do agroturismo e meio-ambiente, curso de turismo, treinamento para guia turístico, curso de iniciação empresarial, entre outros. Em 1998, o SEBRAE-ES viabilizou a elaboração do 3º mapa do agroturismo do ES, a criação da rota do mar e da montanha, e a inclusão do agroturismo de VNI no PRODETUR-ES, projeto do governo estadual. Similarmente o INCAPER viabilizou cursos e treinamentos, de gestão da agroindústria, de manipulação de alimentos, de prática de laticínios, entre outros. Logo, o investimento em capacitação e coordenação reflete um dos pressupostos de North (2005) para a mudança institucional, de que a competição força as organizações continuamente a investir em capacitação, conhecimento e novas habilidades para sobreviver. Assim, a fonte de mudança institucional é a aprendizagem pelos indivíduos e empreendedores de organizações, que pode produzir uma coordenação mais eficiente e a instituição privada terá uma chance maior de sobreviver no futuro (BROUSSEAU, FARES e REYNAUD, 2004).

No desenvolvimento institucional, prevalecem a história do lugar, o contexto cultural, as relações de proximidade e a resolução de assuntos de interesse

municipal, (NORTH, 1991, 1998; PAULILLO, 2006), em que as economias de escopo, complementaridade, e rede de externalidades de uma matriz institucional tornam a mudança institucional extremamente incremental e dependente da história recente (NORTH, 2005). Pode-se relacionar as ações da AGROTUR à criação da Secretaria Municipal de Turismo de VNI, com os objetivos de fomentar a divulgação, com a confecção de *folders*, captação de mídia espontânea, suporte para participação de feiras (*stands*, transporte) em parceria com os proprietários, e também a elaboração o 2º mapa com roteiro do agroturismo, com a AGROTUR somando forças e ganhando legitimidade para atuar em prol da atividade econômica do agroturismo. Em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), as instituições públicas estabelecem seus direitos de decisões iniciais, e para coordená-los com outros agentes elas tem que, ou transferir (redistribuir) estes direitos, ou redefini-los de forma a serem capazes de operar conjuntamente.

O agroturismo proporcionou no território estudado o surgimento da “empresa agroturística que atua no mercado, indo da economia de quintal à economia de mercado – ao mercado realizado na própria empresa agroturística – interagindo horizontalmente e verticalmente entre diferentes níveis” (TESSARI, 1994). Com sua atuação no mercado, os produtores rurais saem da improvisação para a organização, destacando a imagem da empresa agroturística, a imagem da associação (AGROTUR) e a importância da unidade de linguagem e de símbolos. Conseqüentemente nasce uma nova tipologia, no território estudado, a do o empresário agroturístico, que busca padronização e garantia de qualidade, organização da oferta e organização da demanda. Com o agroturismo, “o agricultor toma consciência da riqueza ao seu redor: o trabalho cotidiano, os bens produzidos, os implementos que possui e o ambiente que está perto dele e ao seu redor, e que

têm valor” (TESSARI, 1994). Conseqüentemente, verifica-se no território estudado, o aumento da capacidade de coordenação da atividade, a atenção aos aspectos de qualidade, previsão e atendimento da demanda e redução da incerteza. Infere-se que estas mudanças foram proporcionadas pelo suporte à atividade do agroturismo promovida pela AGROTUR, SEBRAE, INCAPER e SMT e pela mudança no modo de gestão das propriedades.

Cria-se assim um ciclo em que o ambiente institucional específico do território e o mecanismo de ação que se desenvolve em torno dos assuntos locais caracterizam um campo de interação próprio, no qual ocorrem mudanças institucionais que afetam o desempenho das organizações, ao mesmo tempo em que estas, em busca de seus interesses, procuram alterar as instituições.

Com a atividade econômica do agroturismo ganhando evidência, houve intervenção da fiscalização sanitária (federal e estadual), com a proibição da comercialização dos produtos, pois estes não atendiam as exigências da vigilância sanitária. Os produtores, para continuarem explorando o agroturismo, teriam que atender à legislação vigente, feita para grandes estruturas, o que inviabilizaria a atividade – produção e comercialização. Como exemplo, na área sanitária, as normas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura para produtos de origem animal, e o registro no Ministério da Saúde para os produtos de origem não animal, eram inacessíveis para os pequenos produtores, associados à dificuldade de entendimento das normas do INMETRO, e a exigência da classificação de cereais pelo Ministério da Agricultura, que impediam o pequeno produtor de comercializar diretamente seus produtos no varejo. No âmbito estadual, o Sistema de Inspeção Estadual (SIE), da Secretaria Estadual de Saúde acarretava os mesmos entraves. Estes fatos observados no ambiente institucional estudado,

são característicos do aspecto estático das instituições públicas, de que elas não são negociáveis, mas limites impostos dentro dos quais os tomadores de decisão têm que buscar suas estratégias para interagir entre um e outro (NORTH, 1990).

Por meio da AGROTUR, os produtores articularam como solução a municipalização destes serviços, adequando a legislação e possibilitando ao pequeno produtor sair da clandestinidade. Os produtores organizados conseguiram, junto à câmara municipal de vereadores e a prefeitura municipal, a adequação das normas de vigilância sanitária à realidade local, com a adaptação da legislação sanitária ao contexto local, criando, em 1994 a Lei de Vigilância Sanitária⁹, e a instituição do SIM - Selo de Inspeção Municipal¹⁰,

com a finalidade de ser aplicado nas embalagens ou rótulos de produtos industriais ou artesanais de fonte local, desde que, por sua especial ou superior qualidade, tais produtos confirmem absoluta garantia em face do consumidor (...). Qualquer produto de procedência municipal, só receberá o SIM (Selo de Inspeção Municipal), quando o fabricante industrial ou artesão, atender aos requisitos detalhados no Código de Vigilância Sanitária Municipal. (...) O industrial ou artesão que adulterar a qualidade, peso e validade do produto, sob qualquer aspecto, deixará de receber o selo 'SIM' e terá sua licença cassada (VENDA NOVA DO IMIGRANTE (Município). LEI nº 187/94, e DECRETO nº 412/94).

A adaptação da legislação à realidade local, garantiu autenticidade ao agroturismo, atestando a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal. Assim, conforme North (1990), as instituições fornecem a estrutura para a vida cotidiana, e definem e limitam as escolhas possíveis para os indivíduos, que agem de acordo com seus interesses, mas suas ações são interdependentes com as de outros indivíduos, porque se baseiam na satisfação de interesse comum, organizam-se estrategicamente e conseguem modificar as regras formais do jogo, propiciando

⁹ Lei nº 178/94 que dispõe sobre o código de vigilância sanitária do município de Venda Nova do Imigrante-ES.

¹⁰ Lei nº 187/94 que instituiu o SIM - Selo de Inspeção Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES, Regulamentado pelo Decreto nº 412/94.

mudança no ambiente institucional (DAVIS e NORTH, 1971; NORTH,1990). Verifica-se também, o papel da instituição privada AGROTUR como intermediadora dos interesses do setor econômico agroturismo, e que, através dela, foi possível atenuar uma imposição da instituição pública de modo a manter economicamente viável o negócio do agroturismo. O fato das instituições públicas não estarem sujeitas a uma escolha crível, não quer dizer que elas sejam ineficientes, pois as regras mandatárias são necessárias para a coordenação. Conseqüentemente, as instituições públicas são úteis porque elas oferecem uma base comum para as negociações e a coordenação entre os agentes (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004).

Assim, com a adequação das normas de vigilância sanitária à realidade local, foram realizadas campanhas de esclarecimento e divulgação da legislação pertinente às diversas atividades dos produtores rurais, e as propriedades foram se adaptando à nova realidade, com destaque para a construção de áreas para manipulação de alimentos, investimento em tecnologia e melhorias de processos de produção, intervenções paisagísticas, entre outros, estruturando as agroindústrias. Para isso, os produtores rurais contaram com o apoio e a reputação de técnicos do INCAPER, que realizaram projetos de adequação das agroindústrias, para atender às exigências da legislação, o que deu respaldo e credibilidade aos produtores, na busca de recursos do PRONAF junto aos órgãos oficiais de crédito. Verifica-se nesse processo o papel do INCAPER que através de seus técnicos deram sustentação técnica e especializada à AGROTUR e aos produtores, exercendo a intermediação entre os agentes do agroturismo e os agentes do sistema de crédito financeiro.

Segundo os entrevistados, os produtores sozinhos não conseguiam atender às exigências das instituições financeiras, para formalização de cadastro e abertura de crédito (por falta de controles financeiros e de produção, de documentação legal da propriedade, falta de garantias e de avalistas, pouca articulação e conhecimento dos procedimentos burocráticos, distância e diferença cultural entre os agentes financeiros e os produtores, divergência de interesses, entre outros entraves). Por outro lado, os técnicos do INCAPER que atuavam junto aos produtores, possuíam destaque e reputação na comunidade, bem como o conhecimento e trânsito, tanto entre os produtores, como entre os agentes financeiros, realizando “uma ponte” entre estes, desempenhando um papel de avaliadores da viabilidade da aplicação e retorno do investimento dos recursos do PRONAF. Isso pode ser evidenciado na fala dos técnicos do INCAPER entrevistados: *“(...) buscávamos o gerente no banco (...) às vezes depois do expediente, e o levávamos nas propriedades, para ele conhecer o produtor, a família, a propriedade, a produção (...) e então aproveitávamos para explicar o projeto (...) era um trabalho de convencimento, de vender o peixe (...)”*

Valendo-se do destaque como exemplo de desenvolvimento local e larga divulgação nos meios de comunicação, o agroturismo passa a ser apoiado e citado com mais intensidade pelo poder público local. Com isso, foram viabilizadas em 2005, a construção do posto de informações turísticas e sede própria da lojinha da AGROTUR. Em parceria, foram realizadas duas feiras estaduais do agroturismo, e a participação na 1ª feira do agroturismo em Brasília–DF. Também outras propriedades aderiram ao agroturismo, incentivadas e apoiadas pelos produtores que já estavam praticando a atividade.

Atualmente os programas de incentivo e apoio ao “Café de Qualidade”, iniciado em 2004, vêm agregar valor e divulgar o agroturismo, acrescentando novas

possibilidades à atividade. Verifica-se, no território estudado, a aprendizagem coletiva nas experiências realizadas ao longo do tempo, assimilando tecnologia e um modo novo de fazer as coisas. Em North (2005) as habilidades e os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos e organizações irão moldar as percepções futuras a respeito de oportunidades e as escolhas que irão alterar as instituições. A atividade cafeeira que teve desempenho econômico importante no passado, está presente na atividade do agroturismo, com técnicas e manejos diferenciados, e vislumbra o futuro com novas tecnologias e aprendizado. Assim, as organizações continuamente investem em capacitação, conhecimento e novas habilidades para sobreviver.

Pode-se associar ao processo de fortalecimento do programa “Café de Qualidade” o componente de *path dependence* descrito por North (1990, 2005), no qual a história recente impacta diretamente no desenvolvimento das instituições. *Path dependence* é uma via para estreitar conceitualmente o conjunto de escolhas e ligar a tomada de decisões através do tempo. Uma vez disposto um certo caminho de desenvolvimento, a rede de externalidades, o processo de aprendizagem das organizações e a modelagem subjetiva das questões, historicamente derivadas, reforça o curso (NORTH, 1990).

6.1.1 Desenvolvimento e mudança no ambiente institucional

As modificações no ambiente institucional ocorrem na contínua interação entre instituições e organizações, com os indivíduos percebendo que podem fazer melhor se reestruturarem práticas do passado. Assim, fomentam-se mudanças em normas formais, bem como o investimento em novas habilidades e conhecimentos (NORTH, 2005).

No presente estudo, a partir da interpretação das reportagens e entrevistas, que são suportados pelas observações e análise histórica e documental, o surgimento de novas organizações e instituições e a evolução das já existentes, pode ser observado em fatos como: a reorganização das propriedades e mudança do processo produtivo - adequando-as para a atividade do agroturismo; a valorização do trabalho da mulher; a criação da AGROTUR para coordenar a atividade; a mudança na legislação sanitária, e a criação do selo SIM de autenticidade e qualidade; e nova forma de lidar com a cultura cafeeira, com novas técnicas e manejos diferenciados, assimilando tecnologias que buscam o aumento da produtividade e qualidade, e não somente a quantidade – prática antes adotada pelos produtores. Os investimentos em novas habilidades e conhecimentos, foram observados na capacitação dos produtores para atuarem na atividade agroturística, com o aprendizado técnico da nova atividade – o agroturismo – e a abertura das propriedades aos turistas;

Infere-se que essa mudança no ambiente institucional foi facilitada por aspectos de reciprocidade e cooperação presentes no ambiente cultural do território estudado, concordando com a afirmação de North (2005) de que o patrimônio cultural é a base determinante da estrutura institucional. Isso pode ser identificado em ações de solidariedade entre as propriedades; nas parcerias em um circuito turístico - no qual várias propriedades são envolvidas e próximas – em que um produtor remete o turista para o outro; na tradição de trabalhos voluntários e mutirão; na participação nos cursos e treinamentos técnicos - nos quais há uma proximidade e um conhecimento mais profundo do outro, que passa a ser visto como parceiro.

Assim, a participação pode refletir interesses comuns e o contato intenso pode aumentar a informação sobre a confiabilidade e a confiança na inerente

confiabilidade do outro (KEEFER e KNACK, 2005). Associa-se também o atributo da preferência humana de transacionar com indivíduos sabedores dignos de confiança e que se abstenham de oportunismo, que se manifesta nas relações pessoais concretas e *networks*. Assim, os indivíduos acharão individualmente que vale a pena cooperar com os outros quando o jogo é repetido, quando eles possuem uma informação completa sobre o desempenho passado dos outros participantes, e quando existe um pequeno número de participantes (NORTH, 1994).

Complementando as observações acima sobre a mudança institucional e os investimentos em novas habilidades e conhecimentos são apresentados, no Quadro 6 a seguir, recortes dos conteúdos extraídos das reportagens, e das entrevistas com incentivadores, apoiadores e proprietários, relatando aspectos que contribuíram para caracterizar o ambiente institucional do agroturismo em VNI, e propiciaram seu desenvolvimento.

No desenvolvimento institucional local, prevalecem a história do lugar, o contexto cultural, as relações de proximidade e a resolução de assuntos de interesse local, sendo que as ações de cada participante são interdependentes porque se baseiam na satisfação comum das mesmas (PAULILLO, 2006). Por isso o segredo do desenvolvimento “não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais” (ABRAMOVAY, 2001, p. 168). Com isso, várias estruturas de incentivo são determinadas pelas diferentes instituições e conseqüentemente o resultado da atividade econômica pode ser eficiente ou ineficiente (PRASAD, 2003).

Conteúdo
Recortes das reportagens em jornais e revistas
[Investimento passo-a-passo – com recursos próprios e do PRONAF]. [Potencial da Mão-de-obra familiar]. [Originalidade – estilo de vida da roça]. [Diversificação – vários produtores – roteiro turístico – sinalização]. [Local – clima, paisagem, proximidade de Vitória-ES]. [Intensa divulgação – fomentada no início, espontânea com o tempo]. [Selo SIM – autenticidade e qualidade aos produtos]. [Parceria – entre produtores, hotel, prefeitura, órgãos técnicos (SEBRAE, INCAPER)]. [Organização dos produtores – associação no AGROTUR]. [Autonomia dos produtores – liderança – criatividade e constância no trabalho]. [Ser dono de todo o processo de produção]. [Encontros de capacitação, treinamento, orientação (INCAPER, SEBRAE)]. [União dos produtores e espírito associativo muito forte]. [Etnicidade italiana – tradição cultural – história – espírito comunitário]. [União espontânea – tradição italiana; Integração – entre proprietários]. [Parceria e cooperação – venda de produtos do outro]. [Cooperativismo; Associativismo – em entidades (produtores, hortaliças, pecuaristas, meio-ambiente, casa da cultura, festa da polenta, produtores familiares, mulheres, mães da APAE)]. [Mobilização para o trabalho em conjunto; Espírito comunitário – todos ganham – associativo]. [Voluntariado – solidariedade; Organização].
Recortes das entrevistas com apoiadores e incentivadores
[A pessoas têm que ter interesse (...) não confundir com interesses escusos]. [Só trabalham junto, porque ambos têm interesse lícito e ambos ganham com isso]. [Organização do AGROTUR]. [Tradição de trabalho em grupo (isso é antigo), mutirão, obras voluntárias, pastoral, que é muito forte]. [Lembra da feira dos municípios quando acontecia... os próprios produtores montavam os <i>stands</i> e eles mesmos trabalhavam...]. [um remete o turista para o outro... (produtos diferentes)]. [Cada um toma um rumo, mas estão apostando no crescimento do outro para o negócio deles crescer também].
[Capacitação dos produtores (visão holística) – trabalho técnico]. [Assessoria dada a eles (não fazer dívidas, passo-a-passo, começar pequeno e ampliar de acordo que o turista necessite)]. [Reorganizar a propriedade, aperfeiçoar processos]. [Mão-de-obra qualificada]. [Viagens locais, nacionais e à Itália, de conhecimento e capacitação técnica]. [Formação e acompanhamento: SEBRAE e INCAPER].
[Ver o outro como parceiro e não como concorrente]. [Fortalecimento (sinergia) para o desenvolvimento local da comunidade]. [Concorrência sadia, no sentido de oferecer o melhor produto]. [Várias propriedades envolvidas e próximas].
[... fazendo adaptações para acolhimento do turista (bancos, banheiro, espaço para bate-papo) e melhoria do processo produtivo, por exigência da vigilância sanitária].
[Criação do sistema de inspeção municipal e o selo SIM criado para aumentar o mercado desses produtores (sair da ilegalidade). Deu credibilidade ao agroturismo].
Recortes das entrevistas com proprietários
[O que impulsiona é a família trabalhando... que atende o turista... Estar sempre de bom humor]. [Mão-de-obra familiar - que consegue tocar a propriedade e atender o turista. É mais espontâneo e personalizado... A mulher tem um jeito melhor de atender. Tem uma sensibilidade maior]. [O Agroturismo veio para preencher/ocupar o espaço/tempo das mulheres, que ficavam em casa].
[Mesmo isolados nas propriedades irem crescendo juntos]. [A solidariedade entre as propriedades. Encarar o outro proprietário como parceiro (ex. compras em conjunto de embalagem, embalar produtos de outros) o que também diminui custos].
[Não depender do poder público. Nos órgãos buscam apoio porque precisam]. [Prefeitura ‘deu muito apoio’ no início: cuidava das estradas, da infra-estrutura, fazendo placas de sinalização]. [Nesse caso da lei de vigilância sanitária a prefeitura orientou os produtores, pois vieram os órgãos fiscalizadores de fora e tratava todo mundo como igual: o pequeno produtor e a grande indústria. Aí a prefeitura interviu. Adaptou a legislação à realidade dos pequenos]. [Qualidade dos produtos...].
[Treinamento, formação. Apoio (INCAPER, SEBRAE)]. [Cursos e treinamentos participaram em 300horas pelo SEBRAE, participa de palestras]. [A INCAPER no início ajudava muito (...) faziam projetos, cursos (sabão, licor, pão)].
[O melhor marketing é o boca-a-boca. Mídia ‘espontânea’, acontece, publicam e não sabem porque, não pedem]. [Também na televisão (reportagens...)].

Quadro 6: Aspectos da mudança no ambiente institucional e investimentos em conhecimento.

Concordando com o exposto no parágrafo anterior, no território estudado em Venda Nova do Imigrante-ES, historicamente há evidências, descritas até então, do ganho em eficiência adquirido no processo de estruturação do agroturismo. Mas contraditoriamente há fatores observados no decorrer da pesquisa e descritos pelos entrevistados, no tocante às relações estabelecidas atualmente entre os agentes, que podem, no médio prazo, levar a ineficiência do agroturismo. Segundo os entrevistados, em relação ao agroturismo, nos dias atuais, *“(...) há uns quatro anos atrás deu uma parada, e não se sabe o porquê (presume-se que falta diversidade? Que faltam pessoas para atender? Falta de pousadas/restaurantes?). (...) outros produtores têm um ciúme muito grande da propriedade, pois ficam presos no seu mundo, e têm medo de inovar, de se desenvolver (...)”*.

Presume-se que esta situação atual possa ser explicada com a congruência entre comunidades e instituições privadas proposta por Brousseau, Fares e Raynaud (2004), e discutida no tópico a seguir.

6.1.2 O papel das instituições privadas

O conceito de comunidade apresentado por Rodrigues-Pose e Storper (2006), associado à noção de comunidade e instituições privadas em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), serão utilizados para análise¹¹ nesta seção.

¹¹ O conceito de comunidade, apresentado por Rodrigues-Pose e Storper (2006), se refere de forma variada a características da vida em grupo. Em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), a comunidade é entendida como construção social em que sua identidade é formada das características comuns partilhadas pelos membros de uma coletividade, e pelo fato destes membros se reconhecerem uns aos outros como membros desta coletividade. As instituições privadas têm o objetivo de estabelecer ordem e resultam de um acordo coletivo estabelecido entre grupos de agentes que aprovam a implementação de um conjunto de regras com o objetivo de facilitar a sua coordenação, e que geralmente resultam na criação de um clube, formado de membros que concordam em seguir regras comuns de coordenação (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004),

No território estudado é possível estabelecer três fases em que há adesão de propriedades (unidades estudadas) na exploração da atividade do agroturismo, e que, conforme vão interagindo, vão formando grupos, conforme Quadro 7 a seguir:

Tempo de Exploração do Agroturismo	Quantidade de propriedades	Unidade	Ano de início e tempo da exploração do agroturismo	Quantidade de propriedades por tempo de exploração
Entre 10-20 anos	04	P 1 P 2 P 3 P 4	em 1986 – 19 anos; em 1989 – 16 anos; em 1992 – 13 anos; em 1993 – 12 anos;	01 01 01 01
Entre 05-10 anos	06	P 5 P 6 P 7 P 8 P 9 P 10	em 1995 – 10 anos; em 1995 – 10 anos; em 1996 – 09 anos; em 1997 – 08 anos; em 1998 – 07 anos; em 1998 – 07 anos;	01 01 01 01 01 01
Entre 00-05 anos	02	P 11 P 12	em 2003 – 02 anos; em 2005 – iniciando.	01 01

Quadro 7: Distribuição das propriedades rurais que recebem o turista, por tempo de exploração .

Na primeira fase (com tempo de exploração do agroturismo entre 10-20 anos), situam-se quatro propriedades pioneiras na atividade, que já exploravam a atividade isoladamente, conforme entrevistas: *“Na verdade fazíamos o agroturismo... sem saber que o que fazíamos era agroturismo. Fazíamos isso para poder manter a propriedade e a família poder sobreviver (...) vinham pessoas da cidade e de ‘fora da cidade’ na propriedade, buscar fubá, café, queijo, verduras, e para ‘tomar um cafezinho e um bate-papo’ (...) muitas vezes não sabíamos como cobrar, como colocar preço no nosso produto (...) e o mesmo acontecia com alguns vizinhos e parentes que também possuem propriedade. Cada um trabalhava em sua propriedade com sua família, isoladamente. (...) Eles viam o vizinho ou parente ganhando dinheiro com a venda dos produtos diretamente ao consumidor, e iam fazendo o mesmo (...). A grande dificuldade era fazer as pessoas chegarem na propriedade, descobrir o que o ‘sujeito’ fazia lá (...).”*

Os proprietários entrevistados apresentam dificuldade em estabelecer a data exata do início dessa atividade em suas propriedades. Eles fornecem uma data aproximada do início em que buscam uma alternativa lucrativa à prática agrícola tradicional – a monocultura do café – diversificando a produção e saindo do atravessador, e chegam em 1992, com a inauguração do Alpes Hotel, *“quando a coisa começou a se organizar”*. O Alpes Hotel começou a animá-los na idéia do agroturismo, sendo um “catalisador” em juntar as pessoas, um propulsor e acelerou o processo na divulgação do agroturismo em VNI. *“No início junta um grupo de quatro produtores, que já buscavam fonte de renda alternativa em suas propriedades, inicia a primeira rota, e começa a denominar de agroturismo. (...) fomentou os proprietários de que era algo recente. (...) [O Alpes Hotel] por ser construído dentro da cidade e estar próximo à rodovia BR 262, viu a necessidade e buscou levar os hóspedes para as propriedades”*. Estabelecida a parceria entre eles, incentiva-os a se organizarem, culminando com a criação do AGROTUR.

Tais fatos vêm ao encontro de Brousseau, Fares e Raynaud (2004), de que as instituições privadas dependem das comunidades pré-existentes – no caso um grupo de pequenos proprietários rurais – ou organizam comunidades – no caso se organizam para coordenar a atividade. Esse grupo inicial adere voluntariamente em busca de seus interesses. *“(...) as pessoas têm que ter interesse. Eu tenho interesse legítimo nisso porque sou dono do Alpes Hotel. Nunca cobre comissão da gente que levava nas propriedades. Não confundir com interesses escusos. Só trabalham junto, porque ambos têm interesse lícito e ambos ganham com isso”*. O Alpes Hotel em ter o produto “agroturismo” para oferecer aos seus hóspedes/turistas e os produtores no interesse em ter o turista em sua propriedade. Assim, as instituições privadas são caracterizadas por uma adesão voluntária não-mandatária, e os

indivíduos apóiam a ordem coletiva privada porque ela está de acordo com seu interesse pessoal. Portanto, elas têm uma característica de clube que é formado de membros que concordam em seguir regras comuns de coordenação.

Também foram identificados neste grupo os cinco primeiros presidentes da AGROTUR – de 1993 a 2003 - que detinham a autoridade de decisão sobre os assuntos do agroturismo, delegada pelos outros membros, e a exerciam com o auxílio de um superintendente da AGROTUR em todos os seus aspectos, em ações tais como: divulgação através da inserção de matérias na imprensa local, estadual e nacional, bem como a recepção de *Fanturs* de agentes de turismo, jornalistas e técnicos; proposição de projetos técnicos para o agroturismo junto à SEAG, SEDES, SEBRAE-ES, PRODETUR-ES; participação com *stands* em feiras e congressos no ES, SP, MG, RJ promovendo o agroturismo; promoção da inserção do agroturismo no Guia 4 Rodas e Viajar Bem e Barato - 4 Rodas de 1994; publicidade na imprensa escrita, falada e televisiva; promoção de parceria com agentes de viagem e operadoras turísticas incluindo o agroturismo entre os roteiros por eles oferecidos; gestão junto ao poder público municipal e ao SEBRAE-ES para instalação do programa de desenvolvimento regional – PRODER/CVRD; idealização e apoio ao seminário de conscientização e visitas técnicas com participação do Sr. Roberto Tessari – Presidente da Associação do Agroturismo da Região de Vêneto, Itália; edição de mapas com informações de produtos e produtores; promoção de reunião dos produtores com agentes de desenvolvimento – BANDES, SEBRAE, SEAG, SEDES, INMETRO, INCAPER, IDAF para discussão de assuntos referentes ao agroturismo; formação de parcerias com prefeitura municipal, SEBRAE, INCAPER.

Infere-se portanto, que nesta primeira fase o agroturismo foi organizado em um círculo em torno de um grupo de membros fundadores, que têm uma relação

mais intensa e com mais proximidade entre si, refletida nas falas dos entrevistados: *“começar com pouco que é bom. O resto se quiser vem atrás... (...) no início desenvolveram graças ao companheirismo...”*.

Os produtores que vieram na segunda fase (entre 05 e 10 anos, conforme Quadro 7), em um primeiro momento quando aderem ao agroturismo e tornam-se membros da AGROTUR, individualmente aceitam as regras estabelecidas pelos membros fundadores, com o interesse em terem a sua propriedade e os seus produtos divulgados, ou então ficam fora do clube. Assim, devido sua necessidade de interagir com o grupo de co-fundadores, aceitam regras comuns que levam em consideração as preferências destes membros fundadores.

A característica de clube também pode ser identificada entre as propriedades que aderiram no segundo momento – entre 05 e 10 anos. Deste grupo surgiu os dois últimos presidentes da AGROTUR – de 2003 a 2007 – e a figura do superintendente não mais existe, não tendo sido claramente identificado como esse processo aconteceu. Infere-se o período de 2002/2003 com o surgimento de interesses conflitantes no território estudado, que tem um impacto sobre os comportamentos estratégicos dos agentes. Talvez os interesses conflitantes surjam pela entrada de membros no clube que não compartilham características culturais/étnicas dos membros iniciais. Não foi claramente identificada tal situação, mas nas falas de um dos entrevistados identifica-se o que pode ser uma aproximação a essa situação: *“Está nascendo um circuito turístico em São João de Viçosa, o que é uma de importância muito alta. A propriedade fica afastada das outras, e está localizada em um bairro [distrito] afastado do centro. Agora começam a buscar um circuito turístico aqui, com 8 famílias/propriedades com potencial para receber o turista, mas o processo está muito lento. Neste lado as tradições culturais são pouco presentes,*

até porque muitos são descendentes longes dos imigrantes italianos ou não possuem descendência, não falam italiano, não há tradição. No centro de Venda Nova é maior, lá eles são mais unidos que os daqui”.

O grupo que iniciou no segundo momento, para garantir a sua eleição para direção da AGROTUR, segundo os entrevistados, levou várias pessoas a se associar e ter peso de voto, apesar da atividade exercida por eles não ser caracterizada como agroturismo (atividades de trabalhos manuais, não receber o turista na propriedade), *“cooptou membros e aceitou concessões do prefeito”*. Assim formaram-se sub-grupos dentro da AGROTUR, informalmente denominados de *“grupo dos pequenos”* e *“grupo dos grandes”* (no caso dos membros fundadores), que acabaram colidindo uns com os outros a favor de seus interesses pessoais. Em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), tais coalizões podem surgir se existirem diferenças no poder de negociação entre os membros. Este grupo está no segundo mandato na presidência da AGROTUR, enquanto o grupo dos membros fundadores permaneceu por cinco mandatos. Deduz-se assim, que a polarização percebida atualmente no agroturismo seja pela existência de interesses divergentes entre agentes participantes de sub-grupos dentro do agroturismo.

Dentre as divergências identificadas entre estes grupos, uma refere-se à autonomia do agroturismo em relação ao poder público, identificadas nas entrevistas dos produtores e apoiadores, em que *“o envolvimento com a política partidária diminuiu a confiança na AGROTUR”*; outra diz respeito à ação da AGROTUR e da lojinha *“que deve buscar associar os produtores, não para a venda, mas para ter harmonização e regras de como fazer para vender melhor e todos saírem ganhando”*; outra é com relação à diferença de concepções sobre o agroturismo, pois quem é membro fundador pensa em ampliar o negócio, buscar novos

mercados, novas parcerias, com a AGROTUR fomentando e dando suporte; enquanto quem aderiu depois, acha que todos têm que esperar para crescer junto, expresso nas falas dos entrevistados: *“pela diferença de pensamento e a falta de uma pessoa que faça o intercâmbio (...) uns têm mais acesso a mercado que outros, e outros acham que eles têm que esperá-los também (...) muitos vêem que o cara está enriquecendo e olha de lado (...) afinidade entre os pequenos, pois os grandes são diferentes”*.

Outro ponto de divergência identificado diz respeito à lojinha mantida pela AGROTUR, cujo objetivo inicial comungado pelos membros fundadores era o de servir de ponto de divulgação onde os turistas conheceriam o produto turístico (produtos e propriedades) e iriam para as propriedades conhecer o processo produtivo e realizar suas compras. Atualmente a lojinha passou a funcionar como um ponto de venda para os produtores que não querem receber o turista na propriedade ou que estão localizados na cidade e realizam trabalhos manuais, expresso na fala do presidente atual da AGROTUR: *“o objetivo da AGROTUR é fortalecer, orientar, e ser um ponto de informação e venda da produção ao turista (lojinha)... é olhar os pequenos (produtores). Ajudar os pequenos produtores que não recebem o turista. (...) Decisões tomadas pela aprovação da maioria”*. Essa situação pode ser caracterizada ao que Brousseau, Fares e Reynaud (2004) definem como *rent seeking*¹² e uma aproximação ao *free-riding*¹³, que pode gerar a ineficiência.

Complementarmente, em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), qualquer clube deve considerar as conseqüências da saída de um membro e da entrada de novos membros, o que leva a competição entre instituições privadas. Se o custo de

¹² *Rent seeking* usado com o significado de um benefício qualquer que se obtêm através de um relacionamento.

¹³ *Free riding* usado com o significado de ‘caronista’, daquele que não paga por um benefício.

trocar de instituições não é zero, os membros das comunidades terão incentivos para melhorar a eficiência da coordenação, porque de outra forma os agentes “marginais” deixariam a comunidade, podendo criar novas instituições privadas, e ao fazê-lo ameaçariam o futuro da comunidade. Tal situação não foi claramente observada no território estudado. Mas presume-se que o surgimento, recentemente, da associação dos produtores de leite (laticínio AGROPE) e da Associação dos Produtores de (café) Venda Nova do Imigrante (PRONOVA) no território estudado, com a participação direta nesses processos, de agentes do grupo dos membros fundadores da AGROTUR, possa ter relação ao exposto neste parágrafo.

Alguns entrevistados consideram que o *“agroturismo está parado atualmente. Hoje não estão respeitando o espaço. Não estão trabalhando para o agroturismo. É muito do italiano ser ciumento, querer aparecer... o hotel (Alpes) se desvinculou do AGROTUR, não é mais associado. Estava associado para colaborar com o conjunto. Houve ‘sabotagem’. A loja do AGROTUR era para mostrar e não ser ponto de comércio”*. Assim, infere-se que nas instituições privadas os indivíduos desistem de sua liberdade parcialmente para beneficiar-se dos recursos e serviços coletivos fornecidos pela instituição, mas que sua adesão não é permanente uma vez que qualquer indivíduo pode sair quando quiser, se ele perceber que os custos de participação são superiores aos benefícios, dados os custos em potencial de saída (BROUSSEAU, FARES E RAYNAUD, 2004).

Tais situações não foram identificadas no grupo que aderiu ao agroturismo na terceira fase – entre 00 e 05 anos. Segundo os entrevistados, *“como estamos iniciando agora há pouca convivência. Mas estamos ganhando o respeito. O foco do agroturismo ainda está no centro de Venda Nova. (...) Mas se o agroturismo*

sobreviveu é graças ao apoio mútuo, apesar dos conflitos. Isso se deve ao companheirismo de quem começou”.

As divergências identificadas no território estudado vêm ao encontro de Brousseau, Fares e Raynaud (2004), no sentido de que na medida em que se expandem, as comunidades tendem a se tornar mais heterogêneas, em que muda a identidade dos parceiros, do ambiente local, e a diversidade das transações se expande. Então, quanto mais heterogênea a população de agentes e transações relacionadas, menos adaptável e flexível é a regra comum, uma vez que os agentes possuem preferências diversas, com interesses divergentes, e que experimentarão dificuldades de encontrar acordos que se adaptariam a qualquer situação. Com isso, as instituições privadas que governam comunidades homogêneas podem resultar em custos menores do que aqueles que garantem a coordenação das comunidades heterogêneas. Conseqüentemente, quando o grupo ou clube cresce, aumentam as dificuldades de coordenação e de alinhamento dos interesses, com isso aumentando o conflito de interesses. Isto pode ser um indício de que novas mudanças institucionais deverão ocorrer para atingir um nível de eficiência adequado à escala da atividade econômica em questão. Infere-se assim, que o aumento das dificuldades de coordenação e de alinhamento de interesses pode indicar que as instituições privadas atuais não são mais adequadas ao nível de escala que a atividade econômica do agroturismo atingiu.

Na seção a seguir, serão apresentadas a organização e coordenação do território, e descritas e analisadas as relações e dinâmicas estabelecidas entre os agentes.

6.2 RELAÇÕES E DINÂMICAS ESTABELECIDAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DO AGROTURISMO

O nível de organização dos diversos agentes é uma característica a ser ressaltada no território estudado. Historicamente foram percebidas a existência da prática da cooperação, do trabalho associativo e organizações comunitárias, permeando a atividade do agroturismo, e que podem ser ressaltadas na presença de diversas organizações no território de VNI, reunindo atividades sociais, culturais, econômicas, preservação do meio-ambiente, e político institucional.

O Quadro 8 a seguir, visualiza as organizações que tem participação direta ou indiretamente na mobilização, organização e coordenação das atividades em torno do agroturismo em Venda Nova do Imigrante. Estão organizados em três dimensões: econômica, político-institucional e social.

Organizações que atuam no território do agroturismo em VNI-ES		
Dimensão Econômica	Dimensão Político-Institucional	Dimensão Social
Empreendimentos rurais, AGROTUR, PRONOVA, Alpes Hotel, Associação dos criadores de gado do ES, Laticínio (AGROPE)	INCAPER – Escritório Local, SEBRAE-ES, Secretaria Municipal de Turismo, Vigilância Municipal de Saúde (VISA), Mídia (Jornais, TV, Revistas), Instituições de crédito (Banco do Brasil, SICCOB), Agência de Desenvolvimento Municipal (ADM), SENAC, SENAR.	Associação Festa da Polenta (AFEPOL), Associação de Mães Voluntárias da APAE, Associação Voluntárias do Bazar do Hospital Padre Máximo, Coral da igreja católica, Pastoral da saúde, Casa da cultura, Igreja católica, Hospital Pe. Máximo, CREVEN (Clube Recreativo), Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Diversos Conselhos comunitários, Grupos de mulheres voluntárias, Associações de produtores, de moradores.

Quadro 8: Agentes que atuam no território do Agroturismo em VNI.

Na dimensão econômica os agentes que desenvolvem atividades diretamente relacionadas com o agroturismo nas propriedades rurais, concretizam suas ações na AGROTUR, e mais recentemente surge a PRONOVA que tem o foco nos produtores de café, não se limitando somente aos proprietários que exercem o agroturismo. Na dimensão social do território, é forte a presença das atividades sociais, culturais e de assistência, sob a estratégia de ações associativas e voluntárias, sem uma entidade que faça a coordenação.

Na dimensão político-institucional, as organizações como: INCAPER, de cunho estadual, oferece assessoria técnica local com cursos de capacitação técnica, elaboração de projetos para financiamentos e adequação da agroindústria e do ambiente de trabalho; o SENAC e SENAR ofertam cursos e treinamentos; o SEBRAE-ES oferta assessoria e cursos de capacitação; a prefeitura municipal oferece apoio logístico aos produtores para a participação em eventos, adequação das propriedades com máquinas para manutenção de estradas, placas de sinalização, através da Secretaria Municipal de Turismo; a VISA atesta a qualidade e garante credibilidade aos produtos; e a divulgação pelos jornais, TV, e revistas das características que tornam Venda Nova do Imigrante-ES um pólo de agroturismo, atualmente é feita pelo que se chama de “mídia espontânea”, isto é, suas próprias características criam um fator de divulgação, pois tornam-se assunto para os veículos de comunicação.

O nível de integração e disposição para o trabalho conjunto das pessoas em VNI possibilita elevado grau de organização da comunidade em torno do agroturismo, apesar das dificuldades e interesses individuais dos agentes. Os Quadros 9 e 10 a seguir – adaptações dos mapas de relações de idéias – permitem assegurar a visibilidade e fornecer mais clareza na interpretação dessas percepções

no ambiente institucional do agroturismo. Na sua construção os relatos dos entrevistados (incentivadores, apoiadores e proprietários) estão dispostos em colunas referentes a cada bloco temático. No campo “aspectos analíticos” são mostrados os elementos a serem analisados dentro da temática do respectivo bloco. Na coluna “aspectos qualificadores” são apresentados os relatos que explicitam a tonalidade das falas por meio de emoções, valores e sentimentos, que resultaram em ruptura emocional e que possam ser usados como subsídio para o processo de interpretação. Ao final do mapa são apresentados os pontos comuns e os divergentes nos relatos dos diversos agentes entrevistados e relacionados com os aspectos analíticos do bloco temático.

Infere-se que os aspectos comuns e os aspectos divergentes podem ser associados a momentos históricos diferentes. Os aspectos comuns podem ser associados à situação inicial em que houve um aumento na capacidade de coordenação e conseqüentemente na eficiência da atividade econômica do agroturismo, devido aos laços culturais entre os membros fundadores. Já os aspectos divergentes podem ser associados ao momento atual do agroturismo, em que se identifica o aumento da complexidade e dificuldade de coordenação da atividade econômica do agroturismo. Como a base que permitiu o surgimento das instituições privadas perdeu um certo grau de representatividade, e a complexidade da coordenação aumentou, as instituições privadas atuais não são as mais eficientes na promoção da coordenação. Pode-se prever que haverá, num médio prazo, uma mudança institucional para dar suporte à coordenação no nível de complexidade em que a atividade se encontra. Os indícios que suportam essas suposições são descritos e analisados a seguir.

SITUACAO ATUAL		
Entrevistados	Aspectos analíticos	Aspectos qualificadores
	Cooperação – circuito turístico	
Incentivadores e apoiadores	[Muitos pegam carona com trabalhos manuais (...) trabalho manual é cópia. Artesanato é característica de um local]; [Escassez de mão-de-obra qualificada]; [Precisam oferecer mais coisas em termos de lazer (associado ao rural)]; [As pessoas têm que ter interesse. Não confundir com interesses escusos. Só trabalham junto, porque ambos têm interesse lícito e ambos ganham com isso]; [Comunidade (mesmo com problemas) tem associativismo muito forte. Sempre que é para segurar o nome de Venda Nova do Imigrante todo mundo se une, mesmo com as divergências pessoais]; [Um remete o turista para o outro (...) (produtos diferentes). Cada um toma um rumo, mas estão apostando no crescimento do outro para o negócio deles crescer também].	Associativismo forte, mesmo com problemas; Cooperação.
Proprietários	[A cooperação é alta, mas alguns membros querem morder outros]; [A participação é baixa, pois são muito individualizados na própria propriedade]; [De uns 4 anos para cá, a política partidária está influenciando negativamente o agroturismo. Isso leva a queda de confiança que pode comprometer o futuro]; [Hoje quem perdeu a chapa da 'Agrotur' se dedica mais a sua propriedade]; [O envolvimento com a política partidária diminuiu a confiança na Agrotur]; [Já estive muito boa, (confiança) mas diminuiu pela diferença de pensamentos e a falta de uma pessoa que faça o intercâmbio]; [Uns tem mais acesso a mercado que outros e outros acham que eles têm que esperá-los também...]; [Há concorrência desleal dentro do agroturismo, não em alto grau, mas há]; [Para participar mais falta tempo. É muito trabalho, e nos finais de semana estamos trabalhando, recebendo o turista]; [Falta tempo para participar das atividades das organizações e eventos para com o agroturismo, pois temos que cuidar e trabalhar no próprio negócio]; [A cooperação, troca de idéias e informações é razoável e acontece informalmente, mas é carente e somente entre os que estão na mesma situação]; [O agroturismo (Agrotur) deve buscar associar os produtores, não para a venda, mas para ter harmonização e regras de como fazer para vender melhor e todos saírem ganhando]; [Há individualismo e pouco apoio, estes acontecendo com quem tem mais afinidade e entre os pequenos, pois os grandes são diferentes]; [Quanto a regras, o estatuto e regimento interno da Agrotur não são seguidos ao pé da letra, e muitas decisões são tomadas quando está complicado. É preciso antecipar os acontecimentos]; [Dentro do agroturismo não vejo concorrência e sim companheirismo]; [Dentro do agroturismo a concorrência existe, mas não é desleal, pois cada um tem o seu produto e este é único]. [A interatividade com a população local é muito baixa, pois muitos vêem que o cara está enriquecendo e olha de lado, mas com os proprietários do agroturismo é muito alta. A força está nos que recebem em casa]; [Como estamos iniciando agora há pouca convivência. Mas estamos ganhando o respeito. O foco do agroturismo ainda está no centro de Venda Nova].	Cooperação alta; Baixa participação pela diminuição da confiança;
Aspectos comuns	Associativismo forte. Cooperação alta. Concorrência sadia.	
Aspectos divergentes	Concorrência desleal, diminuição da confiança,	

Quadro 9: Mapa de relações de idéias referente a relações.

SITUAÇÃO ATUAL		
Entrevistados	Aspectos analíticos	Aspectos qualificadores
	Autonomia e poder público	
Apoiadores e incentivadores	[Independência do poder público (se este ajudar bem, se não ajudar fazem assim mesmo)]; [No início criou-se a idéia de que não precisariam da ajuda pública (esta seria bem vinda, mas não na dependência)]; [Atualmente podem ter problema no curto prazo, pois estão na dependência do poder público (...) aceitaram certas concessões da prefeitura (com relação a eleição da AGROTUR)]; [Há diferenças políticas entre eles]; [O poder público (em geral) municipal só participa de feiras, cursos, etc. isso não é suficiente. Não existe um esforço planejado, conjunto. Falta planejamento, continuidade]; [Poder público fala, mas não encara como prioridade. Deveria dar suporte às demandas]; [Pessoa da VISA que mais trabalhava e incentivava foi demitida por questões políticas]; [Falta técnico que abraça a causa do ambiente natural]; [Equipe de trabalho coesa foi se desmantelando aos poucos]; [Os grandes parceiros são flutuantes: existem pessoas de instituições e não instituições. A estrutura técnica e apoio dos órgãos, isso acontece com as pessoas que naturalmente vão abraçando a causa]. [Muda a política muda tudo]. [Geralmente há conflito entre a assessoria técnica e os produtores, mas quando o técnico abraça a causa o empreendimento dá certo].	Independência, autonomia.
Proprietários	[Esperamos maior apoio da municipalidade (...) Prefeitura fala muito e faz pouco]; [É muito baixo o apoio dos órgãos governamentais, pois estes não sabem o que fazem...]; [Pouco incentivo da prefeitura que deixa a desejar]; [É muito baixo o apoio dos órgãos governamentais (prefeitura) que falta apoiar, centraliza tudo, não ouve a associação, faz coisas impostas]; [O SEBRAE é parceiro . O INCAPER já ajudou bastante, mas hoje está deficiente]; [Muda o prefeito e muda tudo. Perdemos em torno de 20% da organização da vigilância sanitária]; [Há apoio dos órgãos governamentais para com o agroturismo, e é alto o apoio da municipalidade]; [A rivalidade política atrapalha o agroturismo, pois se a diretoria da AGROTUR não é do lado político do prefeito, ele não apóia]; [Alto é o trabalho da municipalidade com o agroturismo, mas na divulgação]; [É muito baixo o apoio do município, pois sempre tem que ir atrás buscar]; [Acho bom o selo de inspeção da vigilância sanitária municipal (VISA / SIM), mas já esteve melhor];	Esperam maior apoio; Pouco incentivo; Rivalidade político-partidária.
Aspectos do início do fenômeno	Autonomia, com independência do poder público.	
Aspectos atuais do fenômeno	Espera apoio da municipalidade. A prefeitura municipal colabora em troca de concessões políticas.	

Quadro 10: Mapa de relações de idéias referente a autonomia e poder público.

Das entrevistas e observações sobre os relacionamentos entre os diversos agentes, foram identificados níveis de cooperação e integração diferentes, entre os diversos atores no território do agroturismo, possivelmente resultantes das diferentes intensidades das inter-relações estabelecidas. Os produtores rurais, atuando em um

novo ambiente e relacionando-se com outros agentes e organizações, enfrentaram dificuldades que afetaram e continuam afetando suas relações. Isto concorda com a premissa de Moyano Estrada (1999) em torno da idéia de que o salto qualitativo de cada região ou localidade, quando ocorre, é, via de regra, capitaneado por forças sociais locais, que possuem confiança, organização e estabelecem normas de cooperação e de participação da comunidade, na busca de um resultado social de somatório diferente de zero, ainda que numa intermediação sempre conflituosa.

Desse modo “adotou-se uma classificação em três níveis de intensidade de relações, quais sejam: relação estável, relação informal e relação instável”, baseado em análise de Barros e Moreira (2005). Tais relações estão visualizadas na Figura 10, a seguir.

Foi observado que as relações estáveis provêm de interações rotineiras entre agentes, empresas e organizações, decorrentes das atividades de parcerias, que possibilitam integração de atividades e conseqüentemente aumentam a confiança e reciprocidade, relacionando-se com mais intensidade. Da mesma forma foram observados situações de conflito entre agentes e organizações, fruto de interesses pessoais divergentes. Neste aspecto, as relações em que aparecem conflitos entre agentes e organizações, dificultando as inter-relações foram classificadas como relações instáveis, pois dificultam uma integração das ações e esforços, levam a uma baixa freqüência das atividades, fazem diminuir a confiança e reciprocidade e geram relações com menos intensidade. Da mesma forma, foram observadas as relações informais que são as inter-relações que acontecem independentes, sem uma freqüência, não afetando a coordenação.

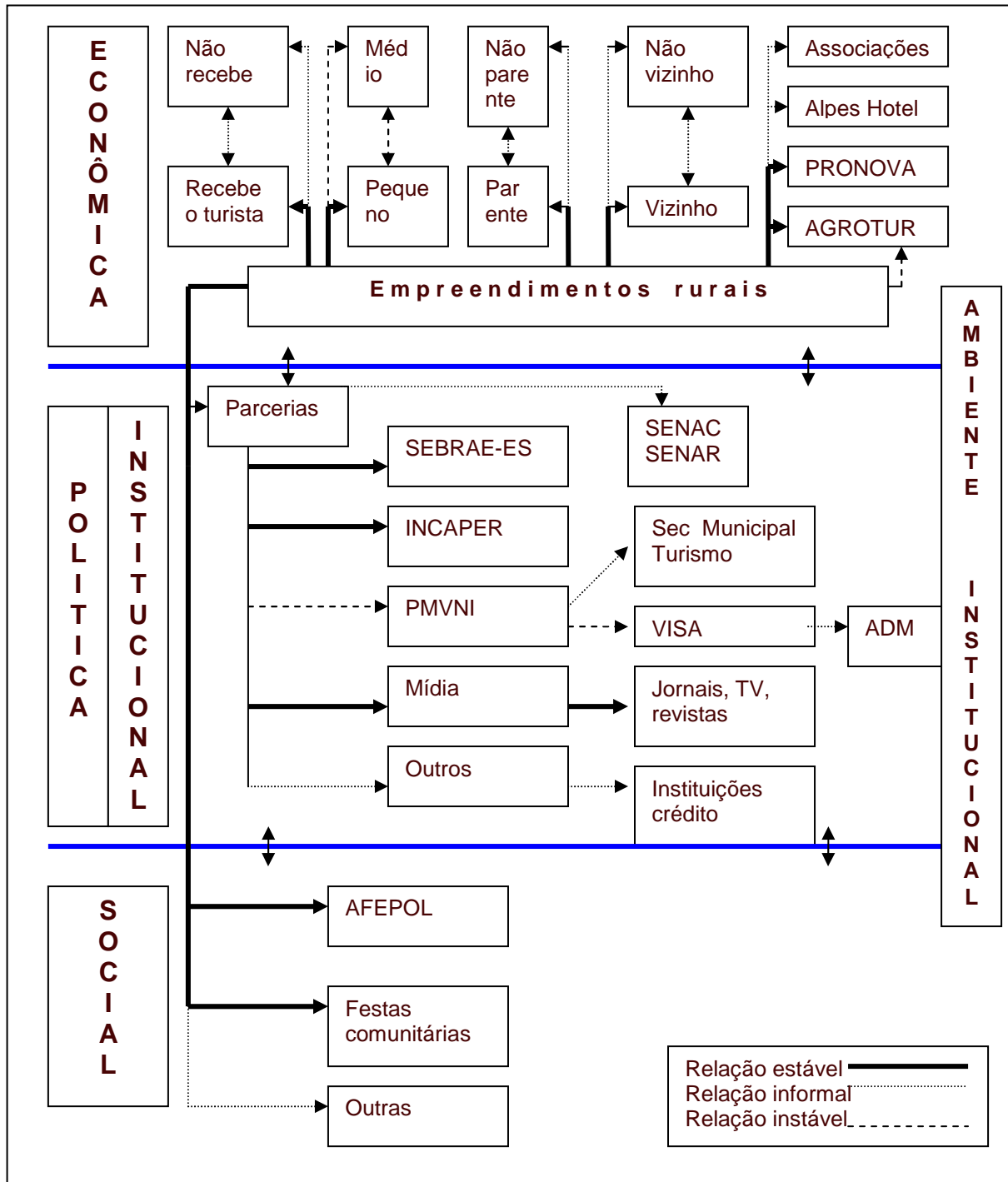


Figura 10: Representação das relações estabelecidas entre os agentes.

Segundo os entrevistados, atualmente a interação entre os proprietários (dos empreendimentos rurais) ocorre com mais intensidade entre quem recebe o turista na propriedade, entre aqueles que estão localizados mais próximos uns dos outros (vizinhos) e iniciaram a exploração do agroturismo ao mesmo tempo, sendo os pioneiros na exploração da atividade. Esses fatores geram relações estáveis. Os

reflexos desse contexto são observados em algumas ações desenvolvidas entre os agentes da dimensão econômica do território, realizadas a partir de relações informais de cooperação e de trabalho conjunto, expressos em ações de compra conjunta de embalagens e insumos, embalagem de produtos do vizinho, empréstimos de máquinas e equipamentos.

Por outro lado, a interação ocorre com menos intensidade com quem iniciou a atividade depois, está localizado distante geograficamente e não possui grau de parentesco. O exposto é expresso nas falas dos entrevistados: *“Como estamos iniciando agora há pouca convivência. Mas estamos ganhando o respeito. O foco do agroturismo ainda está no centro de Venda Nova. (...) Neste lado (São João de Viçosa) as tradições culturais são pouco presentes, até porque muitos são descendentes de longe dos imigrantes italianos ou não possuem descendência, não falam italiano, não há tradição. No centro de Venda Nova é maior, lá eles são mais unidos que os daqui”. “Em Venda Nova (centro-tapera-providência) o agroturismo anda de ‘vento em popa’. É conhecido fora do estado. Tem que divulgar mais os novos que entram (no Caxixe, e em São João de Viçosa) e que estão fora do roteiro tradicional, formado pelas propriedades do Centro-Tapera-Providência”*. Isso mostra que as relações estáveis perderam peso na composição total com a entrada de novos membros.

No aspecto da organização, participação e cooperação, foi identificada a presença de conflito de interesses entre os gestores das propriedades pequenas com os gestores das propriedades de médio porte, conforme os relatos das entrevistas e observações realizadas: *“Há individualismo e pouco apoio, estes acontecendo com quem tem mais afinidade e entre os pequenos, pois os grandes são diferentes. (...) A cooperação, troca de idéias e informações é razoável e*

acontece informalmente, mas é carente e somente entre os que estão na mesma situação. (...) A interatividade é muito baixa, pois muitos vêem que o cara está enriquecendo e olha de lado... A força está nos que recebem em casa”. Evidencia-se assim, de que os aspectos culturais/étnicos perderam peso.

Outro fator negativo para o agroturismo de VNI é o envolvimento da atual diretoria da Agrotur com a política partidária, que segundo relatos dos entrevistados: *“(...) de uns 2 anos para cá, a política partidária está influenciando negativamente o agroturismo. Isso leva a queda de confiança que pode comprometer o futuro. (...) O envolvimento com a política partidária diminuiu a confiança na Agrotur. (...) A rivalidade política atrapalha o agroturismo, pois se a diretoria da AGROTUR não é do lado político do prefeito, ele não apóia”.*

Os entrevistados alegam que há escassez de tempo para participar mais intensamente das ações do agroturismo, pois estão muito envolvidos na própria propriedade, segundo relatos: *“Para participar mais falta tempo. É muito trabalho, e nos finais de semana estamos trabalhando, recebendo o turista. (...) Falta tempo para participar das atividades das organizações e eventos para com o agroturismo, pois temos que cuidar e trabalhar no próprio negócio. (...) A nossa vida social está afetada, pois temos que trabalhar no fim-de-semana, sempre. Buscamos participar de trabalhos voluntários na igreja, mas está comprometido com a falta de tempo. (...) Falta tempo para participar mais. (...) A participação é baixa, pois são muito individualizados na própria propriedade”. O que evidencia de que o suporte institucional que se dava através da participação direta na instituição privada não é mais suficiente. Evidencia para a necessidade de um novo *framework* institucional.*

Segundo os entrevistados, atualmente existe a dificuldade de desenvolver a atividade de forma cooperativa entre eles e os agentes de outros setores pelo fato

de existirem diferenças entre interesses e ritmo de trabalho, tais como: a prefeitura municipal é uma parceira, mas tem dificuldade em apoiar e é lenta na tomada de decisões, faltam recursos humanos e de apoio técnico, e quando *“muda a política muda tudo”*. Os grandes parceiros como INCAPER e SEBRAE são flutuantes: *“Existem pessoas de instituições que apóiam e não as instituições (...) a estrutura técnica e apoio dos órgãos quando acontece, se dá com as pessoas que naturalmente vão abraçando a causa, mas quando são transferidos de local de trabalho ou licenciados por algum motivo, há uma ruptura no processo, e muitas vezes quem o substitui não abraça a causa, ou passa a ter outro foco de trabalho, o que compromete o trabalho realizado”*. Evidencia de que o aumento da complexidade da atividade está dificultando a coordenação das ações mediadas pelas instituições públicas e privadas.

Tais ações acima citadas fazem diminuir a confiança entre os diversos agentes, e leva a relações instáveis *“que pode comprometer o futuro do agroturismo”*.

O reflexo desse contexto desfavorável também é observado no desempenho atual da AGROTUR, que foi inicialmente criada com o objetivo de coordenar as atividades do agroturismo, resgatar práticas institucionais do passado, de sugerir novos contextos e oportunidades, de desenvolver novas estratégias e oferecer apoio externo e capacitação. Contudo, segundo os relatos dos entrevistados esse papel não é plenamente exercido, apresentando limitado poder de governança em decorrência da polaridade das lideranças locais à frente das atividades econômicas do agroturismo. As relações entre estes podem ser identificadas como não estáveis e se caracterizam pela limitada integração e pela existência de ressentimentos, o que é refletido nos insuficientes níveis de cooperação. Contudo essa situação não é

sentida na totalidade das atividades da associação, porquanto foram verificadas, por meio da observação direta, algumas ações desenvolvidas entre os agentes, realizadas a partir de relações informais de cooperação e de trabalho conjunto, evidência de que a instituição privada atual não é a forma mais efetiva de dar suporte ou estabelecer as regras informais.

“A cooperação é alta, mas alguns membros querem morder outros. (...) A participação em organizações (AGROTUR, PRONOVA, AGROTURES) é alta, com a cobrança de todos estarem presentes, mais ainda para quem recebe o turista em casa. (...) Hoje quem perdeu a chapa da ‘Agrotur’ se dedica mais a sua propriedade. (...) Já esteve muito boa, mas diminuiu pela diferença de pensamentos e a falta de uma pessoa que faça o intercâmbio. (...) Uns tem mais acesso a mercado que outros e outros acham que os outros têm que esperá-los também... (...) A troca de idéias e informações é alta. Mas já foi melhor, pois a inveja diminui essa troca de informações, e existem poucos espaços para isso. (...) Há concorrência desleal dentro do agroturismo, não em alto grau, mas há. (...) O agroturismo – AGROTUR – deve buscar associar os produtores, não para a venda, mas para ter harmonização e regras de como fazer para vender melhor e todos saírem ganhando. (...) Quanto a regras, o estatuto e regimento interno da Agrotur não são seguidos ao pé da letra, e muitas decisões são tomadas quando está complicado. É preciso antecipar os acontecimentos”.

Se por um lado a participação em grupo nas comunidades gera externalidades positivas que ajudam a atividade econômica identificada nas relações estáveis estabelecidas no ambiente institucional do agroturismo. Por outro lado, contraditoriamente, há indícios que associações comunitárias em um ambiente heterogêneo são geralmente ruins para desenvolvimento no longo prazo por causa

dos problemas de agência que eles geram (RODRÍGUEZ-POSE e STORPER, 2006), evidenciados nas relações instáveis estabelecidas entre propriedades que não são vizinhos, não possuem laços de parentesco, atuam na atividade de forma diferenciada não recebendo o turista na propriedade, na instabilidade entre pequenos e médios produtores, e entre produtores e órgãos governamentais. Esse quadro institucional atual evidencia no território estudado, uma forma que perdeu a capacidade de dar suporte à coordenação eficiente, devido ao já mencionado aumento da complexidade da atividade econômica pela entrada de novos atores que não compartilham a mesma base comum de traços culturais.

O que permite concordar com resultados de pesquisas que apontam indicadores de divisão, tais como: formas étnicas, raciais e outras formas de fragmentação, que assumem o lado inverso de laços dentro grupos (BUCHANAN e TULLOCK, 1962; OLSON, 1965; NORTH, 1981, *apud* RODRÍGUEZ-POSE e STORPER, 2006). Infere-se dessa forma, a polaridade sobre o debate da relação entre comunidade e desenvolvimento econômico. Estas percepções são sumarizadas na Figura 11 a seguir, em que são apresentadas associações de idéias, falas e percepções dos agentes envolvidos com o agroturismo, sobre: cooperação, participação e organização; das interações entre os proprietários e entre as propriedades; e o apoio dos agentes e organizações de apoio e incentivo. A leitura da árvore é feita da base para o topo, em que uma idéia, fala ou percepção é conectada a outra, visando proporcionar um olhar geral sobre as interações no território estudado. Como exemplo de leitura, na interação entre as propriedades que já exploram o agroturismo e para que haja a adesão de outras propriedades na atividade, falta apoio dos órgãos governamentais, pois a estrutura técnica e de apoio se dá nas pessoas que abraçam a causa do agroturismo, e quando estas mudam de

Uma fala comum dos entrevistados é *“da necessidade que outras propriedades também recebam turistas, com produtos diferenciados e novidades”*, dessa forma ampliando o circuito turístico. A dificuldade para que isso aconteça é atribuída a falta de apoio dos órgãos governamentais. Nos relatos atribuem também as dificuldades aos *“traços da cultura italiana”*, em que alguns produtores *“têm medo de inovar”*, *“ficam presos em seu mundo”*, *“e têm ciúme da propriedade”*, no sentido de não descaracterizá-la. *“Para entrar mais famílias há dificuldades, por falta de apoio de órgãos técnicos e governamentais. (...) Outros produtores têm um ciúme muito grande da propriedade, pois ficam presos no seu mundo, e têm medo de inovar, desenvolver. Isso é próprio da cultura do homem da roça, do italiano”*.

Essas dificuldades propiciam relações menos freqüentes entre os agentes dos setores público, privado e comunidade, em algumas situações gerando instabilidade. North (1994) entende que os indivíduos acharão individualmente que vale a pena cooperar com os outros quando o jogo é repetido, quando eles possuem uma informação completa sobre o desempenho passado de outros participantes, e quando existe um pequeno número de participantes, situação identificada no início da exploração da atividade econômica, que foi mudando com o passar do tempo com os novos ingressantes. Além disso, existe o problema de insuficiência de informações, conhecimentos e experiências de muitos produtores rurais sobre como atuar na atividade, o que leva a uma grande incerteza que também afeta as relações e que dificulta a realização do desenho de uma estrutura de governança.

Assim as organizações que emergem desse quadro institucional atual podem vir a inibir o aparecimento dos potenciais produtivos da comunidade e de dificultar as formas não hierárquicas de cooperação em que se pode fundamentar o próprio crescimento (ABRAMOVAY, 2001). Um ambiente institucional assim caracterizado é

eficiente em fazer sociedades ainda mais improdutivas e um tal caminho pode persistir porque os custos de transação dos mercados político e econômico destas economias, juntamente com o modelo subjetivo dos atores, não lhes permitem movimento gradual em direção a resultados mais eficientes (NORTH, 1990).

Outra preocupação dos entrevistados é com relação à reputação conseguida pelo agroturismo de Venda Nova do Imigrante, que garante confiabilidade e qualidade aos produtos. Segundo os entrevistados, muitos produtores quando começam a comercializar deixam de lado a preocupação com as tradições culturais e com a preservação dos recursos naturais e do meio-ambiente: *“Não há preocupação com as tradições culturais, pois quando começam a comercializar ela deixa de existir, eles passam por cima para produzir. (...) A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, a propriedade aqui tem, mas os demais não. (...) Hoje não estão respeitando o espaço. Não estão trabalhando para o agroturismo (...) Alguns produtores, quando a produção da propriedade não atende a demanda, buscam matéria-prima de fora, de outros lugares...”*.

Frente a esse quadro, não foi identificada nenhuma forma de como lidar com essa situação, pelos agentes envolvidos com o agroturismo. Infere-se assim, que as instituições atuais não são as mais eficientes para coordenar a atividade nesse ambiente atual do agroturismo no território estudado. Presume-se que, por ser uma situação recente, as instituições privadas levarão os agentes a negociarem uma regra para estabelecer a ordem no território. Em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), as instituições privadas são instáveis e evolutivas porque elas são desafiadas e melhoradas pelos seus criadores, graças às avaliações de suas ineficiências, redesenho e experimentação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo compreender o desenvolvimento histórico e econômico da atividade econômica do Agroturismo na comunidade de Venda Nova do Imigrante-ES, embasada pelos pressupostos teóricos de instituições e da mudança institucional, entendendo o desenvolvimento econômico como resultado histórico das instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais.

Historicamente foram percebidas a existência da prática da cooperação, do trabalho associativo e organizações comunitárias, permeando o início da atividade do agroturismo, ressaltadas na presença de diversas organizações no território de VNI, reunindo atividades sociais, culturais, econômicas e preservação do meio-ambiente. No âmbito político institucional, o nível de organização dos diversos agentes é uma característica a ser ressaltada.

Com isso, o ganho em eficiência adquirido no processo de desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo pode ser relacionado ao patrimônio cultural como base determinante da estrutura institucional, bem como em parcerias formadas com os agentes – SEBRAE, INCAPER, entre outros – que fomentaram investimentos em capacitação e novos conhecimentos dos produtores rurais para atuarem com a atividade econômica do agroturismo.

Verificou-se também, no processo de desenvolvimento histórico e econômico do Agroturismo, uma mudança no ambiente institucional do território estudado, que pode ser constatado na estruturação e adequações realizadas nas unidades pesquisadas, em que há indícios do surgimento de novas instituições e da evolução das instituições previamente existentes, observados em fatos como: a reorganização

das propriedades e mudança do processo produtivo - adequando-as para a atividade do agroturismo; a valorização do trabalho da mulher; a criação da AGROTUR para coordenar a atividade; a mudança na legislação sanitária, e a criação do selo SIM de autenticidade e qualidade; e nova forma de lidar com a cultura cafeeira, com novas técnicas e manejos diferenciados, assimilando tecnologias que buscam o aumento da produtividade e qualidade, e não somente a quantidade – prática antes adotada pelos produtores. Os investimentos em novas habilidades e conhecimentos, foram observados na capacitação dos produtores para atuação no agroturismo, envolvendo o aprendizado técnico e a abertura das propriedades aos turistas.

Complementarmente, os resultados evidenciam que, recentemente, nas relações e dinâmicas estabelecidas e nos interesses dos agentes, há aspectos comuns e aspectos divergentes. Infere-se que esta situação atual possa ser explicada com a congruência entre comunidades e instituições privadas proposta por Brousseau, Fares e Raynaud (2004).

Na medida em que se expandem, as comunidades tendem a se tornar mais heterogêneas, em que muda a identidade dos parceiros, do ambiente local, e a diversidade das transações se expande. Com isso, as instituições privadas que governam comunidades homogêneas podem resultar em custos menores do que aqueles que garantem a coordenação das comunidades heterogêneas. Conseqüentemente, quando o grupo ou clube cresce, aumentam as dificuldades de coordenação e de alinhamento dos interesses, com isso aumentando o conflito de interesses.

Assim, os aspectos comuns e os aspectos divergentes verificados no território estudado podem ser associados a momentos históricos diferentes. Os aspectos comuns podem ser associados à situação inicial em que houve um aumento na

capacidade de coordenação e conseqüentemente na eficiência da atividade econômica do agroturismo, devido aos laços culturais entre os membros fundadores. Já os aspectos divergentes podem ser associados ao momento atual do agroturismo, em que se identifica o aumento da complexidade e dificuldade de coordenação da atividade econômica do agroturismo.

A base que permitiu o surgimento das instituições privadas perdeu parte de representatividade, e com o aumento das dificuldades e complexidades de coordenação e de alinhamento de interesses, as instituições privadas atuais não são as mais adequadas na promoção da coordenação ao nível de escala que a atividade econômica do agroturismo atingiu no território estudado, o que dificulta a realização do desenho de uma estrutura de governança. Presume-se que, por ser uma situação recente, as instituições privadas levarão os agentes a negociarem uma regra para estabelecer a ordem no território. Essa inferência encontra suporte em Brousseau, Fares e Raynaud (2004), para os quais as instituições privadas são instáveis e evolutivas porque elas são desafiadas e melhoradas pelos seus criadores, graças às avaliações de suas ineficiências, redesenho e experimentação.

Assim, a linha de desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo indica que as instituições privadas que aumentaram a capacidade de coordenação e eficiência no passado recente já não são as mais eficientes para a coordenação no ambiente atual. Isto pode ser um indício de que novas mudanças institucionais irão ocorrer para que se atinja um nível de eficiência adequado à escala da atividade econômica em questão. Portanto, os resultados parecem evidenciar que as instituições privadas requerem atualização em um tempo bem mais curto que as instituições públicas. As instituições privadas são instáveis e evolutivas, porque elas são desafiadas e melhoradas pelos seus criadores, graças às avaliações de suas

ineficiências, redesenho e experimentação (BROUSSEAU, FARES E RAYNAUD, 2004). Conseqüentemente, são renegociáveis através de um processo de melhoria, pois são incompletas e evolutivas.

7.1 LIMITAÇÕES

Dado que a pesquisa focalizou a análise de uma região específica, surgem limitações que devem ser referidas. Primeiro, há que se considerar que os resultados obtidos não podem ser generalizados, uma vez que, cada região possui características únicas e um ambiente institucional próprio que podem facilitar e influenciar o desempenho de programas de desenvolvimento local; bem como facilitar ou dificultar as relações entre os atores e organizações do ambiente institucional. Desta forma, somente estudos em larga escala poderiam ser efetivos no estabelecimento de regras mais genéricas sobre a questão pesquisada.

Outra limitação a ser destacada é que o processo de coleta de dados, através de observações e entrevistas, está sujeito a algum grau de subjetividade, tanto por parte dos entrevistados quanto por parte do pesquisador na sua interpretação final. Buscando amenizar os efeitos negativos dessa abordagem na pesquisa, previamente foi estabelecido um protocolo de pesquisa e as unidades foram estudadas usando a replicação seguindo o protocolo elaborado.

7.2 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Este trabalho focou o desenvolvimento histórico e econômico do agroturismo, e buscou destacar as dificuldades de coordenação e de alinhamento dos interesses que surgem quando um clube, grupo ou comunidade cresce, e se torna

heterogênea, analisando os aspectos de interesses comuns e divergentes associados a momentos históricos diferentes.

Porém outros aspectos podem ser focados para futuras pesquisas. Uma sugestão é analisar no território estudado, os mecanismos de *enforcement* que as instituições privadas usam como fonte de eficiência, e têm a habilidade de privar aqueles que quebram regras ou deixam de cumprir com seus compromissos através do ostracismo ou do controle de acesso.

Outro aspecto identificado com a pesquisa parece evidenciar que as instituições privadas requerem atualização em um tempo bem mais curto que as instituições públicas. Dado que as características das instituições privadas são instáveis e evolutivas, porque elas são desafiadas e melhoradas pelos seus criadores, em função da avaliação de suas ineficiências, redesenho e experimentação; ao passo que as regras maduras – que caracterizam as instituições públicas – não são renegociáveis no sentido de que elas estabelecem *ex-ante* a alocação dos direitos dos agentes (BROUSSEAU, FARES e RAYNAUD, 2004), sugere-se então, para futuros trabalhos, investigar se de fato existem diferenças no tempo de vida útil das instituições privadas e das instituições públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. p. 165-177.

AGROTURISMO. **Gazeta On Line**, Vitória, 22 out. 2001. Disponível em:<http://gazetaonline.globo.com/valores/valores_noticias/template_noticia.php?id=3bd4663...>. Acesso em: 17 jan. 2005.

AGROTURISMO: um novo conceito de negócio. Produção: SEBRAE-ES. Viçosa: CPT, [2001?]. 1 videocassete (61min), VHS, son., color.

ALMEIDA, J. A.; BLÓS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. **Ciência e Ambiente: Agricultura, Território e Meio Ambiente**. n. 15, p. 31-9, 1997.

APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de La Cepal 76**, p. 71-88, abr. 2002.

AQUINO, André Carlos Bussanelli de. **Economia dos arranjos híbridos**: o caso da coordenação de serviços em uma usina siderúrgica. 2005. 217 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Francisco Sávio de Oliveira; MOREIRA, Maria Vilma Coelho. O Capital Social nas aglomerações produtivas de micro e pequenas empresas: estudo de um arranjo produtivo turístico, Brasília-DF. In: **XXIX ENANPAD**. Brasília: Anais, 17 a 21 de set. de 2005. 1 CD-ROM.

BATALHA, M. O.; MENDONÇA, M. C. A. Estrutura e dinâmica do turismo no espaço rural: uma análise na ótica da NEI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG:

SOBER, 2003. Disponível em:

<<http://www.gepai.dep.ufscar.br/publicacoesbusca.php?>> Acesso em: 17 mar. 2005.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola: estudo de caso – fazenda Água Santa – São Joaquim – SC.** 2002. 167 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BENI, M. C. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: **Turismo**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 165-170.

BROUSSEAU, Eric; FARES, M'hand; RAYNAUD, Emmanuel. The economics of private institutions. **8th Annual Conference of the New Institutional Economics**, “*Institutions and Economic and Political Behavior*”, September 30 – October 4, 2004, Tucson Arizona, USA.

BUSBY, G.; RENDLE, S. The transition from tourism on farms to farms tourism. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 21, n. 4, p. 635-642, 1999.

CALIMAN, Orlando. Uma análise consolidada dos impactos no turismo. In: CALIMAN, Orlando (Coord.). **Impactos sobre o turismo no Espírito Santo**. Vitória: Sebrae/ES, 2005, p. 135-142.

CALIMAN, Orlando (Coord.). **Impactos sobre o turismo no Espírito Santo**. Vitória: Sebrae/ES, 2005.

CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1, 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999, p. 9-42.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL,

Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.

CARNIELLI, Leandro. **Agroturismo: os primeiros passos de uma comunidade rural da montanha capixaba**. Venda Nova do Imigrante: [s.n.], [s.d.].

CHEUNG, S. On the new institutional economics. In: CHEUNG, S. *et al.* **Contract Economics**, 1990, p. 48-75.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, New Series, vol. 4, n. 16, (nov., 1937), p. 386-405.

COASE, R. The institutional structure of production. **American Economic Review**, 82, sep. 1991, p. 713-719, 1991.

COSTA, Luciana. **A colônia do Rio Novo (1854/1880)**. 1981. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

DADALTO, Cristina. Venda Nova do Imigrante: aqui a tradição é valorizada. **Revista você**, Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES, ano III, n. 29, mar./abr. 1995, p. 14-24.

DAVIS, Lance E.; NORTH, Douglas. **Institutional change and american economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

DAVIDSON, R. **Tourism in Europe**. Paris: Technipus, 1992.

EDEN, Colin. On the nature of cognitive maps. **Journal of Management Studies**, 29, 3 may 1992, p. 261-265.

EICHENGREEN, B. Institutions and economic growth: Europe after world war II. **Center for Economic Policy Research**, Discussion Paper, n. 973, June 1994.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FLETCHER, J.; COOPER, J. Tourism strategy planning. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 23, n. 1, p. 181-200, 1996.

FOX, Irving K. Institutions for water management in a changing world. **Natural Resources Journal**, New Mexico, v. 16, p. 743-758, oct., 1976.

FURUBUTON, Eirik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions and economic theory: the contribution of the New Institutional Economics**. [S.I.]: The University of Michigan Press, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODMAN, Robert S.; KRUGER, Evonne Jonas. Data dredging or legitimate research method? Historiography and its potential for management research. **The Academy of Management Review**, v. 13, n. 2, p. 315-325, apr. 1988.

GOEYMEN, K. Tourism and governance in Turkey. **Journal of Rural Studies**, Great Britain. v. 27, n. 4, p. 1025-1048, 2000.

GREIF, A. Contract enforceability and economic institutions in early trade: the maghribi traders coalition. **American Economic Review**, 83, June 1993, p. 525-548.

GUZZATTI, T. C.; SOLDATELI, M. O agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento rural: a experiência das encostas da serra geral, SC. In: **II Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Anais, 09 a 12 de maio de 2000.

KEEFER, Philip; KNACK, Stephen. Social capital, social norms and the new institutional economics. In: MENARD, Claude; SHIRLEY, Mary M (ed.). **Handbook of new institutional economics**. Dordrecht: Springer, 2005.

KLEIN, P. G. New institutional economics. In BOUCKAERT, B. and GEEST, G. D., (Eds.) **Encyclopedia of Law and Economics**, chapter **0530**, pages 456–489. University of Ghent, Belgium, 2000.

LAZZARO, Agostinho. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: [s.n.], 1992, 330p.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento local sustentado. **RAP**. Rio de Janeiro, 38(5), p. 817-850, set./out., 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo (Brasil). **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/0-catalogo-documentos/arquivos-internos/Diretrizes%20-%20Turismo%20Rural.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2005.

MOYANO ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas Del desarrollo. **Revista Economica Ensaio**. Vol. 13, n. 2, Vol. 14, n. 1, Uberlândia, 1989.

NILSSON, A. Staying on farms: an ideological background. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 29, n. 1, p. 7-24, 2002.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **A “venda nova das imigrantes”**: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

NORTH, Douglass C. Economic performance through time. **The American Economic Review**; Jun 1994; 84; 3, p. 359-368.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspective**, v. 5, n. 1 Winter 1991, p. 97-112.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

NORTH, Douglass C. Institutions and the process of economic change. **Management International**; Spring 2005; 9, 3, p. 1-7.

NORTH, D.; WEINGAST, B. Constitution and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth century England, **Journal of Economic History**, 49, dec. 1989, p. 803-832.

NORTH, D.; THOMAS, R. **The rise of the western world**. Cambridge: University Press, 1973.

OPPERMANN, M. Rural tourism in southern Germany. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 23, n. 1, p. 86-102, 1996.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Sobre o desenvolvimento de localidades rurais: algumas contribuições da teoria neo-institucional**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/paulillo.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2006.

PERFIL para estruturação de roteiros turísticos rurais no processo de DLIS. Espírito Santo: SEBRAE-ES; IN VIVA; BANDES; Governo do Estado do Espírito Santo, 2001. 1 CD-ROM.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo**. 1998. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PRASAD, Biman C. Institutional economics and economic development: the theory of property rights, economic development, good governance and the environment. **International Journal of Social Economics**, 2003, 30, p. 741-762.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; STORPER, Michael. Better rules or stronger communities? On the social foundations of institutional change and its economic effects. **Economic Geography**; Jan 2006; 82, 1, p. 1-25.

ROQUE, A. M. **Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais**. 2001. 106 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2, 2000, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria, RS: EDUSC, 2000, 35p.

SILVA, G. da J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria, 1998. p. 11-49.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Governança de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. In: CASSIOLATO, J. E.: LASTRES, H. M.: MACIEL, M. (Orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 2003. p. 67-83.

TAGLIARI, P. S.; FRANCO, H. M. Turismo rural: 52 safras por ano. **Agropecuária Catarinense**, Santa Catarina, v. 7, n. 4, p. 14-20, dez. 1994.

TESSARI, Roberto. **O que é agroturismo?** Apostila do seminário de agroturismo oferecido pelo AGROTUR em 22 jan. 1994, Venda Nova do Imigrante, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES. **Guia de informações turísticas 2005**. Venda Nova do Imigrante, ano III, n. 3, jan. 2005.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE (Município). Lei nº 178/94, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre o código de vigilância sanitária do município de venda Nova do Imigrante e dá outras providências. **Livro de autógrafos**. Venda Nova do Imigrante: Câmara Municipal, 1994.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE (Município). Lei nº 187/94, de 09 de agosto de 1994. Institui o selo de inspeção municipal de Venda Nova do Imigrante-ES. **Livro de autógrafos**. Venda Nova do Imigrante: Câmara Municipal, 1994.

VENDA NOVA DO IMIGRANTE (Município). Decreto nº 412/94, de 08 de setembro de 1994. Regulamenta a lei nº 187/94, que instituiu o selo de inspeção municipal.

Livro de autógrafos. Venda Nova do Imigrante: Câmara Municipal, 1994.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting.** New York: The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, n. 36, p. 269-296. jun., 1991.

WILLIAMSON, O. E. **Transaction cost economics and organization theory.** Berkeley: University of California, 1993, April, mimeo.

WILLIAMSON, O. E. **Mechanisms of governance.** New York: Oxford University Press, 1996.

YOON, Y.; GURSOY, D.; CHEN, J. S. Validating a tourism development theory with structural equation modeling. **Journal of Rural Studies**, Great Britain. v. 22, n. 9, p. 363-372, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** (Trad. Daniel Grassi). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo.** [Contagem]: [s.n.], 1992, 248p.

ZIMMERMAN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. (Orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** 4. ed. Campinas: Papyrus, 2004. p. 127-142. (Coleção Turismo).

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições, Tese de Livre docência, FEA/USP, São Paulo, 1995.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA EXPLORATÓRIA

Atenção:

- Este entrevista deverá ser respondida com a maior fidelidade possível, pois será de grande importância para o desenvolvimento de um trabalho científico.
- As informações individuais são confidenciais e serão tratadas de forma coletiva.
- Os dados obtidos, em nenhum caso, servirão para julgar ou criticar situações particulares do trabalho institucional ou pessoal.

ITENS	QUESTÕES
Identificação do respondente	Nome:
	Papel assumido no agroturismo / na propriedade: Há quanto tempo está envolvido(a) com o agroturismo:
	Formação escolar
	Idade:
Local da entrevista:	Horário de início: Término:
BLOCO A	DADOS GERAIS
1) Nome da propriedade rural: 2) Origem da propriedade. Há quanto tempo possuem a propriedade. 3) O que o levou a explorar a atividade do Agroturismo? 4) Há quanto tempo exploram a atividade de Agroturismo? 5) Responsável(is) pela administração/gestão. 6) Quantas pessoas da família estão envolvidas com o agroturismo? 7) Atividades econômicas geradas pelo agroturismo (culturas significativas do processo econômico). Atividades econômicas Grau de importância: 1 mais importante, depois 2, etc. Porcentagem de retorno econômico	
8) Houve planejamento para implantação do agroturismo na sua propriedade? (Assessoria profissional para a sua implantação). 9) Houve dificuldade na implantação do agroturismo? (readequação do espaço por exemplo). 10) Qual a fonte de recursos para a implantação do agroturismo? (linha de crédito específica). 11) A propriedade fica em atividade turística o ano todo? 12) Que função deve ter o Agroturismo? 13) Você participa em cursos e treinamentos sobre o agroturismo? 14) Você participa em alguma entidade (associação, ONG's, etc.)? Qual a sua forma de participação? 15) Você participa em algum projeto de desenvolvimento do agroturismo, promovido por órgãos oficiais (governo federal, estadual ou municipal), ou ONG's? Qual a sua forma de participação nestes projetos? 16) Você participa em algum trabalho voluntário? Qual a forma de participação? 17) O agroturismo agregou valor à propriedade? 18) A sua propriedade é auto-sustentável economicamente? 19) O agroturismo trouxe melhoria da qualidade de vida com geração de empregos e postos de trabalho? 20) O agroturismo trouxe melhoria da qualidade de vida com aumento de renda? 21) O agroturismo, em sua propriedade gera empregos fixos e/ou postos de trabalho temporário?	
BLOCO B	AUMENTO DA PRODUÇÃO E RENDA
1) Indique o aumento da renda da propriedade/por ano, que o agroturismo proporcionou: () menos de 10% () de 10% a 20% () de 20% a 30% () de 30% a 40% () mais de 40%. Quanto? _____ 2) Indique o grau de participação do agroturismo na renda da propriedade: () menos de 10% () de 10% a 20% () de 20% a 30% () de 30% a 40% () mais de 40%. Quanto? _____	
BLOCO C	QUALIDADE DE VIDA

- 1) Quantas famílias vivem na propriedade (núcleo familiar)?
 1 2 3 4 5 ? _____
- 2) Os agricultores que praticam o agroturismo têm uma boa qualidade de vida?
 Sim Não
- 3) Como você classificaria a qualidade de vida de **sua família** hoje?
 péssima ruim satisfatória boa ótima
- 4) Qual a nota (de 0 a 10) que você daria para a qualidade de vida de sua família? Há 10 anos atrás: _____ Hoje: _____
- 5) Quando seus pais tinham a sua idade atual, a qualidade de vida deles, **comparativamente** com a sua hoje, era:
 Muito pior pior igual melhor muito melhor
- 6) Em comparação com os outros proprietários que **praticam o agroturismo**, a qualidade de vida de sua família é:
 Muito pior pior igual melhor muito melhor
- 7) Em comparação com os outros proprietários que **não praticam o agroturismo**, a qualidade de vida de sua família é:
 Muito pior pior igual melhor muito melhor
- 8) Dos itens abaixo, sua família possui: quantos?
 casa própria TV telefone geladeira microondas carro
 motocicleta computador com acesso a Internet seguro de vida seguro-saúde (plano) filhos / irmãos estudando em escola particular filhos / irmãos estudando em escola pública
- 9) Cite três fatores determinantes para uma boa qualidade de vida do agricultor / proprietário rural? Dos fatores citados, qual o mais importante, e qual o de menor importância.

Quadro A1: Roteiro de entrevistas – pesquisa exploratória.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

ITENS	QUESTÕES
Identificação do respondente	Nome:
	Papel assumido no agroturismo / na propriedade: Há quanto tempo está envolvido(a) com o agroturismo:
	Entidade/órgão a que está vinculado / propriedade:
	Formação escolar
	Idade:
Local da entrevista:	Horário de início: Término:
BLOCO A	DESENVOLVIMENTO DO AGROTURISMO
Descreva a História do agroturismo... Como começou?	
Discorra sobre as dificuldades na implantação do agroturismo.	
Elabore uma definição para Agroturismo.	
Quais foram os apoiadores e incentivadores do agroturismo? Qual o tipo de apoio e incentivo? Como foi o apoio e incentivo?	
Quais são os parceiros do agroturismo?	
Quais as principais diferenças percebidas nas propriedades rurais, de um modo geral, nos últimos treze anos? Houve influência ou efeito do agroturismo sobre estas propriedades? E sobre o município?	
Quais foram as adequações feitas na propriedade em função do agroturismo? Quais foram espontâneas e quais foram por exigência legal (IDAF, VISA, etc.)? Quais foram por influências dos turistas?	
Por quê o agroturismo obteve sucesso?	
BLOCO B	RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERRITÓRIO
Que exemplos lhe fazem lembrar a possibilidade de um clima de confiança entre os proprietários? A confiança é: () muito alta () alta () razoável () baixa () muito baixa	
Como são tratados pelos proprietários: <ul style="list-style-type: none"> • O trabalho que é realizado em grupo quando necessário (feiras, divulgação, reivindicações ao poder público, compra conjunta de materiais). • As situações adversas. Dê exemplos de ações/situações em que há o envolvimento da grande parte das propriedades? A que atribui este envolvimento? Ele é contínuo, permanente ou não? O associativismo é: () muito alto () alto () razoável () baixo () muito baixo	
Como você percebe: <ul style="list-style-type: none"> • A participação nas decisões sobre o agroturismo. • As questões políticas relacionadas ao agroturismo, de um modo geral como são tratadas. • O processo de sucessão das entidades (AGROTUR, PRONOVA). • As decisões que impactam em todas as propriedades. • O grau de interesse dos proprietários em relação aos planos de trabalho das entidades (AGROTUR, PRONOVA, Conselhos Municipais: Turismo, Meio-ambiente, Agricultura, AFEPOL). A participação é: () muito alta () alta () razoável () baixa () muito baixa	
Como vocês tem pensado o futuro das propriedades (agroturismo)? Como são planejadas as relações futuras em relação as potencialidades locais. Os projetos pensados para o futuro do agroturismo são: () muito bons () bons () razoável () ruins () muito ruins	
BLOCO C	
Na sua avaliação, entre os proprietários do agroturismo: <ol style="list-style-type: none"> 1) O empreendedorismo é: () muito alto () alto () razoável () baixo () muito baixo 2) Os resultados obtidos pelo agroturismo nos últimos treze anos são: () muito bom () bom () razoável () ruim () muito ruim 3) Outras propriedades querendo investir no agroturismo 	

- () muito bom () bom () razoável () ruim () muito ruim
- 4) O aproveitamento sustentável dos recursos
() muito bom () bom () razoável () ruim () muito ruim
- 5) A legislação sanitária e ambiental
() muito boa () boa () razoável () ruim () muito ruim
- 6) A preservação das tradições culturais
() muito alta () alta () razoável () baixa () muito baixa
- 7) O voluntariado
() muito alto () alto () razoável () baixo () muito baixo
- 8) A competitividade
() muito alta () alta () razoável () baixa () muito baixa
- 9) o grau de interesse dos proprietários (agricultores familiares) quanto aos planos dos governos municipais e o processo de participação de todos, processos de participação e eleição nas entidades representativas (AGROTUR, PRONOVA, AGROTURES, Conselhos Comunitários: Turismo, Meio-ambiente, Agricultura, AFEPOL).
() muito alto () alto () razoável () baixo () muito baixo
- 10) como é percebida a participação nas decisões, o trabalho cooperado, a visão de futuro, tratamento das situações adversas e planejamento das ações futuras, ou seja, informações que podem indicar a formação ou não de interações para soluções coletivas ou tenham repercussão no coletivo: (lembrar decisões sobre publicidade, cursos, cooperação, idéias diferentes, participação em feiras, etc...)
() muito alta () alta () razoável () baixa () muito baixa

Quadro B1: Roteiro de estruturação de entrevistas.

APÊNDICE C: DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DO AGROTURISMO

DEFINICAO DO AGROTURISMO		
Entrevistados	Aspectos analíticos	Aspectos qualificadores
	Definição e objetivos	
Técnico 1	“Turismo na propriedade produtiva, tendo como atividade principal a agricultura. É um aproveitamento do que se produz, agregando valor à produção com as características da região (culinária local, tradição cultural). Marcos Grilo trouxe a idéia do Sul do Brasil para cá”.	Turismo na propriedade produtiva [...] agregando valor à produção [...] características da região [...]
Técnico 2	“Atuação da empresa familiar rural na verticalização de suas atividades agrosilvopastoris, onde realiza os processos de produção rural e transformação na agroindústria dos produtos, acompanhados e adquiridos pelos turistas, com valor agregado em até 40% no ponto de venda local instalado e administrado pela família. Tem por objetivos: a verticalização da empresa rural (a própria produção da origem à transformação, pois o produtor conhece todo o produto - até 60% próprio e 40% de terceiros); trazer desenvolvimento à comunidade”.	[...] empresa familiar rural [...] produção rural e transformação na agroindústria [...] valor agregado em até 40% [...] trazer desenvolvimento à comunidade.
Incentivador 1	“Como melhorar/aumentar a auto-estima do produtor”.	[...] melhorar auto-estima [...]
Incentivador 3	“Agroturismo é uma atividade de turismo ligada ao interior onde se oferece, principalmente o produto do campo e acompanhamento do processo de produção. O importante aqui em Venda Nova do Imigrante (com relação ao agroturismo) a atividade agrícola é a principal atividade da propriedade e o agroturismo vem para somar. A presença da mão-de-obra familiar é fundamental aqui em Venda Nova do Imigrante. A ligação das pessoas / turistas é pela presença da família. O próprio produto é todo um processo. O agroturismo até pode ser a atividade mais rentável, mas não é a principal”.	[...] ligada ao interior [...] acompanhamento do processo de produção [...] atividade agrícola é a principal [...] o próprio produto é todo um processo [...]
Apoiador 1	“Melhoria da vida das famílias do agroturismo é visual (carro bom, casa boa, bens móveis, eletrodomésticos, filhos estudando, roupa boa, etc.). Valor agregado em torno de 40%”.	Melhoria da vida das famílias [...] valor agregado [...]
Conceito comum agroturismo	É uma atividade de turismo na propriedade produtiva, tendo como atividade principal a agricultura, onde se oferece o produto do campo “ <i>in natura</i> ” e agroindustrializado, e o acompanhamento do processo de produção.	
Objetivos	Melhorar a qualidade de vida das famílias rurais; Aumentar a renda; Agregar valor a produção; Trazer desenvolvimento para a comunidade;	

Quadro C1: Mapa de relações de idéias referente a definição e objetivos do agroturismo.

APÊNDICE D: BENEFÍCIOS DO AGROTURISMO

BENEFÍCIOS DO AGROTURISMO	Alternativa para a produção – fixa a pessoa no campo – evita o êxodo rural. Aumento da renda familiar – gera ocupação para membros da família – principalmente a mulher. Atividade para o ano inteiro. Gera empregos – fixos e temporários. Provoca injeção de recursos externos na economia local. Preservação do meio ambiente, da arquitetura rural, e das tradições culturais. Vantagens sócio-culturais – aumento da auto-estima do produtor e família – melhoria da qualidade de vida – com valorização pessoal da gente da roça.
----------------------------------	---

Quadro D1: Benefícios do agroturismo

APÊNDICE E: CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO AGROTURISMO

Já existia...	Fatos anteriores...	...até 1988...	1992	1993
Forte tradição de trabalho em grupo (mutirões). Associativismo forte. Tradição de voluntariado.	Abertura da rodovia BR 262. Venda de produtos mas não organizados. Ensaio de diversificação da produção. Conselho de desenvolvimento.	Produtores na clandestinidade.	Nasce o agroturismo. Inauguração do ALPES HOTEL. Parceria entre os produtores e o hotel. Reportagem no Jornal do Campo da TV Gazeta. Incentivo para o agroturismo.	Seminário de agroturismo. Organização da AGROTUR. “Certidão de nascimento do agroturismo”. Inauguração do 1º ponto de venda. Inclusão no PRODETUR-ES. Instalação da agência do SEBRAE em VNI. Início de reportagens sobre agroturismo. 1º mapa do agroturismo.

Quadro E1: Cronologia dos eventos do agroturismo até 1993 a partir das entrevistas dos incentivadores e apoiadores.

1994	1995	1996...	...1998...	...2004	2005
Reportagens sobre agroturismo: nacional e local Criação do Selo de Inspeção Municipal (SIM).	Visita oficial do governador do ES.	Criação da Secretaria de Turismo. 2º mapa do agroturismo. INCAPER inicia apoio. PRONAF agregar.	3º mapa do agroturismo. Rota do mar de da montanha. Meios de comunicação e os governantes visitam e citam com mais intensidade o agroturismo.	Projetos “café de qualidade”. 1ª feira estadual do agroturismo.	Construção do posto de informações turísticas e sede própria da lojinha do AGROTUR 1ª feira do agroturismo em Brasília – DF. 2ª feira estadual do agroturismo em VNI.

Quadro E2: cronologia dos eventos do agroturismo de 1994-2005 a partir das entrevistas dos incentivadores e apoiadores.

Já existia... - Forte tradição de trabalho em grupo (mutirões): desde o início da colonização as obras como estradas, escolas, igrejas, cemitério, sede da cooperativa de compras e vendas de produtos e o hospital foram construídos em sistema de mutirão. Pastoral (igreja católica) no trato com a saúde. Associativismo forte (associação de produtores de café, de hortaliças do Caxixe, dos pecuaristas, do meio ambiente, de produtores e famílias de Alto Viçosa, associação de mulheres, etc.). Tradição de voluntariado (voluntárias do hospital, festa da polenta, coral).

Fatos anteriores... - Abertura da rodovia BR 262. Os produtores já vendiam seus produtos, mas não de forma organizada, pois havia procura por outras pessoas (Vitória-ES). Ensaios de diversificação da produção como saída da monocultura do café. O conselho de desenvolvimento de VNI teve atuação marcante nos anos 80. Dentre os seus objetivos destacam-se: 1º) conseguir o sistema de tratamento de esgoto quando VNI era distrito; 2º) o empenho pela emancipação política em 1987.

... até 1988... - Os produtores eram tidos como “clandestinos” pois não tinham o CIF (do Ministério da Agricultura).

1992 – Nascimento do agroturismo em VNI. Inauguração do ALPES HOTEL. Em setembro de 1992 aconteceu uma reunião na sede do Alpes Hotel onde foi debatida a integração - parceria entre os produtores e o hotel. Houve uma reportagem no Jornal do Campo da TV Gazeta sobre a fabricação de queijo na Fazenda Carnielli e divulgando o agroturismo. Incentivo a 4 famílias para o agroturismo (Josefa, Lorenção, Carnielli, Cila Atoé).

1993 – Foi realizado em 22/01/1993, o seminário de agroturismo em VNI, tendo como palestrante o Sr. Roberto Tessari (uma grande liderança em agroturismo na Itália). Em 05/03/1993 foi criado o AGROTUR com objetivo de dar uma organização para o agroturismo. Foi criada a idéia de autonomia, e que não ficariam na dependência da ajuda pública. Em 23/05/1993 o Sr. Ronald Mansur (produtor do programa Jornal do Campo da TV Gazeta) e sua família enviam à Fazenda Providência (propriedade Carnielli) uma carta, considerada a “certidão de nascimento do agroturismo”. Em outubro de 1993 foi inaugurado o primeiro ponto de informação, venda de produtos, e difusão do agroturismo, administrada e mantida pelos produtores, e localizada em um espaço cedido pelo Alpes Hotel. Nesse mesmo ano foi instalada a agência do SEBRAE em VNI, com o Alpes Hotel fornecendo gratuitamente o espaço da sede. Aconteceu também a inclusão do Agroturismo de VNI no PRODETUR-ES. Em dezembro de 1993 iniciam uma série de reportagens e publicação sobre o agroturismo em veículos de comunicação nacionais. A primeira é a reportagem “Serras capixabas” no jornal Hoje. (O Alpes custeava despesas de jornalistas para divulgação do agroturismo). É elaborado o primeiro mapa com o roteiro do agroturismo (cópias xerox custeadas e distribuídas pelo Alpes Hotel aos seus hóspedes/turistas). É criado o *slogan*: “Venda Nova do Imigrante agroturismo o ano inteiro”.

1994 - 18 de maio de 1994 – Criação da lei nº 178/94 que dispõe sobre o código de vigilância sanitária do município de Venda Nova do Imigrante. Em 08 de setembro de 1994, criação da lei nº 187/94 que instituiu o SIM - Selo de Inspeção Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES, a pedido da AGROTUR, para atestar a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal. Durante o ano de 1994 houveram várias reportagens sobre o agroturismo em veículos de comunicação nacional, cabendo destacar a Revista Quatro Rodas, Jornal O Estado de SP, e Jornal do Brasil. Na maioria das vezes o Alpes Hotel custeava as despesas de alimentação, hospedagem e transporte de jornalistas (no caso da Revista Quatro Rodas o Alpes Hotel apenas fez o contato inicial). Isso foi muito importante para o agroturismo, pela importância das publicações em termos de turismo. A partir dessas publicações, os meios de comunicação local passam a produzir reportagens e divulgar o agroturismo.

1995 - A 2ª visita oficial que governador do ES (Sr. Vítor Buaiz) fez, foi ao agroturismo em VNI.

1996 - Criação da Secretaria Municipal de Turismo de VNI, que na pessoa do secretário, abraçou a causa do agroturismo, fomentando a divulgação, confecção de *folders* de divulgação, captação de mídia espontânea, suporte para participação de feiras (*stands*, transporte) em participação conjunta com os proprietários (sem apadrinhar). É elaborado o 2º mapa com roteiro do agroturismo, com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo. O INCAPER inicia apoio timidamente, mas depois acelera com elaboração de projetos de adequação das agroindústrias (PRONAF agregar - 17 projetos).

1998 – Elaboração do 3º mapa do agroturismo do ES, realizado pelo SEBRAE-ES. Criação da Rota do mar de da montanha. Os governantes passam a falar, visitar e citar com mais intensidade o agroturismo como exemplo de desenvolvimento.

2004 – Os programas de incentivo e apoio ao “Café de Qualidade”, vêm agregar valor e divulgar o agroturismo, dando um novo ânimo. Acontece a 1ª feira estadual do agroturismo.

2005 – Construção, pela prefeitura municipal de VNI, do posto de informações turísticas e sede própria da lojinha do AGROTUR. É realizada a 1ª feira do agroturismo em Brasília–DF. Em novembro de 2005 é realizada a 2ª feira estadual do agroturismo em VNI.

ANEXO F – LEI N. 187/94 – DECRETO N. 412/94 - PMVNI**PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****LEI Nº 187/94*****INSTITUI O SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.***

O Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º - Fica instituído o SELO de Inspeção Municipal (S.I.M.) modelado conforme desenho constante do ANEXO ÚNICO que fica fazendo parte desta Lei, com a finalidade de ser aplicado nas embalagens ou rótulos de produtos industriais ou artesanais de fonte local, desde que, por sua especial ou superior qualidade, tais produtos confirmem absoluta garantia em face do consumidor e, conseqüentemente, funcionem como alimento de divulgação do nome do próprio Município.

§ 1º- A franquia e a disponibilidade do SELO de que trata o caput deste artigo serão objeto de regulamentação através de competente Decreto do poder Executivo, a ser editado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º- O SELO de inspeção Municipal aqui instituído terá as seguintes características:

I - é um retângulo, de 4 (quatro) centímetros de largura por 4,5 (quatro vírgula cinco) centímetros de altura, na abrangência de uma faixa divisória de meio centímetro em sua base (parte inferior);

II - é composto de 2 (dois) círculos circunscritos no quadrado superior de 16 cm² (acima da faixa divisória), a saber:

a) - o círculo menor, com diâmetro de 1,9 cm, abriga as siglas P.M.V.N.I. e SMS, horizontalmente;

b) - o círculo maior, com diâmetro de 3,5 cm, contém os dizeres, em curva: SELO DE inspeção MUNICIPAL e, por subposição, Venda Nova do Imigrante.

III - na parte quadrada:

a) - o lado superior esquerdo demonstra um triângulo isósceles, de cor verde-bandeira, intervalado por um hexaedro, de forma a se compor com idêntico triângulo no lado e vértice inferior direito, sendo os dois lados externos iguais e com a medida de 2 cm. cada;

b) - do ângulo inferior esquerdo para o ângulo superior direito, centralizada em diagonal, consta a sigla SIM, na cor vermelho-escarlata;

IV - no interior da faixa divisória constituída de 2 cm., a perfazer a figura retangular, estará inscrito um referencial alfa- numérico, a partir da letra "A" que funcionará como série, e de consecutiva numeração com seis dígitos iniciada como 000001.

V - com exceção dos caracteres de coloração já definida conforme as alíneas "a" e "b" do inciso III, o restante padrão do SELO, como os círculos com seus dizeres, a faixa divisória com seu índice alfanumérico, bem como as linhas perimétricas são de cor preta.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Venda Nova do Imigrante, 09 de agosto de 1994

BRAZ DELPUPO – Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO
DECRETO Nº 412/94**

Regulamenta a Lei nº 187/94, que instituiu o Selo de Inspeção Municipal.

O Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, ES, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº187/94 de 09 de agosto de 1994 DECRETA:

Art. 1º - Qualquer produto de procedência municipal, só receberá o SIM (Selo de Inspeção Municipal), quando o fabricante industrial ou artesão, atender aos requisitos detalhados no Código de Vigilância Sanitária Municipal e atender aos seguintes quesitos:

a matéria prima deverá ser de procedência segura e de qualidade inquestionável; as instalações devem obedecer a todas as normas e exigências do Código de Vigilância Sanitária do Município, especialmente quanto a higiene e limpeza;

as pessoas que trabalham na fabricação ou manipulação dos produtos até a embalagem final, devem usar vestes adequadas e estarem em perfeitas condições de saúde, atestadas por médico da Secretaria Municipal de Saúde;

no rótulo dos produtos, terá de conter a data de fabricação e de vencimento, bem como o nome do fabricante ou produtor;

os produtos terão que receber “in loco” a aprovação da fiscalização sanitária e o fabricante ou produtor, terá que estar devidamente licenciado através de Alvará Municipal;

manter constante observância do código do consumidor, especialmente quanto ao peso e validade do produto.

Art. 2º - O Selo de Inspeção Municipal, será adquirido pela municipalidade e vendido aos industriais e artesões, cadastrados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá manter rigoroso controle na utilização do mesmo.

Art. 3º- O Selo de Inspeção Municipal, será adquirido pelos industriais e artesões, junto à Secretaria Municipal de Finanças, mediante apresentação de autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Finanças deverá manter livro ou ficha de controle de venda dos selos, onde terá que conter a quantidade, numeração, data de entrega e nome da indústria ou artesão adquirente.

Art. 4º - O industrial ou artesão que adulterar a qualidade, peso e validade do produto, sob qualquer aspecto, deixará de receber o selo “SIM” e terá sua licença cassada.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, E.S.,
AOS OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E
QUATRO.

BRAZ DELPUPO – Prefeito Municipal

APÊNDICE G: CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES

	Questões	Propriedade 1	Propriedade 2	Propriedade 3	Propriedade 4	Propriedade 5	Propriedade 6
1	Tempo de exploração do agroturismo	Início em 1986.	Início em 1992.	Início em 1987.	Início em 1989 (?).	Início em 1996.	Início em 1995.
2	Tamanho da propriedade	Médio porte.	Pequeno porte.	Pequeno porte.	Micro.	Pequeno porte.	Pequeno porte.
3	Número de pessoas da família envolvidas com o agroturismo	20 pessoas.	8 pessoas.	8 pessoas.	5 pessoas.	5 pessoas.	5 pessoas.
4	Renda mensal média por membro da família	R\$ 600,00.	R\$ 300,00.	R\$ 600,00.	R\$ 900,00.	R\$ 1.300,00.	R\$ 1.000,00.
5	Número de pessoas da família responsáveis pela gestão e sua formação acadêmica	04 pessoas (03 ensino médio completo; 01 é Engenheiro Agrônomo e especialista em gestão de agroindústrias).	03 pessoas (01 primário incompleto; 01 ensino médio incompleto; 01 ensino médio completo).	03 pessoas (01 primário incompleto; 02 ensino médio completo).	02 pessoas (01 primário; 01 ensino médio).	02 pessoas (02 ensino médio completo).	03 pessoas (03 ensino médio incompleto).
6	Número de empregados regulares	15 no agroturismo; e 50 na propriedade.	4 no agroturismo; e 10 na propriedade.	8 no agroturismo; e 4 na propriedade.	3 no agroturismo.	--	--
7	Número de empregados temporários	--	--	--	--	20	--
8	Renda mensal média por empregado	R\$ 530,00.	R\$ 460,00.	R\$ 330,00.	R\$ 316,00	R\$ 600,00.	--
9	Motivo que levou a exploração do agroturismo	Saída da monocultura do café.	Saída da monocultura do café.	Saída da monocultura do café.	Busca receita constante.	Saída da monocultura do café.	Saída da monocultura do café.
10	% aumento da renda da propriedade com a exploração do agroturismo	Mais de 40%	De 30% a 40%	De 20% a 30%	De 90% a 100%	Mais de 40%	De 50% a 60%

11	% de participação do agroturismo na renda da propriedade hoje	Mais de 40%	De 10% a 20%	De 30% a 40%	100%	Mais de 40%	De 50% a 60%
12	Produtos comercializados e % de participação na renda do agroturismo (sobre o item 10)	60% - café e derivados; 25% - leite e derivados; 10% - abacate; 5% - milho/feijão/palmito/eucalipto	70% - Soco/tomate seco/berinjela/feijão milho/lixia; 30% - café e outros.	40% - Queijo e laticínios; 25% - café; 35% - cachaça / açúcar / fubá/feijão.	75% - Biscoitos, Paes e bolos ; 25% - massas.	70% - cachaça e café e derivados; 30% - fubá, vinho, licor, geléia, arroz.	80% - Artesanato madeira café e bambu; 20% - biscoitos e doces.
13	Sustentabilidade	É auto-sustentável.	Razoável sustentabilidade. Busca recursos financeiros externos.	É auto-sustentável.	Razoável sustentabilidade. Busca recursos externos.	É auto-sustentável.	É auto-sustentável.
14	Recursos para implantação do agroturismo	100% - próprios.	90% - próprios; 10% - terceiros.	100% - próprios.	40% - próprios. 60% - terceiros.	100% - próprios.	100% - próprios.
15	Adequação do espaço	Construção de áreas de beneficiamento de laticínios, café, fubá e lojinha.	Construção de área para produção e lojinha.	Construção de fábrica de ração, lojinha e área de produção.	Construção de loja e cozinha.	Construção de áreas de beneficiamento de café, alambique e lojinha.	Construção de área para cozinha e lojinha.
16	Legislação ambiental e Vigilância sanitária	Muito rígida, no sentido de "ser cega e atrapalhar", e "não adaptada à realidade".	Muito fraca. "Não orienta adequadamente".	Muito fraca. "Muda o prefeito, muda tudo, o que leva à desorganização".	Satisfatória.	Satisfatória.	Sanitária - muito fraca. Ambiental - muito rígida.
17	Entidades representativas do setor, em que participa.	Agrotur ¹⁴ Pronova ¹⁵ Agrotures ¹⁶ .	Agrotur, Pronova.	Agrotur, Pronova.	Agrotur.	Agrotur, Pronova.	Agrotur.
18	Interatividade com a população local	Regular.	Baixa.	Muito baixa.	Regular.	Baixa.	Regular.
19	Apoio de órgãos governamentais	Muito baixo.	Muito baixo.	Muito baixo.	Muito baixo.	Razoável.	Razoável.
20	Interatividade entre os proprietários	Muito alta. "Entre os que estão na mesma condição".	Alta.	Muito alta.	Muito alta.	Alta.	Alta.
21	Organização	Alta.	Alta.	Alta.	Regular.	Alta.	Alta.

22	Participação	Alta. "Mas ainda é muito individualizada na propriedade".	Alta. "Existe a cobrança de todos estarem presentes. Mais para os que recebem turistas".	Alta. "Já foi melhor. Envolvimento da política partidária diminui a confiança na associação".	Regular.	Alta.	Regular.
23	Cooperação	Alta. Mas ressaltam que "alguns membros querem morder outros".	Alta.	Alta. "Há a diferença de pensamentos e falta de uma pessoa que faça o intercâmbio". "Uns têm mais acesso ao mercado que outros".	Baixa.	Baixa.	Regular.
24	Troca de idéias e informações	Regular. "Sempre somos os pioneiros em conseguir novidades e difundir. Queremos receber também".	Alta.	Alta. "Já foi melhor. A inveja diminui essa troca de informações".	Alta.	Baixa.	Alta.
25	Voluntariado	Alto. "Festa da polenta, voluntários do hospital".	Muito alto. "Festa da polenta, voluntários do hospital".	Alto. "Festa da polenta, voluntários do hospital".	Regular.	Alto. "Festa da polenta, voluntários do hospital".	Alto. "Festa da polenta, voluntários do hospital".
26	Preservação Recursos naturais	Muito alta.	Alta.	Alta.	Alta.	Baixa.	Alta.
27	Preservação Tradições culturais	Alta.	Muito alta.	Baixa.	Alta.	Baixa.	Alta.
28	Tomada de decisões	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.

Quadro G1: Caracterização das Unidades (Propriedades 1~6).

	Questões	Propriedade 7	Propriedade 8	Propriedade 9	Propriedade 10	Propriedade 11	Propriedade 12
1	Tempo de exploração do agroturismo	Início em 1997.	Início em 1998.	Início em 2003.	Início em 1998.	Início em 1995. (Não recebem o turista).	Início em 2005.
2	Tamanho da propriedade	Pequeno porte.	Médio porte.	Pequeno porte.	Pequeno porte.	Pequeno porte.	Pequeno porte.
3	Número de pessoas da família envolvidas com o agroturismo	6 pessoas.	6 pessoas.	4 pessoas.	12 pessoas.	2 pessoas.	6 pessoas
4	Renda mensal média por membro da família	R\$ 300,00.	?	R\$ 500,00.	R\$ 300,00.	R\$ 700,00.	R\$ 600,00
5	Número de pessoas da família responsáveis pela gestão e sua formação acadêmica	02 pessoas (02 superior completo). Ed Física e Artes Plásticas.	03 pessoas (03 superior completo). 02 Adm Rural, 01 Eng. Agrônomo.	02 pessoas (01 ensino médio completo; 01 Superior completo CContábeis).	03 pessoas (02 primário incompleto; 01 primário completo).	02 pessoas (01 primário incompleto; 01 Médio incompleto).	02 pessoas (ensino fundamental)
6	Número de empregados regulares	01 no agroturismo.	10 (? – agroturismo).	02	--	--	--
7	Número de empregados temporários	--	--	02	01	--	04 meeiros/colonos
8	Renda mensal média por empregado	R\$ 400,00.	R\$ 300,00.	R\$ 200,00.	R\$ 200,00.	--	--
9	Motivo que levou a exploração do agroturismo	Busca de Receita constante. E carência de hospedagem.	Saída da monocultura do café.	Saída da monocultura do café.	Saída da monocultura do café.	Saída da monocultura do café.	Sair da exploração do atravessador
10	% aumento da renda da propriedade com a exploração do agroturismo	Menos de 10% (?)	De 10% a 20%	Mais de 50%	De 10% a 20%	De 20 a 30%	Mais de 50%
11	% de participação do agroturismo na renda da propriedade hoje	Menos de 10%	De 10% a 20%	Mais de 50%	De 10% a 20%	De 20 a 30%	Mais de 50%

12	Produtos comercializados e % de participação na renda do agroturismo (sobre o item 10)	100% - Hospedagem (cama/café);	(?) % - Pesque e pague; (?)% - reflorestamento, feijão e milho.	100% - Lazer (pesque-pague, trilhas, água, campo futebol, bar, restaurante)	70% - Socol; 20% Vinho jabuticaba; 10% Doces.	Cachaça – 45%; Goiabada casca – 40%; Compoita figo – 15%.	Morango, tomate, uva, hortaliças 70% Picles, geleis, tomate seco 30%
13	Sustentabilidade	É auto-sustentável.	É auto-sustentável	É auto-sustentável.	É auto-sustentável.	É auto-sustentável.	Auto-sustentável
14	Recursos para implantação do agroturismo	100% - próprios.	100% - próprios.	80% - próprios; 20% - terceiros.	100% - próprios. (Há dificuldade em buscar recursos fora).	60% - próprios; 40% - terceiros.	40% próprios 60% terceiros – PRONAF
15	Adequação do espaço	Readequar estrutura para hospedaria.	Melhorias no restaurante e poços de peixe para pesque-pague.	Feitas aos poucos (Há 15 anos iniciaram construção acude, campo futebol, bar, restaurante).	Construção de mini-fábrica.	Construção do alambique e galpão.	Cozinha para agroindústria, despensa e banheiros.
16	Legislação ambiental e Vigilância sanitária	Satisfatória	Rígida “não sabe orientar”. Fraca “na preservação”.	Satisfatória.	Sanitária - Bom - Oriental. Ambiental – muito rígida.	Muito rígida. Muita exigência. Só pensam em multar.	Fazem o trabalho deles, mas “são enjoados”
17	Entidades representativas do setor, em que participa.	Agrotur.	Agrotur.	Agrotur.	Agrotur; Pronova.	Agrotur; Pronova.	Agrotur (que anda meio devagar)
18	Interatividade com a população local	Regular.	Alta	Regular.	Alta.	Regular.	Regular.
19	Apoio de órgãos governamentais	Muito baixo.	Razoável.	Muito baixo – município. Alta – (sebrae, Incaper).	Agora está Alta.	Muito baixo. “Prefeitura pode ajudar mais. Só fala de apoio”.	Bom (INCAPER, VISA)
20	Interatividade entre os proprietários	Razoável.	Muito Alta.	Baixa (estão começando agora/ ganhando o respeito).	Alta.	Regular.	Razoável (não ajudam muito aqui em cima – Caxixe)
21	Organização	Alta.	Baixa.	Regular.	Alta.	Alta.	Regular
22	Participação	Alta.	Alta.	Regular.	Alta.	Alta.	Regular
23	Cooperação	Regular.	Muito alta.	Regular.	Muito Alta.	Muito Alta.	Regular

24	Troca de idéias e informações	Regular.	Muito alta.	Regular.	Muito Alta.	Regular.	Muito Alta.	Regular.	Regular (não funciona muito)
25	Voluntariado	Alto. "Festa da polenta, voluntárias do hospital".	Alto. "Festa da polenta, voluntárias do hospital".	Alto. "Igreja".	Muito Alto. "Festa da polenta, voluntárias do hospital, Igreja".	Muito Alto. "Festa da polenta, Igreja".	Muito Alto. "Festa da polenta, voluntárias do hospital, Igreja".	Muito Alto. "Festa da polenta, Igreja".	Muito Alto. "festa do tomate, igreja, futebol"
26	Preservação Recursos naturais	Regular.	Muito alta.	Muito Baixa. "Acontece porque é lei – é obrigatório".	Regular – "uns fazem e outros não".	Regular.	Regular – "uns fazem e outros não".	Regular.	Aqui é alto
27	Preservação Tradições culturais	Alta.	Muito Alta.	Aqui é Muito Baixa. (São João de Viçosa). No Centro é Alta	Muito Alta.	Alta.	Muito Alta.	Alta.	Regular
28	Tomada de decisões	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva.	Coletiva

Quadro G2: Caracterização das Propriedades e do Agroturismo (Propriedades 7~12).

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca da FUCAPE

Alves, Jazan Mageski.
Instituições e desenvolvimento econômico local: o caso do agroturismo na região centro-serrana do Espírito Santo. / Jazan Mageski Alves.
Vitória: FUCAPE, 2006.

148 p.

Dissertação – Mestrado.
Inclui bibliografia.

1.Instituições 2.Instituições privadas 3.Mudança institucional
4.Desenvolvimento local 5.Agroturismo I.Fundação Instituto
Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
II.Título.

CDD – 657